

Proc. Administrativo 1.256/2025

De: Andressa L. - SEMEC-LICI

Para: SEMAD-SP - Setor de Planejamento

Data: 12/02/2025 às 11:06:59

Setores envolvidos:

SEMEC, SEMEC-DIEI, SEMAD-SP, SEMEC-LICI, EM-JB

REQUISIÇÃO 14/2025 Aquisição de ovos de páscoa para distribuição gratuita destinados aos alunos da Rede Municipal de Educação

Aquisição de ovos de páscoa para distribuição gratuita destinados aos alunos da Rede Municipal de Educação

Com valor de R\$ 64.524,00

—
Andressa Fernanda Tomaz de Lima

Anexos:

A_ETP_17_2025.pdf

B_TERMÔ_DE_REFERENCIA.pdf

C_TERMÔ_DE_REFERENCIA.docx

D_Nota_tecnica_ovo_de_Pascoa.docx

E_Termo_de_Fiscal_Ovos_de_Pascoa.docx

F_Declaracao_Ordenador_de_Despesa.docx

orcamento_pncp.pdf

Estudo Técnico Preliminar 17/2025

1. Informações Básicas

Número do processo:

2. Descrição da necessidade

A Secretaria de Educação entende que a Páscoa é uma data comemorativa de grande relevância e importância para as crianças, deste modo, para comemorar junto com a comunidade escolar, esta data tão significativa, levando em conta ainda que as idades trabalhadas pela rede municipal de ensino, está na fase de formação do ser, entendimento cognitivo, desenvolvimento do pensar e da imaginação, fatores importantes na formação cognitiva das crianças, além ressaltar aspectos culturais sobre os significados da páscoa e do ovo que a representa. Assim entendemos que, a entrega dos ovos proporcionará aos alunos boas lembranças e a alusão DIA DA PÁSCOA. Os ovos de Páscoa que serão distribuídos para os alunos das Escolas Municipais e Centros Educacionais de Educação Infantil, pertencentes à Secretaria Municipal de Educação

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Secretaria de Educação e Cultura	Sebastião Osmar Beraldo

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

- 4.1. O fornecimento do objeto será de acordo com a necessidade do Município, de maneira fracionada.
- 4.2. O prazo para envio da Ordem de Compras será de imediato a contar da assinatura do contrato, a qual será encaminhada via email à empresa.
- 4.3. O prazo para entrega será de 7 dias a contar do recebimento da Ordem de Compras.
- 4.4. No caso de recusa do objeto contratado, o prazo para substituição será a metade do prazo inicialmente estipulado para entrega, sujeitando-se a empresa às penalidades previstas no presente Termo de Referência.
- 4.5. O objeto deverá ser entregue em perfeitas condições, novo, sem uso, devidamente lacrado em embalagem própria, original do fabricante e sem violação, conforme especificação, prazo e local constante no presente Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, quando couber.
- 4.6. Os produtos deverão ser entregues no seguinte endereço: No almoxarifado central do Município, localizado na Perimetral Marcílio Daltro.
- 4.7. Os produtos deverão estar com aspecto, textura e características próprias do produto. Sendo que serão recusados principalmente os produtos que estiverem quebrados e derretidos.
- 4.8. A contratada deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos produtos que serão entregues.
- 4.9. Os produtos deverão estar dentro do prazo de validade, não serão aceitos os produtos com validade inferior a 80% da sua fabricação.
- 4.10. A empresa deverá arcar com todas as despesas referentes à entrega do objeto, como transporte, mão de obra, encargos sociais, pedágio, entre outras.

5. Levantamento de Mercado

Com o propósito de atender à solicitação, realizamos análises detalhadas de contratos semelhantes anteriores deste município e contratos de municípios circunvizinhos. O objetivo foi identificar as melhores práticas, metodologias de implementação e soluções que se

alinhassem de maneira mais eficaz às necessidades da Administração. Essa abordagem garante que a proposta de contratação esteja embasada em experiências bem-sucedidas anteriores, visando otimizar a execução do projeto.

6. Descrição da solução como um todo

A Solução desenvolvida na presente contratação, trata-se Aquisição de ovos de páscoa para distribuição gratuita destinados aos alunos da Rede Municipal de Educação, entende-se que trata-se de um tipo de serviço definido pelo Art. 6º, inciso X da Lei Federal 14.133/2021.

X - compra: aquisição remunerada de bens para fornecimento de uma só vez ou parceladamente, considerada imediata aquela com prazo de entrega de até 30 (trinta) dias da ordem de fornecimento.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa da quantidade se justificava para atender todos os alunos da Rede Municipal de Ensino.

COLOCAR TABELA LC

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 64.524,00

Valor estimado da contratação R\$ 64.524,00 Sessenta e quatro mil quinhentos e vinte quatro reais.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Consoante a súmula 247 do Tribunal de Contas da União, o objeto de uma licitação deve ser dividido em tantos itens quanto forem possíveis, de modo a ampliar a competitividade do processo licitatório. Entretanto, se por um lado o parcelamento da contratação deve ser a regra nas licitações públicas, importante ressalva é feita para aqueles casos em que, pela natureza do objeto da contratação, sua divisão possa acarretar algum prejuízo técnico ao desenvolvimento das atividades ou até mesmo prejudicar o controle sobre a execução do objeto contratado. Em tais situações, pode ocorrer, inclusive, uma maior dificuldade no estabelecimento do nexo de causalidade entre condutas e eventuais prejuízos causados, obstando, assim, a atribuição de responsabilidades.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se faz necessária a realização de demais contratações correlatas e ou interdependentes ao objeto pretendido.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A implementação da Nova Lei de Licitações - Lei no 14.133/2021 ainda está em desenvolvimento pelo Município, com a elaboração das regulamentações e com o tratamento do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). Todavia, o Plano de Contratação Anual, previsto em seu Art. 18, § 1º, II, ainda não foi implementado na Administração Municipal. Esse tipo de serviço encontra-se previsto no relação de despesas de 2024.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Aquisição de Ovos de Páscoa para distribuição gratuita destinados aos alunos da rede municipal de Educação, tem a finalidade em que tradicionalmente as crianças ganham ovos de chocolate em meio a comemoração da data, e dado ao baixo poder aquisitivo de grande parte das crianças atendidas pela rede municipal de ensino, a distribuição em muitos casos, é o único que a criança irá receber na Páscoa.

13. Providências a serem Adotadas

Não se vislumbra providências a serem tomadas na presente contratação.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Não se aplica impactos ambientais.

15. MAPA DE RISCO

A análise de riscos permite a identificação, avaliação e gerenciamento dos potenciais desafios que podem comprometer o sucesso da contratação e da gestão contratual. Após a identificação e classificação dos riscos, é realizada uma análise qualitativa e quantitativa.

A análise quantitativa dos riscos envolve a classificação com base na relação entre a probabilidade e o impacto, determinando assim o nível de risco associado a cada evento. Essa classificação orienta as ações durante a fase de planejamento e gestão do contrato, permitindo uma abordagem proativa na mitigação dos riscos.

A tabela a seguir apresenta uma síntese dos riscos identificados e classificados neste documento, fornecendo uma visão abrangente dos desafios potenciais que podem surgir durante o planejamento e execução do contrato.

Nº	RISCO	PROBABILIDADE	IMPACTO	AÇÃO PREVENTIVA	AÇÃO DE CONTIGÊNCIA
1	Atraso na Entrega	Alta	Alto	Estabelecer prazos claros e realistas na licitação	Ter contrato com cláusulas de penalidade por atraso.
2	Não conforme o descritivo solicitado	Média	Alto	Incluir cláusulas contratuais que prevejam penalidades em caso de não conformidade com o descritivo.	Recusar o produto e aguardar o prazo para substituição.
3	Incapacidade da empresa vencedora em executar o contrato	Média	Alto	Incluir cláusulas contratuais que prevejam penalidades em caso de incapacidade.	Revisar os termos contratuais para responsabilidade do fornecedor e caso de atrasos.
4	Problemas de transporte ou logística	Baixo	Alto	Ter um plano de contingência para atrasos	Revisar os termos contratuais para responsabilidade do fornecedor em caso de atrasos

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

A contratação em tela visa dar continuidade na entrega anual dos Ovos de Páscoa para todos alunos matriculados no Ensino Municipal..

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ANDRESSA FERNANDA TOMAZ DE LIMA

Assessora



Assinou eletronicamente em 12/02/2025 às 10:19:48.

ANEXO I
COMPLEMENTO À REQUISIÇÃO Nº 14/2025

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Aquisição de ovos de páscoa para distribuição gratuita destinados aos alunos da Rede Municipal de Educação.

2. JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO

2.1. A Secretaria de Educação entende que a Páscoa é uma data comemorativa de grande relevância e importância para as crianças, deste modo, para comemorar junto com a comunidade escolar, esta data tão significativa, levando em conta ainda que as idades trabalhadas pela rede municipal de ensino, está na fase de formação do ser, entendimento cognitivo, desenvolvimento do pensar e da imaginação, fatores importantes na formação cognitiva das crianças, além ressaltar aspectos culturais sobre os significados da páscoa e do ovo que a representa. Assim entendemos que, a entrega dos ovos proporcionará aos alunos boas lembranças e a alusão DIA DA PÁSCOA. Os ovos de Páscoa que serão distribuídos para os alunos das Escolas Municipais e Centros Educacionais de Educação Infantil, pertencentes à Secretaria Municipal de Educação.

3. VALOR DA CONTRATAÇÃO

3.1. O valor estimado para a contratação é de R\$ **64.524,00** (SESSENTA E QUATRO MIL QUINHENTOS DE VINTE QUATRO REAIS)

4. DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

4.1. A execução do objeto será custeada pela (s) seguinte (s) dotação (ões) orçamentária (s):

Órgão	Despesa	Categoria	Descrição	Fonte	Valor
0502	9470	3390329 90100	Outros Materiais para Distribuição Gratuita	0	29.978,00
0503	9474	3390329 90100	Outros Materiais para Distribuição Gratuita	0	29.978,00
0503	9476	3390329 90100	Outros Materiais para Distribuição Gratuita	0	4.568,00

5. VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

5.1. 6 MESES.

6. INDICAÇÃO DO GESTOR E FISCAL DO CONTRATO

6.1. Gestor do Contrato: Sebastião Osmar Beraldo.

6.2. Fiscal do Contrato: Sidineia Teixeira Maciel Baqueta.

6.3. Fiscal do Contrato Substituto: Adriana do Nascimento Alves Caracanha.

7. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO

Lote	Item	Descrição	Qtd	Un	V. Unit R\$	V. Total R\$
1	1	Ovos de Páscoa, livre de gordura hidrogenada composto de chocolate ao leite, de no mínimo 250 gramas, contendo brinquedo no estilo jogo da memória em seu interior. Ingredientes: açúcar cristal, gordura vegetal, cacau em pó, soro de leite em pó, leite integral em pó, soro de leite em pó, emulsificantes: lecitina de soja, polirricinoleato de poliglicerol, aroma idêntico ao natural. Não conter glúten. Embalado individualmente envoltórios em papel aluminizado com os dizeres nutricionais, tamanho grande, 0,007 micras, bopp, aproximadamente 700x700mm, com laço acetinado com no mínimo 30 mm de largura para amarração do ovo, e base plástica grande no fundo do ovo. A embalagem deve conter informações sobre o peso e data de validade. Validade mínima de 60 dias a partir da data da entrega, sendo as informações nutricionais e ingredientes fixados na embalagem do Ovo de Páscoa.	2800	UN.	23,06	64.524,00

8. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

8.1. O fornecimento do objeto será de acordo com a necessidade do Município, de maneira fracionada.

8.2. O prazo para envio da Ordem de Compras será de imediato a contar da assinatura do contrato, a qual será encaminhada à empresa.

8.3. O prazo para entrega será de 7 dias a contar do recebimento da Ordem de Compras.

8.4. No caso de recusa do objeto contratado, o prazo para substituição será a metade do prazo inicialmente estipulado para entrega, sujeitando-se a empresa às penalidades previstas no presente Termo de Referência.

8.5. O objeto deverá ser entregue em perfeitas condições, novo, sem uso, devidamente lacrado em embalagem própria, original do fabricante e sem violação, conforme especificação, prazo e local constante no presente Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, quando couber.

8.6. Os produtos deverão ser entregues no seguinte endereço: No almoxarifado central do Município, localizado na Perimetral Marcilio Daltro.

8.7. Os produtos deverão estar com aspecto, textura e características próprias do produto. Sendo que serão recusados principalmente os produtos que estiverem quebrados e derretidos.

8.8. O objeto deverá ser entregue em veículo próprio da empresa, podendo ser ainda através de serviços postais, transportadoras ou outros serviços de entrega, vedada a entrega através de veículos oficiais e/ou servidores do município.

8.9. Os produtos deverão estar dentro do prazo de validade, não serão aceitos os produtos com validade inferior a 80% da sua fabricação.

8.10. A empresa se sujeita ao recebimento provisório do objeto pelo Município para fins de conferência, independente da forma de entrega, cabendo exclusivamente à empresa a retirada/substituição do objeto recusado.

8.11. A empresa deverá arcar com todas as despesas referentes à entrega do objeto, como transporte, mão de obra, encargos sociais, pedágio, entre outras.

9. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

9.1. A habilitação jurídica deverá ser aferida mediante a verificação dos seguintes requisitos:

A. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

B. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI;

C. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

D. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

9.2. As habilitações fiscal, social e trabalhista deverão ser aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

- A. Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- B. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- C. Regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- D. Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- E. Regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- F. Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

9.4. A habilitação técnica deverá ser aferida mediante a verificação dos seguintes requisitos (**VERIFICAR CONFORME O CASO, ART. 67 DA LEI 14.133/2021**):

- A. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

10. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias contados do recebimento em definitivo de cada etapa do objeto.

10.2. Deverá ser emitido documento fiscal pela empresa contratada, obrigatoriamente com número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas e no próprio instrumento de contrato. O faturamento deverá ser realizado em nome do MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, CNPJ Nº 76.950.096/0001-10.

10.3. A contratada deverá, quando do faturamento do objeto contratado, observar o disposto na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 e no Decreto Municipal nº 87/2023, para emissão dos documentos fiscais, inclusive quanto ao correto destaque do valor do Imposto de Renda a ser retido.

Ubiratã, 12 de Fevereiro de 2025.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Orçamento de ovos de Pascoa.

Orçamento PNCP

Prefeitura de Campina Grande do Sul Pr

R\$ 23,63

Portal Nacional de Contratações Públicas

Modalidade da contratação: Pregão - Eletrônico Amparo legal: Lei 14133/2021, Art. 28, I Tipo: Edital Modo de disputa: Aberto Registro de preço: Não

Data de divulgação no PNCP: 10/02/2025 Situação: Divulgada no PNCP Data de início de recebimento de propostas: 11/02/2025 09:00 (horário de Brasília)

Data fim de recebimento de propostas: 24/02/2025 08:59 (horário de Brasília)

Id contratação PNCP: 76105600000186-1-000007/2025 Fonte: AZ INFORMATICA LTDA

Objeto:

AQUISIÇÃO DE OVOS DE PÁSCOA PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CONFORME DESCRITIVO E QUANTITATIVO CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA

R\$ 184.695,00

Itens	Arquivos	Histórico			
Numero	Descrição	Quantidade	Valor unitário estimado	Valor total estimado	Detalhar
1656731	OVO DE PÁSCOA ARTESANAL DE ALFARROBA, COM NO MÍNIMO 210 GRAMAS, CONFORME DESCRITIVO ANEXO.	150	R\$ 49,80	R\$ 7.470,00	
1656732	OVO DE PÁSCOA DE CHOCOLATE AO LEITE, COM NO MÍNIMO 210 GRAMAS, CONFORME DESCRITIVO ANEXO.	7500	R\$ 23,63	R\$ 177.225,00	

Exibir 5 1-2 de 2 itens

Prefeitura Municipal Gonzaga MG Banco de Preço

R\$ 24,89

Portal Nacional de Contratações Públicas

Banco de Preços: Pesquisar

Ovos De Pascoa - Chocolate Ao Leite 150 G

UNIDADE	Quantidade	Data	Valor unitário estimado	Valor total estimado	Detalhar
600 UN	1	25/08/24	R\$ 16,88	R\$ 16,88	
6 UNIDADE	1	26/08/24	R\$ 600,00	R\$ 600,00	
600 UNI	1	19/08/24	R\$ 24,89	R\$ 24,89	

Detalhes da Licitação

IDENTIFICAÇÃO: 18307421000125-1-000049/2024

ÓRGÃO: MUNICÍPIO DE GONZAGA

MODALIDADE: Pregão - Eletrônico

DATA: 19/08/2024 09:00

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURO E EVENTUAL FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE GONZAGA-MG.

LOTE/ITEM: 1/194

DESCRIÇÃO: Ovos de páscoa de chocolate ao leite Nº 15 Ovos de páscoa de chocolate ao leite Nº 15 +- 240 g De Ótima Qualidade. Componentes Do Produto: Ingredientes Do Ovo: Ovos De páscoa de chocolate ao leite obtido a partir da mistura de derivados de cacau, massa de - Ovos de páscoa de chocolate ao leite Nº 15 Ovos de páscoa de chocolate ao leite Nº 15 +- 240 g De Ótima Qualidade. Componentes Do Produto: Ingredientes Do Ovo: Ovos De páscoa de chocolate ao leite obtido a partir da mistura de derivados de cacau, massa de cacau, cacau em pó e ou manteiga de cacau com outros ingredientes, contendo no mínimo 20% de sólidos totais de cacau (Resolução RDC nº 227 de 28/08/2003). Produto preparado com pasta de cacau, açúcar e leite em pó, evaporado ou condensado. Embalagem e peso líquidos: Ovos devem estar emvolto em folha alumínio, embalado em filme polipropileno laminado com impressão externa, amarrado com fita, aplicado rótulo adesivo em papel couchê impresso e acondicionado em caixas de papelão. OBSERVAÇÃO: Se o produto contiver brindes, brinquedos ou miniaturas, a embalagem destes deverá ser lacrada, trazer o selo do Imetro e indicação de faixa etária. Rotulagem: o produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente. No rótulo da embalagem deverão estar impressos de forma clara e indelével as seguintes informações: 1. Identificação do produto, inclusive a marca; 2. Nome e endereço do fabricante; 3. Data de fabricação; 4. Data de validade ou prazo máximo para consumo; RDC Nº 26, DE 2 DE JULHO DE 2015. SIMILAR: NESTLE, LACTA OU GAROTO Apresentar amostra do produto PEDIDO NA VÉSPERA DA PÁSCOA

HOMOLOGAÇÃO: 02/09/2024 00:00

SRP: Sim

FONTES: <https://www.gov.br/pncc/pt-br>
Conforme Inc. II do Art. 5º da Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

LINKS: [Editar](#) [Anexos](#) [Consulta](#)

Prefeitura Municipal de Tietê SP

R\$ 20,66

Assinado por 4 pessoas: SIDINEIA TRIVILLIN, SEBASTIÃO OSMAR BERALDO, ADRIANA DO NASCIMENTO ALVES e SIDINEIA TEIXEIRA MACIEL BAQUETA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://ufira.1doc.com.br/verificacao/EAf6-FF3C-3F00-871C> e informe o código EAF6-FF3C-3F00-871C

Portal Nacional de Contratações Públicas

Local: Tietê/SP Órgão: MUNICÍPIO DE TIETÊ Unidade compradora: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE TIETÊ - SP

Modalidade da contratação: Pregão - Eletrônico Amparo legal: Lei 14.133/2021, Art. 28, I Tipo: Edital Modo de disputa: Aberto Registro de preço: Não

Data de divulgação no PNCP: 30/01/2025 Situação: Divulgada no PNCP Data de início de recebimento de propostas: 30/01/2025 11:00 (horário de Brasília)

Data fim de recebimento de propostas: 13/02/2025 08:45 (horário de Brasília)

Id contratação PNCP: 46634598000171-1-000015/2025 Fonte: CONAM Consultoria em Administração Municipal

Objeto:

OVOS DE PASCOA CONFORME REQUISICÃO.

Informação complementar:

2. DA JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO 2.1. Integração e Relações Interpessoais: 2.1.1. A celebração da Páscoa cria um ambiente mais integrado, promovendo a socialização entre os alunos. 2.1.2. Essa integração contribui para o fortalecimento das relações interpessoais, criando um senso de comunidade na escola. 2.2. Cultural e Pedagógico: 2.2.1. A Páscoa é uma tradição cultural amplamente celebrada, e incluir atividades relacionadas pode enriquecer o conhecimento dos alunos sobre as festividades. 2.2.2. Atividades pedagógicas relacionadas à Páscoa podem ser incorporadas para tornar a celebração educativa e culturalmente significativa. 2.3. Desenvolvimento Socioemocional: 2.3.1. Atividades festivas, como a distribuição de ovos de Páscoa, contribuem para o desenvolvimento socioemocional dos alunos, promovendo a alegria, a empatia e o senso de pertencimento. 2.4. Tradição Escolar: 2.4.1. Se a escola já tem o costume de celebrar a Páscoa, destacar a continuidade dessa tradição. [Continuar Lendo >](#)

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA

R\$ 106.503,55

Itens Arquivos Histórico

Numero	Descrição	Quantidade	Valor unitário estimado	Valor total estimado	Detalhar
1	OVO DE PASCOA	5022	R\$ 20,66	R\$ 103.754,52	
2	OVO DE PASCOA SEM LACTOSE	81	R\$ 58,63	R\$ 4.749,03	

Planilha média de valor:

Item	Descritivo	Quant	Valor 1	Valor 2	Valor 3	Média	Valor Total
1	Ovos de Páscoa, livre de gordura hidrogenada composto de chocolate ao leite, de no mínimo 250 gramas, contendo brinquedo no estilo jogo da memória em seu interior. Ingredientes: açúcar cristal, gordura vegetal, cacau em pó, soro de leite em pó, leite integral em pó, soro de leite em pó, emulsificantes: lecitina de soja, polirricinoleato de poliglicerol, aroma idêntico ao natural. Não conter glúten. Embalado individualmente envoltórios em papel aluminizado com os dizeres nutricionais, tamanho grande, 0,007 micras, bopp, aproximadamente 700x700mm, com laço acetinado com no mínimo 30 mm de largura para amarração do ovo, e base plástica grande no fundo do ovo. A embalagem deve conter informações sobre o peso e data de validade. Validade mínima de 60 dias a partir da data da entrega, sendo as informações nutricionais e ingredientes fixados na embalagem do Ovo de Páscoa.	2.800	R\$23,63	R\$24,89	R\$ 20,66	R\$ 23,06	R\$ 64.568,00





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: EAF6-FF3C-3F00-871C

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ SIDNEIA TRIVILLIN (CPF 023.XXX.XXX-08) em 12/02/2025 14:29:37 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ SEBASTIÃO OSMAR BERALDO (CPF 546.XXX.XXX-87) em 12/02/2025 22:14:10 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ ADRIANA DO NASCIMENTO ALVES (CPF 040.XXX.XXX-03) em 13/02/2025 09:16:49 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ SIDINÉIA TEIXEIRA MACIEL BAQUETA (CPF 037.XXX.XXX-96) em 14/02/2025 08:10:30 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ SIDINÉIA TEIXEIRA MACIEL BAQUETA (CPF 037.XXX.XXX-96) em 14/02/2025 08:12:14 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/EAF6-FF3C-3F00-871C>

Proc. Administrativo 1- 1.256/2025

De: Maria C. - SEMAD-SP

Para: GP - Gabinete do Prefeito

Data: 13/02/2025 às 08:32:09

Setores (CC):

GP, SEMAD-SP

Requisição com objeto específico para atender a Secretaria solicitante!

—

Att.

Maria Eduarda Soares Pio da Costa

Assessora de Planejamento

Proc. Administrativo 2- 1.256/2025

De: Fábio D. - GP

Para: SEMFIP - Secretaria Municipal das Finanças e Planejamento

Data: 13/02/2025 às 16:59:13

Setores (CC):

SEMFIP, SEMFIP -CONT

Autorizo.

—

Fábio Dalécio

Prefeito de Ubatã

Proc. Administrativo 3- 1.256/2025

De: Lucas G. - SEMFIP -CONT

Para: SEMAD-LICIT - Divisão de Licitação

Data: 14/02/2025 às 07:55:17

Setores envolvidos:

GP, SEMAD-LICIT, SEMFIP, SEMEC, SEMEC-EF, SEMEC-DIEI, SEMAD-SP, SEMFIP -CONT, SEMEC-LICI, EM-JB

REQUISIÇÃO 14/2025 Aquisição de ovos de páscoa para distribuição gratuita destinados aos alunos da Rede Municipal de Educação

Em atenção ao despacho retro, expedido por Vossa Senhoria, informamos a existência de previsão de recursos orçamentários até o limite financeiro disponível.

Por conta da indicação das dotações acima, atestamos por consequência a compatibilidade das referidas obrigações com as peças orçamentárias vigentes: PPA, LDO e LOA. Ressalve-se, contudo, que o presente parecer se restringe meramente a indicar a existência de dotações orçamentárias específicas, NÃO HAVENDO COM ISSO DESTAQUE OU APRISIONAMENTO DE RECURSOS, ou seja, visa tão somente apontar a existência de previsão de recursos orçamentários no exercício nesta data.

Outrossim, informamos que a análise de existência de disponibilidade de recursos financeiros fica reservada para momento posterior a confirmação da contratação e anterior a realização da despesa decorrente da etapa de empenho, conforme art. 58 e seguintes da lei 4.320/64 e se necessário e possível esta secretaria providenciará suplementação das dotações acima previstas. Além disso, **não compete** à contabilidade a análise e determinação do objeto da compra, poder discricionário do Gestor Municipal.

Por fim, alerta-se ao Gestor que, caso a soma global das obrigações de mesma natureza venha a superar o valor das dotações indicadas acima, poderá haver limitação de empenho e bloqueio de realização das despesas correspondentes.

—
Lucas Gabriel Xavier Giordani
Contador

Assinado por 2 pessoas: LUCAS GABRIEL XAVIER GIORDANI e RITA SOARES NETO FIGUEIREDO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/608A-017E-A975-2FEF> e informe o código 608A-017E-A975-2FEF



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 608A-017E-A975-2FEF

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



LUCAS GABRIEL XAVIER GIORDANI (CPF 101.XXX.XXX-32) em 14/02/2025 07:55:26 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



RITA SOARES NETA FIGUEIREDO (CPF 467.XXX.XXX-87) em 14/02/2025 14:24:40 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/608A-017E-A975-2FEF>

De: Diego B. - SEMAD-LICIT

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 14/02/2025 às 10:27:46

Prezados,

Em análise aos documentos apresentados no processo de aquisição de ovos de Páscoa, foram identificadas as seguintes observações e sugestões para adequação:

O Termo de Referência (TR) e o Estudo Técnico Preliminar (ETP) mencionam a possibilidade de entregas fracionadas conforme a necessidade do município. No entanto, considerando que a entrega dos ovos de Páscoa será realizada exclusivamente para a celebração da festividade e não ao longo do ano, sugiro retificar para a entrega de maneira integral.

Alguns documentos estão em formato Word. Para que sejam corretamente disponibilizados no portal da transparência e utilizados na geração do arquivo processual, é necessário que sejam convertidos para o formato PDF e anexados no mesmo formato.

Há a ausência da requisição correspondente ao objeto da contratação.

No ETP cita a Tabela LC (COLOCAR TABELA LC), contudo, essa tabela não foi anexada.

O Termo de Referência utilizado segue um modelo desatualizado, acarretando na ausência de informações essenciais, como:

Descrição detalhada do modelo de gestão do contrato e indicação das formas de fiscalização. Sugiro a substituição do TR pelo modelo vigente.

Há uma discrepância no valor total indicado no Termo de Referência e ETP. O valor registrado é de R\$ 64.524,00, enquanto o correto é R\$ 64.568,00.

Diante desses apontamentos, sugiro o encerramento do processo.

—

Diego da Silva Bezerra

Divisão de Licitação

Proc. Administrativo 4- 1.256/2025

De: Andressa L. - SEMEC-LICI

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 14/02/2025 às 15:34:26

Prezado,

Conforme análise realizada segue os itens corrigidos.

—

Andressa Fernanda Tomaz de Lima

Anexos:

C_TERMO_DE_REFENCIA_CORRIGIDO.docx

C_TERMO_DE_REFENCIA_CORRIGIDO.pdf

ETP_17_25_CORRIGIDO.pdf

F_Declaracao_Ordenador_de_Despesa_corrida.pdf

TERMO DE REFERÊNCIA 14/2025

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Aquisição de ovos de páscoa para distribuição gratuita destinados aos alunos da Rede Municipal de Educação.

Lote	Item	Descrição	Qtd	Un	V. Unit R\$	V. Total R\$
1	1	Ovos de Páscoa, livre de gordura hydrogenada composto de chocolate ao leite, de no mínimo 250 gramas, contendo brinquedo no estilo jogo da memória em seu interior. Ingredientes: açúcar cristal, gordura vegetal, cacau em pó, soro de leite em pó, leite integral em pó, soro de leite em pó, emulsificantes: lecitina de soja, polirricinoleato de poliglicerol, aroma idêntico ao natural. Não conter glúten. Embalado individualmente envoltórios em papel aluminizado com os dizeres nutricionais, tamanho grande, 0,007 micras, bopp, aproximadamente 700x700mm, com laço acetinado com no mínimo 30 mm de largura para amarração do ovo, e base plástica grande no fundo do ovo. A embalagem deve conter informações sobre o peso e data de validade. Validade mínima de 60 dias a partir da data da entrega, sendo as informações nutricionais e ingredientes fixados na embalagem do Ovo de Páscoa.	2800	UN.	23,06	64.568,00

1.1. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 62, de 05 abril de 2023.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 06 meses contados a partir da assinatura da ata de contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADA O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo se encontra pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 No caso de recusa do objeto contratado, o prazo para substituição será a metade do prazo inicialmente estipulado para entrega, sujeitando-se a empresa às penalidades previstas no presente Termo de Referência.

4.2 O objeto deverá ser entregue em perfeitas condições, novo, sem uso, devidamente lacrado em embalagem própria, original do fabricante e sem violação, conforme especificação, prazo e local constante no presente Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, quando couber.

4.3 Os produtos deverão estar com aspecto, textura e características próprias do produto. Sendo que serão recusados principalmente os produtos que estiverem quebrados e derretidos.

4.4 O objeto deverá ser entregue em veículo próprio da empresa, podendo ser ainda através de serviços postais, transportadoras ou outros serviços de entrega, vedada a entrega através de veículos oficiais e/ou servidores do município.

4.5 Os produtos deverão estar dentro do prazo de validade, não serão aceitos os produtos com validade inferior a 80% da sua fabricação.

4.6 A empresa se sujeita ao recebimento provisório do objeto pelo Município para fins de conferência, independente da forma de entrega, cabendo exclusivamente à empresa a retirada/substituição do objeto recusado.

4.7 A empresa deverá arcar com todas as despesas referentes à entrega do objeto, como transporte, mão de obra, encargos sociais, pedágio, entre outras.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O fornecimento do objeto será de acordo com a necessidade do Município, de maneira fracionada.

5.2. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Rua: Princesa Izabel, 1593 de segunda a sexta nos horários 08:00 as 11:30 das 13:00 as 16:30.

5.3. A empresa se sujeita ao recebimento provisório do objeto pelo Município para fins de conferência, independente da forma de entrega, cabendo exclusivamente à empresa a retirada/substituição do objeto recusado.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, o (a) senhor (a) Sidineia Teixeira Maciel Baqueta, ou pelos respectivos substitutos, o (a) senhor (a) Adriana do Nascimento Alves Caracanha.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato a senhora Edicleia Aparecida Duarte Felizari acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

O fiscal técnico do contrato anotarà no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato, o (a) senhor (a) Sebastião Osmar Beraldo, coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotarà os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso..

6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

- 7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10(dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.
- 7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

- 7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, será efetuada a sua liquidação.
- 7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- o prazo de validade;
 - a data da emissão;
 - os dados do contrato e do órgão contratante;
 - o período respectivo de execução do contrato;
 - o valor a pagar; e
 - eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
- 7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal.
- 7.13. A Administração deverá verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital e identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 7.14. Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação fiscal.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado, contado da finalização da liquidação da despesa, até o décimo dia do mês subsequente, desde que o documento esteja em tempo hábil na Divisão de Tesouraria do Município.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do INPC.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço/menor desconto.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será integral/parcelado/continuado.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de

Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.12. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

8.13. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

8.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.20. Prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

Não será exigida qualificação técnica para a presente licitação.

Qualificação Técnica

9. Não será exigida qualificação técnica para a presente licitação.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 64.568,00 sessenta e quatro mil quinhentos e sessenta oito reais.

10.2. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

10.3. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

Poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Ubiratã.

Órgão	Despesa	Categoria	Descrição	Fonte	Valor
0502	9470	3390329 90100	Outros Materiais para Distribuição Gratuita	0	29.978,00
0503	9474	3390329 90100	Outros Materiais para Distribuição Gratuita	0	29.978,00
0503	9476	3390329 90100	Outros Materiais para Distribuição Gratuita	0	4.612,00

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Ubiratã 14 de fevereiro de 2025.

ANDRESSA F. T. DE LIMA

Estudo Técnico Preliminar 17/2025

1. Informações Básicas

Número do processo:

2. Descrição da necessidade

A Secretaria de Educação entendem que a Páscoa é uma data comemorativa de grande relevância e importância para as crianças, deste modo, para comemorar junto com a comunidade escolar, esta data tão significativa, levando em conta ainda que as idades trabalhadas pela rede municipal de ensino, está na fase de formação do ser, entendimento cognitivo, desenvolvimento do pensar e da imaginação, fatores importantes na formação cognitiva das crianças, além ressaltar aspectos culturais sobre os significados da páscoa e do ovo que a representa. Assim entendemos que, a entrega dos ovos proporcionará aos alunos boas lembranças e a alusão DIA DA PÁSCOA. Os ovos de Páscoa que serão distribuídos para os alunos das Escolas Municipais e Centros Educacionais de Educação Infantil, pertencentes à Secretaria Municipal de Educação

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Secretaria de Educação e Cultura	Sebastião Osmar Beraldo

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

- 4.1. O fornecimento do objeto será de acordo com a necessidade do Município, de maneira fracionada.
- 4.2. O prazo para envio da Ordem de Compras será de imediato a contar da assinatura do contrato, a qual será encaminhada via email à empresa.
- 4.3. O prazo para entrega será de 7 dias a contar do recebimento da Ordem de Compras.
- 4.4. No caso de recusa do objeto contratado, o prazo para substituição será a metade do prazo inicialmente estipulado para entrega, sujeitando-se a empresa às penalidades previstas no presente Termo de Referência.
- 4.5. O objeto deverá ser entregue em perfeitas condições, novo, sem uso, devidamente lacrado em embalagem própria, original do fabricante e sem violação, conforme especificação, prazo e local constante no presente Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, quando couber.
- 4.6. Os produtos deverão ser entregues no seguinte endereço: No almoxarifado central do Município, localizado na Perimetral Marcílio Daltro.
- 4.7. Os produtos deverão estar com aspecto, textura e características próprias do produto. Sendo que serão recusados principalmente os produtos que estiverem quebrados e derretidos.
- 4.8. A contratada deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos produtos que serão entregues.
- 4.9.Os produtos deverão estar dentro do prazo de validade, não serão aceitos os produtos com validade inferior a 80% da sua fabricação.
- 4.10. A empresa deverá arcar com todas as despesas referentes à entrega do objeto, como transporte, mão de obra, encargos sociais, pedágio, entre outras.

5. Levantamento de Mercado

Com o propósito de atender à solicitação, realizamos análises detalhadas de contratos semelhantes anteriores deste município e contratos de municípios circunvizinhos. O objetivo foi identificar as melhores práticas, metodologias de implementação e soluções que se

alinhassem de maneira mais eficaz às necessidades da Administração. Essa abordagem garante que a proposta de contratação esteja embasada em experiências bem-sucedidas anteriores, visando otimizar a execução do projeto.

6. Descrição da solução como um todo

A Solução desenvolvida na presente contratação, trata-se Aquisição de ovos de páscoa para distribuição gratuita destinados aos alunos da Rede Municipal de Educação, entende-se que trata-se de um tipo de serviço definido pelo Art. 6º, inciso X da Lei Federal 14.133/2021.

X - compra: aquisição remunerada de bens para fornecimento de uma só vez ou parceladamente, considerada imediata aquela com prazo de entrega de até 30 (trinta) dias da ordem de fornecimento.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa da quantidade se justificava para atender todos os alunos da Rede Municipal de Ensino.

Lote	Item	Descrição	Qtd	Un	V. Unit R\$	V. Total R\$
1	1	Ovos de Páscoa, livre de gordura hidrogenada composto de chocolate ao leite, de no mínimo 250 gramas, contendo brinquedo no estilo jogo da memória em seu interior. Ingredientes: açúcar cristal, gordura vegetal, cacau em pó, soro de leite em pó, leite integral em pó, soro de leite em pó, emulsificantes: lecitina de soja, polirricinoleato de poliglicerol, aroma idêntico ao natural. Não conter glúten. Embalado individualmente em envoltórios em papel aluminizado com os dizeres nutricionais, tamanho grande, 0,007 micras, bopp, aproximadamente 700x700mm, com laço acetinado com no mínimo 30 mm de largura para amarração do ovo, e base plástica grande no fundo do ovo. A embalagem deve conter informações sobre o peso e data de validade. Validade mínima de 60 dias a partir da data da entrega, sendo as informações nutricionais e ingredientes fixados na embalagem do Ovo de Páscoa.	2800	UN.	23,06	64.568,00

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 64.568,00

Valor estimado da contratação R\$ 64.568,00 sessenta e quatro mil quinhentos e sessenta e oito reais

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Consoante a súmula 247 do Tribunal de Contas da União, o objeto de uma licitação deve ser dividido em tantos itens quanto forem possíveis, de modo a ampliar a competitividade do processo licitatório. Entretanto, se por um lado o parcelamento da contratação deve ser a regra nas licitações públicas, importante ressalva é feita para aqueles casos em que, pela natureza do objeto da contratação, sua divisão possa acarretar algum prejuízo técnico ao desenvolvimento das atividades ou até mesmo prejudicar o controle sobre a execução do objeto contratado. Em tais situações, pode ocorrer, inclusive, uma maior dificuldade no estabelecimento do nexo de causalidade entre condutas e eventuais prejuízos causados, obstando, assim, a atribuição de responsabilidades.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se faz necessária a realização de demais contratações correlatas e ou interdependentes ao objeto pretendido.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A implementação da Nova Lei de Licitações - Lei no 14.1331/2021 ainda está em desenvolvimento pelo Município, com a elaboração das regulamentações e com o tratamento do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). Todavia, o Plano de Contratação Anual, previsto em seu Art. 18, § 1º, II, ainda não foi implementado na Administração Municipal. Esse tipo de serviço encontra-se previsto no relação de despesas de 2024.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Aquisição de Ovos de Páscoa para distribuição gratuita destinados aos alunos da rede municipal de Educação, tem a finalidade em que tradicionalmente as crianças ganham ovos de chocolate em meio a comemoração da data, e dado ao baixo poder aquisitivo de grande parte das crianças atendidas pela rede municipal de ensino, a distribuição em muitos casos, é o único que a criança irá receber na Páscoa.

13. Providências a serem Adotadas

Não se vislumbra providências a serem tomadas na presente contratação.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Não se aplica impactos ambientais.

15. MAPA DE RISCO

A análise de riscos permite a identificação, avaliação e gerenciamento dos potenciais desafios que podem comprometer o sucesso da contratação e da gestão contratual. Após a identificação e classificação dos riscos, é realizada uma análise qualitativa e quantitativa.

A análise quantitativa dos riscos envolve a classificação com base na relação entre a probabilidade e o impacto, determinando assim o nível de risco associado a cada evento. Essa classificação orienta as ações durante a fase de planejamento e gestão do contrato, permitindo uma abordagem proativa na mitigação dos riscos.

A tabela a seguir apresenta uma síntese dos riscos identificados e classificados neste documento, fornecendo uma visão abrangente dos desafios potenciais que podem surgir durante o planejamento e execução do contrato.

Nº	RISCO	PROBABILIDADE	IMPACTO	AÇÃO PREVENTIVA	AÇÃO DE CONTINGÊNCIA
1	Atraso na Entrega	Alta	Alto	Estabelecer prazos claros e realistas na licitação	Ter contrato com cláusulas de penalidade por atraso.
2	Não conforme o descritivo solicitado	Média	Alto	Incluir cláusulas contratuais que prevejam penalidades em caso de não conformidade com o descritivo.	Recusar o produto e aguardar o prazo para substituição.
3	Incapacidade da empresa vencedora em executar o contrato	Média	Alto	Incluir cláusulas contratuais que prevejam penalidades em caso de incapacidade.	Revisar os termos contratuais para responsabilidade do fornecedor e caso de atrasos.
4	Problemas de transporte ou logística	Baixo	Alto	Ter um plano de contingência para atrasos	Revisar os termos contratuais para responsabilidade do fornecedor em caso de atrasos

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

A contratação em tela visa dar continuidade na entrega anual dos Ovos de Páscoa para todos alunos matriculados no Ensino Municipal..

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ANDRESSA FERNANDA TOMAZ DE LIMA

Assessora

DECLARAÇÃO DO ORDENADOR DE DESPESA

Eu, SEBASTIÃO OSMAR BERALDO, Secretária da EDUCAÇÃO E CULTURA de Ubatã/PR, no uso de suas atribuições e atendendo as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal, DECLARA, para os devidos fins, que a(s) despesa(s) resultantes da requisição de Licitação nº 14/2024, tem perfeita adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual (LOA) e compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e o Plano Plurianual (PPA).

Para que produza os legais e jurídicos efeitos, assina a presente.

Ubatã Pr. 14 de FEVEREIRO de 2025.

SEBASTIÃO OSMAR BERALDO
Secretária da Educação e Cultura

Proc. Administrativo 5- 1.256/2025

De: Andressa L. - SEMEC-LICI

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 14/02/2025 às 17:12:55

—
Andressa Fernanda Tomaz de Lima

Anexos:

C_TERMO_DE_REFENCIA_CORRIGIDO.docx

C_TERMO_DE_REFENCIA_CORRIGIDO.pdf

D_Nota_tecnica_ovo_de_Pascoa_corrigida.pdf

ETP_17_2025.pdf

E_Termo_de_Fiscal_Ovos_de_Pascoa.pdf

Requisicao_14_2025.pdf

TERMO DE REFERÊNCIA 14/2025

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Aquisição de ovos de páscoa para distribuição gratuita destinados aos alunos da Rede Municipal de Educação.

Lote	Item	Descrição	Qtd	Un	V. Unit R\$	V. Total R\$
1	1	Ovos de Páscoa, livre de gordura hidrogenada composto de chocolate ao leite, de no mínimo 250 gramas, contendo brinquedo no estilo jogo da memória em seu interior. Ingredientes: açúcar cristal, gordura vegetal, cacau em pó, soro de leite em pó, leite integral em pó, soro de leite em pó, emulsificantes: lecitina de soja, polirricinoleato de poliglicerol, aroma idêntico ao natural. Não conter glúten. Embalado individualmente envoltórios em papel aluminizado com os dizeres nutricionais, tamanho grande, 0,007 micras, bopp, aproximadamente 700x700mm, com laço acetinado com no mínimo 30 mm de largura para amarração do ovo, e base plástica grande no fundo do ovo. A embalagem deve conter informações sobre o peso e data de validade. Validade mínima de 60 dias a partir da data da entrega, sendo as informações nutricionais e ingredientes fixados na embalagem do Ovo de Páscoa.	2800	UN.	23,06	64.568,00

1.1. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 62, de 05 abril de 2023.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 06 meses contados a partir da assinatura da ata de contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADA O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo se encontra pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 No caso de recusa do objeto contratado, o prazo para substituição será a metade do prazo inicialmente estipulado para entrega, sujeitando-se a empresa às penalidades previstas no presente Termo de Referência.

4.2 O objeto deverá ser entregue em perfeitas condições, novo, sem uso, devidamente lacrado em embalagem própria, original do fabricante e sem violação, conforme especificação, prazo e local constante no presente Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, quando couber.

4.3 Os produtos deverão estar com aspecto, textura e características próprias do produto. Sendo que serão recusados principalmente os produtos que estiverem quebrados e derretidos.

4.4 O objeto deverá ser entregue em veículo próprio da empresa, podendo ser ainda através de serviços postais, transportadoras ou outros serviços de entrega, vedada a entrega através de veículos oficiais e/ou servidores do município.

4.5 Os produtos deverão estar dentro do prazo de validade, não serão aceitos os produtos com validade inferior a 80% da sua fabricação.

4.6 A empresa se sujeita ao recebimento provisório do objeto pelo Município para fins de conferência, independente da forma de entrega, cabendo exclusivamente à empresa a retirada/substituição do objeto recusado.

4.7 A empresa deverá arcar com todas as despesas referentes à entrega do objeto, como transporte, mão de obra, encargos sociais, pedágio, entre outras.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O fornecimento do objeto será de acordo com a necessidade do Município, de maneira integral.

5.2. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Rua: Princesa Izabel, 1593 de segunda a sexta nos horários 08:00 as 11:30 das 13:00 as 16:30.

5.3. A empresa se sujeita ao recebimento provisório do objeto pelo Município para fins de conferência, independente da forma de entrega, cabendo exclusivamente à empresa a retirada/substituição do objeto recusado.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, o (a) senhor (a) Sidineia Teixeira Maciel Baqueta, ou pelos respectivos substitutos, o (a) senhor (a) Adriana do Nascimento Alves Caracanha.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato a senhora Edicleia Aparecida Duarte Felizari acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

O fiscal técnico do contrato anotarà no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato, o (a) senhor (a) Sebastião Osmar Beraldo, coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotarà os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso..

6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

- 7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10(dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.
- 7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

- 7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, será efetuada a sua liquidação.
- 7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- o prazo de validade;
 - a data da emissão;
 - os dados do contrato e do órgão contratante;
 - o período respectivo de execução do contrato;
 - o valor a pagar; e
 - eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
- 7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal.
- 7.13. A Administração deverá verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital e identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 7.14. Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação fiscal.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado, contado da finalização da liquidação da despesa, até o décimo dia do mês subsequente, desde que o documento esteja em tempo hábil na Divisão de Tesouraria do Município.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do INPC.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço/menor desconto.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será integral/parcelado/continuado.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de

Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.12. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

8.13. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

8.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.20. Prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

Não será exigida qualificação técnica para a presente licitação.

Qualificação Técnica

9. Não será exigida qualificação técnica para a presente licitação.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 64.568,00 sessenta e quatro mil quinhentos e sessenta oito reais.

10.2. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

10.3. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

Poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Ubiratã.

Órgão	Despesa	Categoria	Descrição	Fonte	Valor
0502	9470	3390329 90100	Outros Materiais para Distribuição Gratuita	0	29.978,00
0503	9474	3390329 90100	Outros Materiais para Distribuição Gratuita	0	29.978,00
0503	9476	3390329 90100	Outros Materiais para Distribuição Gratuita	0	4.612,00

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Ubiratã 14 de fevereiro de 2025.

ANDRESSA F. T. DE LIMA

NOTA TÉCNICA Nº 14/2025 ANÁLISE CRÍTICA DE PESQUISA DE PREÇOS

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de ovos de páscoa para distribuição gratuita destinados aos alunos da Rede Municipal de Educação.

2. FONTES CONSULTADAS

2.1. Para identificação do valor estimado da contratação foram utilizados os parâmetros do art. 5º, incisos II e V da IN SEGES/ME nº 65/2021.

2.2 Foram pesquisados os parâmetros do artigo 5º, inciso II, da IN SEGES/ME nº 65/2021.

PARÂMETROS PREÇO	PESQUISA DE	ALTERNATIVA	Justificativa para escolha
Banco de Preço.		Através de pesquisa	Apresentou item mais adjacente referente à solicitação
Painel de Preço (PNCP)		Através de pesquisa	Apresentou item mais adjacente referente à solicitação

3. SÉRIE DE PREÇOS COLETADOS

3.1 A série de preços coletados para o requerido processo constam em anexo a este documento.

4. METODOLOGIA PARA OBTENÇÃO DO PREÇO ESTIMADO

4.1. A obtenção do preço estimado deu-se com base nos valores médios obtidos direto nos canais de preço, ora quando o canal não resulta ou não localizou o produto demandado, levantou-se a quantidade mínima de 03 orçamentos nos demais canais mencionados e realizou os valores finais dos itens. O método foi estabelecido em razão de promover competitividade entre os participantes respaldadas nos orçamentos minuciosamente analisados que compõem presente processo.

5. MEMÓRIA DE CÁLCULO E CONCLUSÃO

5.1. O preço estimado da contratação é de R\$ R\$ 64.524,00

Lote	Item	Descrição	Qtd	Un	V. Unit R\$	V. Total R\$
1	1	Ovos de Páscoa, livre de gordura hidrogenada composto de chocolate ao leite, de no mínimo 250 gramas, contendo brinquedo no estilo jogo da memória em seu interior. Ingredientes: açúcar cristal, gordura vegetal, cacau em pó, soro de leite em pó, leite integral em pó, soro de leite em pó, emulsificantes: lecitina de soja, polirricinoleato de poliglicerol,	2800	UN.	23,06	64.568,00

bela, amada e gentil

		<p>aroma idêntico ao natural. Não conter glúten. Embalado individualmente em envoltórios em papel aluminizado com os dizeres nutricionais, tamanho grande, 0,007 micras, bopp, aproximadamente 700x700mm, com laço acetinado com no mínimo 30 mm de largura para amarração do ovo, e base plástica grande no fundo do ovo. A embalagem deve conter informações sobre o peso e data de validade. Validade mínima de 60 dias a partir da data da entrega, sendo as informações nutricionais e ingredientes fixados na embalagem do Ovo de Páscoa.</p>				
--	--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--	--	--

5. MEMÓRIA DE CÁLCULO E CONCLUSÃO

5.2. Após realização de pesquisa de preços em conformidade com a IN SEGES/ME nº65/2021, certifica-se que o preço estimado para a presente contratação é compatível com os praticados no mercado.

6. IDENTIFICAÇÃO DOS AGENTES RESPONSÁVEIS PELA PESQUISA DE PREÇOS

6.1. A presente pesquisa de preços foi conduzida por: Andressa Fernanda Tomaz de Lima, matrícula nº 3385.

Ubiratã/PR, 12 de fevereiro de 2025.

ANDRESSA F T DE LIMA

Estudo Técnico Preliminar 17/2025

1. Informações Básicas

Número do processo:

2. Descrição da necessidade

A Secretaria de Educação entendem que a Páscoa é uma data comemorativa de grande relevância e importância para as crianças, deste modo, para comemorar junto com a comunidade escolar, esta data tão significativa, levando em conta ainda que as idades trabalhadas pela rede municipal de ensino, está na fase de formação do ser, entendimento cognitivo, desenvolvimento do pensar e da imaginação, fatores importantes na formação cognitiva das crianças, além ressaltar aspectos culturais sobre os significados da páscoa e do ovo que a representa. Assim entendemos que, a entrega dos ovos proporcionará aos alunos boas lembranças e a alusão DIA DA PÁSCOA. Os ovos de Páscoa que serão distribuídos para os alunos das Escolas Municipais e Centros Educacionais de Educação Infantil, pertencentes à Secretaria Municipal de Educação

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Secretaria de Educação e Cultura	Sebastião Osmar Beraldo

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

- 4.1. O fornecimento do objeto será de acordo com a necessidade do Município, de maneira integra.
- 4.2. O prazo para envio da Ordem de Compras será de imediato a contar da assinatura do contrato, a qual será encaminhada via email à empresa.
- 4.3. O prazo para entrega será de 7 dias a contar do recebimento da Ordem de Compras.
- 4.4. No caso de recusa do objeto contratado, o prazo para substituição será a metade do prazo inicialmente estipulado para entrega, sujeitando-se a empresa às penalidades previstas no presente Termo de Referência.
- 4.5. O objeto deverá ser entregue em perfeitas condições, novo, sem uso, devidamente lacrado em embalagem própria, original do fabricante e sem violação, conforme especificação, prazo e local constante no presente Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, quando couber.
- 4.6. Os produtos deverão ser entregues no seguinte endereço: Rua Princesa Isabel, 1593 Centro
- 4.7. Os produtos deverão estar com aspecto, textura e características próprias do produto. Sendo que serão recusados principalmente os produtos que estiverem quebrados e derretidos.
- 4.8. A contratada deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos produtos que serão entregues.
- 4.9.Os produtos deverão estar dentro do prazo de validade, não serão aceitos os produtos com validade inferior a 80% da sua fabricação.
- 4.10. A empresa deverá arcar com todas as despesas referentes à entrega do objeto, como transporte, mão de obra, encargos sociais, pedágio, entre outras.

5. Levantamento de Mercado

Com o propósito de atender à solicitação, realizamos análises detalhadas de contratos semelhantes anteriores deste município e contratos de municípios circunvizinhos. O objetivo foi identificar as melhores práticas, metodologias de implementação e soluções que se alinhassem de maneira mais eficaz às necessidades da Administração. Essa abordagem

garante que a proposta de contratação esteja embasada em experiências bem-sucedidas anteriores, visando otimizar a execução do projeto.

6. Descrição da solução como um todo

A Solução desenvolvida na presente contratação, trata-se Aquisição de ovos de páscoa para distribuição gratuita destinados aos alunos da Rede Municipal de Educação, entende-se que trata-se de um tipo de serviço definido pelo Art. 6º, inciso X da Lei Federal 14.133/2021.

X - compra: aquisição remunerada de bens para fornecimento de uma só vez ou parceladamente, considerada imediata aquela com prazo de entrega de até 30 (trinta) dias da ordem de fornecimento.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa da quantidade se justificava para atender todos os alunos da Rede Municipal de Ensino.

Lote	Item	Descrição	Qtd	Un	V. Unit R\$	V. Total R\$
1	1	Ovos de Páscoa, livre de gordura hidrogenada composto de chocolate ao leite, de no mínimo 250 gramas, contendo brinquedo no estilo jogo da memória em seu interior. Ingredientes: açúcar cristal, gordura vegetal, cacau em pó, soro de leite em pó, leite integral em pó, soro de leite em pó, emulsificantes: lecitina de soja, polirricinoleato de poliglicerol, aroma idêntico ao natural. Não conter glúten. Embalado individualmente envoltórios em papel aluminizado com os dizeres nutricionais, tamanho grande, 0,007 micras, bopp, aproximadamente 700x700mm, com laço acetinado com no mínimo 30 mm de largura para amarração do ovo, e base plástica grande no fundo do ovo. A embalagem deve conter informações sobre o peso e data de validade. Validade mínima de 60 dias a partir da data da entrega, sendo as informações nutricionais e ingredientes fixados na embalagem do Ovo de Páscoa.	2800	UN.	23,06	64.568,00

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 64.568,00

Valor estimado da contratação R\$ 64.568,00 sessenta e quatro mil quinhentos e sessenta e oito reais

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Consoante a súmula 247 do Tribunal de Contas da União, o objeto de uma licitação deve ser dividido em tantos itens quanto forem possíveis, de modo a ampliar a competitividade do processo licitatório. Entretanto, se por um lado o parcelamento da contratação deve ser a regra nas licitações públicas, importante ressalva é feita para aqueles casos em que, pela natureza do objeto da contratação, sua divisão possa acarretar algum prejuízo técnico ao desenvolvimento das atividades ou até mesmo prejudicar o controle sobre a execução do objeto contratado. Em tais situações, pode ocorrer, inclusive, uma maior dificuldade no estabelecimento do nexo de causalidade entre condutas e eventuais prejuízos causados, obstando, assim, a atribuição de responsabilidades.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se faz necessária a realização de demais contratações correlatas e ou interdependentes ao objeto pretendido.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A implementação da Nova Lei de Licitações - Lei no 14.1331/2021 ainda está em desenvolvimento pelo Município, com a elaboração das regulamentações e com o tratamento do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). Todavia, o Plano de Contratação Anual, previsto em seu Art. 18, § 1º, II, ainda não foi implementado na Administração Municipal. Esse tipo de serviço encontra-se previsto no relação de despesas de 2024.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Aquisição de Ovos de Páscoa para distribuição gratuita destinados aos alunos da rede municipal de Educação, tem a finalidade em que tradicionalmente as crianças ganham ovos de chocolate em meio a comemoração da data, e dado ao baixo poder aquisitivo de grande parte das crianças atendidas pela rede municipal de ensino, a distribuição em muitos casos, é o único que a criança irá receber na Páscoa.

13. Providências a serem Adotadas

Não se vislumbra providências a serem tomadas na presente contratação.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Não se aplica impactos ambientais.

15. MAPA DE RISCO

A análise de riscos permite a identificação, avaliação e gerenciamento dos potenciais desafios que podem comprometer o sucesso da contratação e da gestão contratual. Após a identificação e classificação dos riscos, é realizada uma análise qualitativa e quantitativa.

A análise quantitativa dos riscos envolve a classificação com base na relação entre a probabilidade e o impacto, determinando assim o nível de risco associado a cada evento. Essa classificação orienta as ações durante a fase de planejamento e gestão do contrato, permitindo uma abordagem proativa na mitigação dos riscos.

A tabela a seguir apresenta uma síntese dos riscos identificados e classificados neste documento, fornecendo uma visão abrangente dos desafios potenciais que podem surgir durante o planejamento e execução do contrato.

Nº	RISCO	PROBABILIDADE	IMPACTO	AÇÃO PREVENTIVA	AÇÃO DE CONTINGÊNCIA
1	Atraso na Entrega	Alta	Alto	Estabelecer prazos claros e realistas na licitação	Ter contrato com cláusulas de penalidade por atraso.
2	Não conforme o descritivo solicitado	Média	Alto	Incluir cláusulas contratuais que prevejam penalidades em caso de não conformidade com o descritivo.	Recusar o produto e aguardar o prazo para substituição.
3	Incapacidade da empresa vencedora em executar o contrato	Média	Alto	Incluir cláusulas contratuais que prevejam penalidades em caso de incapacidade.	Revisar os termos contratuais para responsabilidade do fornecedor e caso de atrasos.
4	Problemas de transporte ou logística	Baixo	Alto	Ter um plano de contingência para atrasos	Revisar os termos contratuais para responsabilidade do fornecedor em caso de atrasos

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

A contratação em tela visa dar continuidade na entrega anual dos Ovos de Páscoa para todos alunos matriculados no Ensino Municipal..

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ANDRESSA FERNANDA TOMAZ DE LIMA

Assessora



Assinou eletronicamente em 14/02/2025 às 16:52:37.

TERMO DE CIÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO

REQUISIÇÃO Nº **14/2025**

OBJETO: Aquisição de ovos de Páscoa para distribuição gratuita destinados aos alunos da Rede Municipal de Educação.

TERMO DE CIÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO

Declaro que serei responsável pela fiscalização do contrato originado por esse processo e essa portaria, acompanhando a sua execução e adotando os procedimentos que se fizerem necessários para exigir seu fiel cumprimento, de acordo com as cláusulas do instrumento e disposições legais que regulam a matéria.

SECRETARIA: Secretaria da Educação e

Cultura FISCAL: Sidineia Teixeira Maciel

Baqueta.

FISCAL SUBSTITUTA: Adriana do Nascimento
Alves Caracanha

Ubatuba/Pr. 12 de FEVEREIRO de 2025.

Sidineia Teixeira Maciel

Baqueta.

Fiscal do contrato

Adriana do Nascimento Alves Caracanha

Fiscal substituta do contrato

1. REQUISIÇÃO DE LICITAÇÃO Nº 14/2025

2. OBJETO

Aquisição de ovos de páscoa para distribuição gratuita destinados aos alunos da Rede Municipal de Educação

3. VALOR TOTAL DA REQUISIÇÃO

R\$-64.568,00

4. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Órgão	Despesa	Categoria	Descrição	Fonte	Valor
0502	9470	33903299 0100	Outros Materiais para Distribuição Gratu		29.97 8,00
0503	9474	33903299 0100	Outros Materiais para Distribuição Gratu		29.97 8,00
0503	9476	33903299 0100	Outros Materiais para Distribuição Gratu		4.612 ,00

Ubiratã – Paraná, 12 de fevereiro de 2025

DESCREVER SECRETARIA

COLOCAR AS TABELAS EM SEQUENCIA NO NOVO TR E EXCLUIR DA REQUISIÇÃO.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Órgão	Despesa	Categoria	Descrição	Fonte	Valor
0502	9470	339032990100	Outros Materiais para Distribuição Gratu		29.978,00
0503	9474	339032990100	Outros Materiais para Distribuição Gratu		29.978,00
0503	9476	339032990100	Outros Materiais para Distribuição Gratu		4.612,00

DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO

Lote	Item	Descrição	Qtd	Un	V. Unit R\$	V. Total R\$
1	1	Ovos de Páscoa, livre de gordura hidrogenada composto de chocolate ao leite, de no mínimo 250 gramas, contendo brinquedo no estilo jogo da memória em seu interior. Ingredientes: açúcar cristal, gordura vegetal, cacau em pó, soro de leite em pó, leite integral em pó, soro de leite em pó, emulsificantes: lecitina de soja, polirricinoleato de poliglicerol, aroma idêntico ao natural. Não conter glúten. Embalado individualmente envoltórios em papel aluminizado com os dizeres nutricionais, tamanho grande, 0,007 micras, bopp, aproximadamente 700x700mm, com laço acetinado com no mínimo 30 mm de largura para amarração do ovo, e base plástica grande no fundo do ovo. A embalagem deve conter informações	2800	GR	23,0600	64.568,0000

Proc. Administrativo 6- 1.256/2025

De: Altair P. - SEMAD-LICIT

Para: SEMAD-LICIT - Divisão de Licitação

Data: 17/02/2025 às 09:23:27

Setores envolvidos:

GP, PGM-ASSEJUR, SEMAD-LICIT, SEMFIP, SEMEC, SEMEC-EF, SEMEC-DIEI, SEMAD-SP, SEMFIP -CONT, SEMEC-LICI, EM-JB, CGM-AL

REQUISIÇÃO 14/2025 Aquisição de ovos de páscoa para distribuição gratuita destinados aos alunos da Rede Municipal de Educação

De acordo com o pedido apresentado, a modalidade que mais se amolda para contratação do referido objeto será por Pregão, no formato eletrônico, com fulcro na Lei 14.133/2021.

Para tanto, encaminho para elaboração da minuta.

—
Altair da Silva Pereira

Divisão de Licitação

Assinado por 3 pessoas: SEBASTIÃO OSMAR BERALDO, ADRIANA DO NASCIMENTO ALVES e SIDINÉIA TEIXEIRA MACIEL BAQUETA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/5703-071C-5B55-FA30> e informe o código 5703-071C-5B55-FA30



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 5703-071C-5B55-FA30

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



SEBASTIÃO OSMAR BERALDO (CPF 546.XXX.XXX-87) em 17/02/2025 15:25:12 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



ADRIANA DO NASCIMENTO ALVES (CPF 040.XXX.XXX-03) em 17/02/2025 16:00:30 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



SIDINÉIA TEIXEIRA MACIEL BAQUETA (CPF 037.XXX.XXX-96) em 17/02/2025 19:28:49 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/5703-071C-5B55-FA30>

Proc. Administrativo 7- 1.256/2025

De: Diego B. - SEMAD-LICIT

Para: CGM-AL - Acompanhamento de Licitações CGM

Data: 17/02/2025 às 09:27:04

Setores (CC):

PGM-ASSEJUR, CGM-AL

Prezada, solicito parecer jurídico referente à minuta anexa.

—

Diego da Silva Bezerra

Divisão de Licitação

Anexos:

Minuta_Editado_Ovos_de_Pascoa.pdf

PREGÃO ELETRÔNICO Nº **XX/2025**

MUNICÍPIO DE UBIRATÃ

UASG 987933

OBJETO:

Aquisição de ovos de páscoa para distribuição gratuita destinada aos alunos da Rede Municipal de Educação.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:

R\$ **64.568,00**(sessenta e quatro mil e quinhentos e sessenta e oito reais).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA:

Dia **XX/XX/2025** às **XXHXXMIN** (horário de Brasília/DF)

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA:

<https://www.gov.br/compras/pt-br/>

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço por item

MODO DE DISPUTA:

Aberto

PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP/EQUIPARADAS:

SIM

bela, amada e gentil

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852
CEP 85.440-000 | Fone (44) 3543-8000
www.ubirata.pr.gov.br

SUMÁRIO

1.	DO OBJETO	3
2.	DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.....	3
3.	DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
4.	DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	7
5.	DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	8
6.	DA FASE DE JULGAMENTO.....	11
7.	DA FASE DE HABILITAÇÃO	12
8.	DOS RECURSOS	14
9.	DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	15
10.	DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....	17
11.	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	18

MUNICÍPIO DE UBIRATÃ - PR

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2025

Processo Administrativo nº XXXX/2025

Torna-se público que o **MUNICÍPIO DE UBIRATÃ**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 76.950.096/0001-10, com sede administrativa no Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt, localizado na Avenida Nilza de Oliveira Pipino, nº 1852, Centro, na cidade de Ubiratã, Estado do Paraná, CEP nº 85.440-000, por meio da Divisão de Licitações e Contratos, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 58/2022, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a **Aquisição de ovos de páscoa para distribuição gratuita destinados aos alunos da Rede Municipal de Educação**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em único item.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. A participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos

com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

- 2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 2.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 2.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 2.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;
- 2.7.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- 2.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.7.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.8. O impedimento de que trata o item 2.7.4 será também aplicada ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.2 e 2.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.11. O disposto nos itens 2.7.2 e 2.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.13. A vedação de que trata o item 2.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.5.1. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aqueles itens;

3.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3 ou 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.11.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- 4.1.1. valor unitário do item;
- 4.1.2. Marca;
- 4.1.3. Fabricante;
- 4.1.4. Quantidade cotada.

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8.1. O prazo de validade da proposta será de **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

4.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, conforme critério de julgamento estabelecido.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.11. Os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente depois de decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

5.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

5.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.19.2.2. empresas brasileiras;

5.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.20.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

5.20.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.20.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.20.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.20.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.20.6. O modelo de proposta, contendo as informações mínimas obrigatórias, integra este edital na forma de anexo (Anexo I).

5.20.7. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.21. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.1.4. Cadastro de Impedidos de Licitar do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (<https://crcap.tce.pr.gov.br/ConsultarImpedidos.aspx>);

6.1.5. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 3.5 deste edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do

preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 6.7.1. conter vícios insanáveis;
- 6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

- 6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 15% (quinze por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou em formato digital.

7.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.10. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

7.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.11. É de responsabilidade de o licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, **no prazo de duas horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.13. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

7.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.15. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.12.1.

7.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, depois de concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

7.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 15 (quinze) minutos.

8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

- 8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <http://www.ubirata.pr.gov.br/>.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- 9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- 9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 9.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
- 9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 9.1.5. fraudar a licitação
- 9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

9.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

9.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. advertência;

9.2.2. multa;

9.2.3. impedimento de licitar e contratar e

9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

9.3.2. as peculiaridades do caso concreto

9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem

como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

9.10. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 02 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 05 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em site eletrônico oficial no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do e-mail licitacao@ubirata.pr.gov.br.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.4.2. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.
- 11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, do formalismo moderado, a finalidade e a segurança da contratação.
- 11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <http://www.ubirata.pr.gov.br/>.
- 11.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 11.11.1. ANEXO I – Modelo de Proposta
 - 11.11.2. ANEXO II - Termo de Referência
 - 11.11.2.1. Apêndice do Anexo II – Estudo Técnico Preliminar
 - 11.11.3. ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato

Ubiratã, Paraná, XX de fevereiro de 2025.

FÁBIO DE OLIVEIRA DALÉCIO

Prefeito de Ubiratã

ANEXO I
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2025

RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE

Nº DO CNPJ

Endereço, Cidade e Estado.

Nº do Telefone.

Endereço de e-mail.

1. Apresentamos e submetemos à apreciação nossa proposta de preços, a preços fixos, relativa à execução do objeto do Pregão em epígrafe:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UN	V. UNIT	V. TOTAL	MARCA
1						

2. Se vencedora da Licitação, assinará a Ata de Registro de Preços, Contrato ou documento equivalente, na qualidade de representante legal o Senhor (a) (Nome, CPF, RG, Endereço).

3. Se vencedora da Licitação, o preposto da empresa para representá-la será o (a) Senhor (a) (Nome, CPF, RG, Endereço, Telefone, e-mail).

4. Os pagamentos deverão ser efetuados em conta corrente própria da Licitante, sendo (Banco, Agência e Conta).

5. Para fins de comunicação oficial junto ao Município de Ubatã, informamos o e-mail (e-mail), para o qual poderá ser encaminhada qualquer correspondência oficial originada por este município e suas respectivas secretarias, como ordem de compras/serviços, nota de empenho, contratos, atas de registro de preços e termos aditivos para assinatura, documentos produzidos em processos administrativos sancionatórios, entre outros, sendo que nos comprometemos a comunicar o Município de Ubatã em caso de modificação do e-mail indicado para contato.

6. Declaramos para todos os fins de direito e sob pena de responsabilidade:

- Que nossa proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na presente data;

- Que possuímos conhecimento bem como atendemos a todas as exigências relativas à habilitação no presente certame, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

- Que inexistem fatos supervenientes impeditivos da habilitação ou que comprometam a nossa idoneidade nos termos da lei e que não estamos suspensas de licitar e contratar com o Município de Ubatuba, tampouco inidônea em qualquer esfera da Administração Pública;
- Que não mantemos em nosso quadro de pessoal menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos - Lei nº 10.097/00 e art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal;
- Que não possuímos em nosso quadro societário servidores públicos do Município de Ubatuba ou qualquer pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com o Prefeito, Vice-Prefeito ou com servidores públicos que desempenhem função na licitação ou atuem na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

Local e data.

Nome e Assinatura do representante legal

TERMO DE REFERÊNCIA 14/2025

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Aquisição de ovos de páscoa para distribuição gratuita destinados aos alunos da Rede Municipal de Educação.

Lote	Item	Descrição	Qtd	Un	V. Unit R\$	V. Total R\$
1	1	Ovos de Páscoa, livre de gordura hidrogenada composto de chocolate ao leite, de no mínimo 250 gramas, contendo brinquedo no estilo jogo da memória em seu interior. Ingredientes: açúcar cristal, gordura vegetal, cacau em pó, soro de leite em pó, leite integral em pó, soro de leite em pó, emulsificantes: lecitina de soja, polirricinoleato de poliglicerol, aroma idêntico ao natural. Não conter glúten. Embalado individualmente envoltórios em papel aluminizado com os dizeres nutricionais, tamanho grande, 0,007 micras, bopp, aproximadamente 700x700mm, com laço acetinado com no mínimo 30 mm de largura para amarração do ovo, e base plástica grande no fundo do ovo. A embalagem deve conter informações sobre o peso e data de validade. Validade mínima de 60 dias a partir da data da entrega, sendo as informações nutricionais e ingredientes fixados na embalagem do Ovo de Páscoa.	2800	UN.	23,06	64.568,00

- 1.1. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 62, de 05 abril de 2023.
- 1.3. O prazo de vigência da contratação é de 06 meses contados a partir da assinatura da ata de contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADA O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 3.1. A descrição da solução como um todo se encontra pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 4.1 No caso de recusa do objeto contratado, o prazo para substituição será a metade do prazo inicialmente estipulado para entrega, sujeitando-se a empresa às penalidades previstas no presente Termo de Referência.
- 4.2 O objeto deverá ser entregue em perfeitas condições, novo, sem uso, devidamente lacrado em embalagem própria, original do fabricante e sem violação, conforme especificação, prazo e local constante no presente Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, quando couber.
- 4.3 Os produtos deverão estar com aspecto, textura e características próprias do produto. Sendo que serão recusados principalmente os produtos que estiverem quebrados e derretidos.
- 4.4 O objeto deverá ser entregue em veículo próprio da empresa, podendo ser ainda através de serviços postais, transportadoras ou outros serviços de entrega, vedada a entrega através de veículos oficiais e/ou servidores do município.
- 4.5 Os produtos deverão estar dentro do prazo de validade, não serão aceitos os produtos com validade inferior a 80% da sua fabricação.
- 4.6 A empresa se sujeita ao recebimento provisório do objeto pelo Município para fins de conferência, independente da forma de entrega, cabendo exclusivamente à empresa a retirada/substituição do objeto recusado.
- 4.7 A empresa deverá arcar com todas as despesas referentes à entrega do objeto, como transporte, mão de obra, encargos sociais, pedágio, entre outras.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- Condições de Entrega

- 5.1. O fornecimento do objeto será de acordo com a necessidade do Município, de maneira integral.
- 5.2. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Rua: Princesa Izabel, 1593 de segunda a sexta nos horários 08:00 as 11:30 das 13:00 as 16:30.
- 5.3. A empresa se sujeita ao recebimento provisório do objeto pelo Município para fins de conferência, independente da forma de entrega, cabendo exclusivamente à empresa a retirada/substituição do objeto recusado.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

- 6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, o (a) senhor (a) Sidineia Teixeira Maciel Baqueta, ou pelos respectivos substitutos, o (a) senhor (a) Adriana do Nascimento Alves Caracanha.

Fiscalização Técnica

- 6.7. O fiscal técnico do contrato a senhora Edicleia Aparecida Duarte Felizari acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

- 6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

- 6.9. O gestor do contrato, o (a) senhor (a) Sebastião Osmar Beraldo, coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

- 6.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso..
- 6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

- 7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10(dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.
- 7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

- 7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

- 7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, será efetuada a sua liquidação.
- 7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

o prazo de validade;
a data da emissão;
os dados do contrato e do órgão contratante;
o período respectivo de execução do contrato;
o valor a pagar; e
eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

- 7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
- 7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal.
- 7.13. A Administração deverá verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital e identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 7.14. Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação fiscal.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado, contado da finalização da liquidação da despesa, até o décimo dia do mês subsequente, desde que o documento esteja em tempo hábil na Divisão de Tesouraria do Município.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do INPC.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço/maior desconto.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será integral/parcelado/continuado.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

- 8.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 8.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 8.12. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.
- 8.13. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).
- 8.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 8.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 8.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.20. Prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

Não será exigida qualificação técnica para a presente licitação.

Qualificação Técnica

9. Não será exigida qualificação técnica para a presente licitação.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 10.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 64.568,00 sessenta e quatro mil quinhentos e sessenta oito reais.
- 10.2. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):
- 10.3. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 10.4. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

Poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Ubatã.

Órgão	Despesa	Categoria	Descrição	Fonte	Valor
0502	9470	33903299 0100	Outros Materiais para Distribuição Gratuita	0	29.978,00
0503	9474	33903299 0100	Outros Materiais para Distribuição Gratuita	0	29.978,00
0503	9476	33903299 0100	Outros Materiais para Distribuição Gratuita	0	4.612,00

- 11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- 11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Ubatã 14 de fevereiro de 2025.

ANDRESSA F. T. DE LIMA

ANEXO III
MINUTA DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE UBIRATÃ – PR

Processo Administrativo nº XXXX/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/2025, QUE FAZEM
ENTRE SI O MUNICÍPIO DE UBIRATÃ E
.....

O **MUNICÍPIO DE UBIRATÃ**, inscrito no CNPJ sob o nº 76.950.096/0001-10, com sede no Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt, localizado na Avenida Nilza de Oliveira Pipino, nº 1852, Centro, na cidade de Ubiratã, Estado do Paraná, CEP nº 85.440-000, neste ato representado pelo prefeito Fábio de Oliveira Dalécio, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), *inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na*, doravante designado CONTRATADO, *neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos*, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico *n. .../2025*, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a **Aquisição de ovos de páscoa para distribuição gratuita destinados aos alunos da Rede Municipal de Educação**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

Lote	Item	Descrição	Qtd	Un	V. Unit R\$	V. Total R\$
1	1	Ovos de Páscoa, livre de gordura hidrogenada composto de chocolate ao leite, de no mínimo 250 gramas, contendo brinquedo no estilo jogo da memória em seu interior. Ingredientes: açúcar cristal, gordura vegetal, cacau em pó, soro de leite em pó, leite integral em pó, soro de leite em pó, emulsificantes: lecitina de soja, polirricinoleato de poliglicerol,	2.800	UN.	-	-

	<p>aroma idêntico ao natural. Não conter glúten. Embalado individualmente envoltórios em papel aluminizado com os dizeres nutricionais, tamanho grande, 0,007 micras, bopp, aproximadamente 700x700mm, com laço acetinado com no mínimo 30 mm de largura para amarração do ovo, e base plástica grande no fundo do ovo. A embalagem deve conter informações sobre o peso e data de validade. Validade mínima de 60 dias a partir da data da entrega, sendo as informações nutricionais e ingredientes fixados na embalagem do Ovo de Páscoa.</p>				
--	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--	--	--

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 6 meses contados do(a) assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO (art. 92, V)

- 5.1. *O valor total da contratação é de R\$...... (.....)*
- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

- 6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE (art. 92, V)

- 7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/__ (DD/MM/AAAA).
- 7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

- 8.1. São obrigações do Contratante:
- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.8. Cientificar o órgão de representação judicial do município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.10. A Administração terá o prazo de 15 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 dias.
- 8.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));
- 9.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

- 9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 9.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));
- 9.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));
- 9.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento

do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- iv. **Multa:**

1. Moratória de 2,0% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
 - i. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
 2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 20% a 30% do valor do Contrato.
 3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de 15% a 22,5% do valor do Contrato.
 4. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de 7,5% a 15% do valor do Contrato.
 5. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1, a multa será de 1% a 5% do valor do Contrato.
 6. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 11.1, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato.
- 11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))
- 11.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
 - 11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))
 - 11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
 - 11.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 11.5. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

11.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução [Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

12.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.1.1. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

12.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.3.3. Indenizações e multas.

12.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

12.5. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Órgão	Despesa	Categoria	Descrição	Fonte	Valor
0502	9470	339032990100	Outros Materiais para Distribuição Gratuita	0	29.978,00
0503	9474	339032990100	Outros Materiais para Distribuição Gratuita	0	29.978,00
0503	9476	339032990100	Outros Materiais para Distribuição Gratuita	0	4.612,00

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº [14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Ubitatã para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

[Local], [dia] de [mês] de 2025.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

MINUTA

Proc. Administrativo 8- 1.256/2025

De: Kamila R. - PGM-ASSEJUR

Para: SEMAD-LICIT - Divisão de Licitação

Data: 17/02/2025 às 11:17:38

Segue PJ

—
Kamila Jordana de Souza Rodrigues
Procuradora-Geral OAB/PR 99.140

Anexos:

PJ_pregao_req_14_2025.pdf

Assinado digitalmente (anexos) por:

Assinante	Data	Assinatura	
Kamila Jordana Rodrigues	17/02/2025 11:17:52	1Doc	KAMILA JORDANA RODRIGUES CPF 081.XXX.XXX-00

Para verificar as assinaturas, acesse <https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código: **0707-91AE-27F2-7767**

PARECER JURÍDICO

Ao Departamento de Licitações

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

REQUISIÇÃO DE LICITAÇÃO: 14/2025

OBJETO: Aquisição de ovos de páscoa para distribuição gratuita destinada aos alunos da Rede Municipal de Educação.

Trata-se de solicitação de parecer jurídico, encaminhada a esta Procuradoria, na qual requer análise jurídica da legalidade do Processo de Licitação em epígrafe, bem como a análise da Minuta do Edital de licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, conforme justificativa e especificações constantes do Termo de Referência e seus anexos.

Foram anexados aos autos os seguintes documentos, entre outros:

1. Estudo Técnico Preliminar;
2. Termo de Referência;
3. Requisição de Licitação;
4. Orçamento;
5. Declaração do Ordenador de Despesa;
6. Termo de Ciência de Fiscalização de Contrato;
7. Minuta do Edital.

É a síntese do necessário, passo a fundamentar.

A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle prévio de legalidade, conforme estabelece o artigo 53, I e II, da Lei n. 14.133, de 2021, vejamos:

Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante **análise jurídica** da contratação.

§ 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:

I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;

bela, amada e gentil

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852

apontadas para fins de sua correção. O seguimento do processo sem a observância destes apontamentos será de responsabilidade exclusiva da Administração.

O artigo 18 e incisos da Lei n. 14.133/2021 estabelece todos os elementos que devem ser compreendidos nos autos do processo de contratação pública, senão vejamos:

Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;

II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;

III - a definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento;

IV - o orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação;

V - a elaboração do edital de licitação;

VI - a elaboração de minuta de contrato, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;

VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

bela, amada e gentil

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852

XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o art. 24 desta Lei.

Analisando os documentos que compõe a instrução do processo de contratação, constata-se a presença da definição do objeto e das justificativas para a sua contratação, a autorização da Autoridade Competente para a instauração do processo de contratação, o Estudo Técnico Preliminar, a Pesquisa Mercadológica, a Previsão de Dotação Orçamentária, o Termo de Referência, a Designação do Pregoeiro e da Equipe de Apoio, a Minuta do Edital e Contrato.

Desta forma, é possível aferir claramente que os autos do processo se encontram devidamente instruídos, atendendo as exigências mínimas legais, ficando evidenciada a solução mais adequada para atendimento da necessidade pública.

Seguindo a análise, verifica-se que o termo de referência elaborado a partir do estudo técnico preliminar, contém os seguintes itens: definição do objeto, justificativa, prazo de entrega e condições de execução, condições de pagamento, dotação orçamentária, obrigações da Contratante e da Contratada, fiscalização, extinção do contrato e sanções aplicáveis, contendo, por conseguinte, todos os elementos exigidos pelo inciso XIII do artigo 6º da Lei n. 14.133/2021, que assim determina:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

XXIII - termo de referência: documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos:

- a) definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação;
- b) fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas;
- c) descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto;
- d) requisitos da contratação;
- e) modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento;

Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso; VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação; IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

X - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

XI - contratações correlatas e/ou interdependentes;

XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;

XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

Desta forma, é possível aferir que a fase preparatória do certame encontra-se em consonância com as exigências mínimas exigidas pela Lei n. 14.133/2021, para fins de contratação.

Da Minuta do Edital, conforme já informado ao norte, a elaboração é um dos elementos que devem ser observados na fase interna da licitação pública, devendo conter em seus anexos: o estudo técnico preliminar, a ata de registros de preços se for o caso, o termo de referência e a minuta do contrato.

Diante do apresentado, afere-se que os itens da minuta do Edital estão definidos de forma clara e com a devida observância do determinado no artigo 25 da Lei n. 14.133/2021, que assim dispõe:

Art. 25. O edital deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento.

Ademais, contém a minuta do contrato as seguintes cláusulas: documentos, objeto, obrigações da Contratante e Contratada, preço, dotação orçamentária, pagamento, entrega

e recebimento do objeto, alterações, sanções administrativas, vigência, extinção do contrato, casos omissos, publicações e eleição de foro.

Nesta esteira, o artigo 92 e incisos da Lei n. 14.133/2021, estabelece as cláusulas que são necessárias nos contratos administrativos, senão vejamos:

Art. 92. São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam:

I - o objeto e seus elementos característicos;

II - a vinculação ao edital de licitação e à proposta do licitante vencedor ou ao ato que tiver autorizado a contratação direta e a respectiva proposta;

III - a legislação aplicável à execução do contrato, inclusive quanto aos casos omissos;

IV - o regime de execução ou a forma de fornecimento;

V - o preço e as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços e os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;

VI - os critérios e a periodicidade da medição, quando for o caso, e o prazo para liquidação e para pagamento;

VII - os prazos de início das etapas de execução, conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo, quando for o caso;

VIII - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;

IX - a matriz de risco, quando for o caso;

X - o prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços, quando for o caso;

XI - o prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso;

XII - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas, inclusive as que forem oferecidas pelo contratado no caso de antecipação de valores a título de pagamento;

XIII - o prazo de garantia mínima do objeto, observados os prazos mínimos estabelecidos nesta Lei e nas normas técnicas aplicáveis, e as condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso;

XIV - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas e suas bases de cálculo;

bela, amada e gentil

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852

www.ubirata.pr.gov.br

XV - as condições de importação e a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;

XVI - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;

XVII - a obrigação de o contratado cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

XVIII - o modelo de gestão do contrato, observados os requisitos definidos em regulamento;

XIX - os casos de extinção.

Portanto, a minuta do contrato encontra-se com as cláusulas mínimas devidamente amparadas na Lei n. 14.133/2021.

Ainda, a minuta do Edital do processo licitatório estabelece a modalidade de licitação para a contratação do objeto como sendo o pregão em sua forma eletrônica, o que se encontra em perfeita correção uma vez que o objeto se enquadra na categoria de bens comuns, com padrões de qualidade e desempenho passíveis de descrição objetiva e usualmente encontrados no mercado, atendendo o disposto nos incisos XIII e XLI, do artigo 6º da Lei n. 14.133/2021.

Isto posto, o critério de seleção da proposta como sendo o “menor preço por item”, do mesmo modo, mostra-se adequado para a modalidade determinada pelo legislador.

Destacamos ainda que é obrigatória a divulgação e a manutenção do inteiro teor do edital de licitação e dos seus anexos e do termo de contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas e a publicação de extrato do edital no Diário Oficial da União, conforme determinam os art. 54, caput e §1º, e art. 94 da Lei n. 14.133, de 2021.

Destacamos também que, após a homologação do processo licitatório, é obrigatória a disponibilização no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) dos documentos elaborados na fase preparatória que porventura não tenham integrado o edital e seus anexos, conforme determina o art. 54, §3º, da Lei n. 14.133, de 2021.

Por fim, em caráter orientativo, visto que o presente parecer não tem o condão de imiscuir-se nas questões eminentemente técnicas, administrativas ou econômico-financeiras adotadas no Edital, limitando-se aos aspectos estritamente jurídicos, encontrando-se o processo dentro dos permissivos legais, notadamente com relação à Lei Federal nº 14.133/21, exaro parecer OPINATIVO FAVORÁVEL, a realização do certame licitatório pretendido pela Administração Pública.

É o Parecer.

Ubiratã, 17 de fevereiro de 2025.

(assinado digitalmente)

Kamila Jordana de Souza Rodrigues
Procuradora-Geral
OAB/PR 99.140



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 0707-91AE-27F2-7767

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



KAMILA JORDANA RODRIGUES (CPF 081.XXX.XXX-00) em 17/02/2025 11:17:50 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/0707-91AE-27F2-7767>

Proc. Administrativo 9- 1.256/2025

De: Diego B. - SEMAD-LICIT

Para: SEMAD-LICIT - Divisão de Licitação

Data: 17/02/2025 às 13:58:00

Prezados, segue edital assinado pela autoridade superior.

—

Diego da Silva Bezerra

Divisão de Licitação

Anexos:

EDITAL_6683_2025_assinado.pdf

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2025

MUNICÍPIO DE UBIRATÃ

UASG 987933

OBJETO:

Aquisição de ovos de páscoa para distribuição gratuita destinada aos alunos da Rede Municipal de Educação.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:

R\$ 64.568,00(sessenta e quatro mil e quinhentos e sessenta e oito reais).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA:

Dia 07/03/2025 às 08H15MIN (horário de Brasília/DF)

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA:

<https://www.gov.br/compras/pt-br/>

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço por item

MODO DE DISPUTA:

Aberto

PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP/EQUIPARADAS:

SIM

bela, amada e gentil

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852
CEP 85.440-000 | Fone (44) 3543-8000
www.ubirata.pr.gov.br

SUMÁRIO

1.	DO OBJETO	3
2.	DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.....	3
3.	DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
4.	DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	7
5.	DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	8
6.	DA FASE DE JULGAMENTO.....	11
7.	DA FASE DE HABILITAÇÃO	12
8.	DOS RECURSOS	14
9.	DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	15
10.	DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....	17
11.	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	18

MUNICÍPIO DE UBIRATÃ - PR

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2025

Processo Administrativo nº 6683/2025

Torna-se público que o **MUNICÍPIO DE UBIRATÃ**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 76.950.096/0001-10, com sede administrativa no Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt, localizado na Avenida Nilza de Oliveira Pipino, nº 1852, Centro, na cidade de Ubiratã, Estado do Paraná, CEP nº 85.440-000, por meio da Divisão de Licitações e Contratos, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do Decreto Municipal nº 58/2022, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a **Aquisição de ovos de páscoa para distribuição gratuita destinados aos alunos da Rede Municipal de Educação**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em único item.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. A participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos

com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

- 2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 2.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 2.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 2.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;
- 2.7.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- 2.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.7.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.8. O impedimento de que trata o item 2.7.4 será também aplicada ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.2 e 2.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.11. O disposto nos itens 2.7.2 e 2.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.13. A vedação de que trata o item 2.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.5.1. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aqueles itens;

3.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3 ou 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.11.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. valor unitário do item;

4.1.2. Marca;

4.1.3. Fabricante;

4.1.4. Quantidade cotada.

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8.1. O prazo de validade da proposta será de **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

4.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, conforme critério de julgamento estabelecido.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.11. Os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente depois de decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

5.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

5.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.19.2.2. empresas brasileiras;

5.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.20.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

5.20.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.20.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.20.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.20.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.20.6. O modelo de proposta, contendo as informações mínimas obrigatórias, integra este edital na forma de anexo (Anexo I).

5.20.7. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.21. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.1.4. Cadastro de Impedidos de Licitar do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (<https://crcap.tce.pr.gov.br/ConsultarImpedidos.aspx>);

6.1.5. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 3.5 deste edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do

preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 6.7.1. conter vícios insanáveis;
- 6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

- 6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 15% (quinze por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou em formato digital.

7.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.10. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

7.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.11. É de responsabilidade de o licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, **no prazo de duas horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.13. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

7.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.15. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.12.1.

7.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, depois de concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

7.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 15 (quinze) minutos.

8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

- 8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <http://www.ubirata.pr.gov.br/>.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- 9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- 9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 9.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
- 9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 9.1.5. fraudar a licitação
- 9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

9.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

9.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. advertência;

9.2.2. multa;

9.2.3. impedimento de licitar e contratar e

9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

9.3.2. as peculiaridades do caso concreto

9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato lícitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato lícitado.

9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato lícitado.

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem

como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

9.10. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 02 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 05 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do e-mail: duvidaslicitacao@ubirata.pr.gov.br.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.4.2. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.
- 11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, do formalismo moderado, a finalidade e a segurança da contratação.
- 11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <http://www.ubirata.pr.gov.br/>.
- 11.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 11.11.1. ANEXO I – Modelo de Proposta
 - 11.11.2. ANEXO II - Termo de Referência
 - 11.11.2.1. Apêndice do Anexo II – Estudo Técnico Preliminar
 - 11.11.3. ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato

Ubiratã, Paraná, 17 de fevereiro de 2025.

FABIO DE
OLIVEIRA
DALECIO:6007602
0959

Assinado de forma digital
por FABIO DE OLIVEIRA
DALECIO:60076020959
Dados: 2025.02.17
13:40:47 -03'00'

FÁBIO DE OLIVEIRA DALÉCIO

Prefeito de Ubiratã

ANEXO I
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2025

RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE

Nº DO CNPJ

Endereço, Cidade e Estado.

Nº do Telefone.

Endereço de e-mail.

1. Apresentamos e submetemos à apreciação nossa proposta de preços, a preços fixos, relativa à execução do objeto do Pregão em epígrafe:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UN	V. UNIT	V. TOTAL	MARCA
1						

2. Se vencedora da Licitação, assinará a Ata de Registro de Preços, Contrato ou documento equivalente, na qualidade de representante legal o Senhor (a) (**Nome, CPF, RG, Endereço**).

3. Se vencedora da Licitação, o preposto da empresa para representá-la será o (a) Senhor (a) (**Nome, CPF, RG, Endereço, Telefone, e-mail**).

4. Os pagamentos deverão ser efetuados em conta corrente própria da Licitante, sendo (**Banco, Agência e Conta**).

5. Para fins de comunicação oficial junto ao Município de Ubatuba, informamos o e-mail (**e-mail**), para o qual poderá ser encaminhada qualquer correspondência oficial originada por este município e suas respectivas secretarias, como ordem de compras/serviços, nota de empenho, contratos, atas de registro de preços e termos aditivos para assinatura, documentos produzidos em processos administrativos sancionatórios, entre outros, sendo que nos comprometemos a comunicar o Município de Ubatuba em caso de modificação do e-mail indicado para contato.

6. Declaramos para todos os fins de direito e sob pena de responsabilidade:

- Que nossa proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na presente data;

- Que possuímos conhecimento bem como atendemos a todas as exigências relativas à habilitação no presente certame, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

- Que inexistem fatos supervenientes impeditivos da habilitação ou que comprometam a nossa idoneidade nos termos da lei e que não estamos suspensas de licitar e contratar com o Município de Ubatuba, tampouco inidônea em qualquer esfera da Administração Pública;
- Que não mantemos em nosso quadro de pessoal menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos - Lei nº 10.097/00 e art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal;
- Que não possuímos em nosso quadro societário servidores públicos do Município de Ubatuba ou qualquer pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com o Prefeito, Vice-Prefeito ou com servidores públicos que desempenhem função na licitação ou atuem na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

Local e data.

Nome e Assinatura do representante legal

TERMO DE REFERÊNCIA 14/2025

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Aquisição de ovos de páscoa para distribuição gratuita destinados aos alunos da Rede Municipal de Educação.

Lote	Item	Descrição	Qtd	Un	V. Unit R\$	V. Total R\$
1	1	Ovos de Páscoa, livre de gordura hidrogenada composto de chocolate ao leite, de no mínimo 250 gramas, contendo brinquedo no estilo jogo da memória em seu interior. Ingredientes: açúcar cristal, gordura vegetal, cacau em pó, soro de leite em pó, leite integral em pó, soro de leite em pó, emulsificantes: lecitina de soja, polirricinoleato de poliglicerol, aroma idêntico ao natural. Não conter glúten. Embalado individualmente envoltórios em papel aluminizado com os dizeres nutricionais, tamanho grande, 0,007 micras, bopp, aproximadamente 700x700mm, com laço acetinado com no mínimo 30 mm de largura para amarração do ovo, e base plástica grande no fundo do ovo. A embalagem deve conter informações sobre o peso e data de validade. Validade mínima de 60 dias a partir da data da entrega, sendo as informações nutricionais e ingredientes fixados na embalagem do Ovo de Páscoa.	2800	UN.	23,06	64.568,00

- 1.1. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 62, de 05 abril de 2023.
- 1.3. O prazo de vigência da contratação é de 06 meses contados a partir da assinatura da ata de contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADA O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 3.1. A descrição da solução como um todo se encontra pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 4.1 No caso de recusa do objeto contratado, o prazo para substituição será a metade do prazo inicialmente estipulado para entrega, sujeitando-se a empresa às penalidades previstas no presente Termo de Referência.
- 4.2 O objeto deverá ser entregue em perfeitas condições, novo, sem uso, devidamente lacrado em embalagem própria, original do fabricante e sem violação, conforme especificação, prazo e local constante no presente Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, quando couber.
- 4.3 Os produtos deverão estar com aspecto, textura e características próprias do produto. Sendo que serão recusados principalmente os produtos que estiverem quebrados e derretidos.
- 4.4 O objeto deverá ser entregue em veículo próprio da empresa, podendo ser ainda através de serviços postais, transportadoras ou outros serviços de entrega, vedada a entrega através de veículos oficiais e/ou servidores do município.
- 4.5 Os produtos deverão estar dentro do prazo de validade, não serão aceitos os produtos com validade inferior a 80% da sua fabricação.
- 4.6 A empresa se sujeita ao recebimento provisório do objeto pelo Município para fins de conferência, independente da forma de entrega, cabendo exclusivamente à empresa a retirada/substituição do objeto recusado.
- 4.7 A empresa deverá arcar com todas as despesas referentes à entrega do objeto, como transporte, mão de obra, encargos sociais, pedágio, entre outras.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- Condições de Entrega

- 5.1. O fornecimento do objeto será de acordo com a necessidade do Município, de maneira integral.
- 5.2. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Rua: Princesa Izabel, 1593 de segunda a sexta nos horários 08:00 as 11:30 das 13:00 as 16:30.
- 5.3. A empresa se sujeita ao recebimento provisório do objeto pelo Município para fins de conferência, independente da forma de entrega, cabendo exclusivamente à empresa a retirada/substituição do objeto recusado.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

- 6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, o (a) senhor (a) Sidineia Teixeira Maciel Baqueta, ou pelos respectivos substitutos, o (a) senhor (a) Adriana do Nascimento Alves Caracanha.

Fiscalização Técnica

- 6.7. O fiscal técnico do contrato a senhora Edicleia Aparecida Duarte Felizari acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

- 6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

- 6.9. O gestor do contrato, o (a) senhor (a) Sebastião Osmar Beraldo, coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

- 6.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso..
- 6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

- 7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10(dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.
- 7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

- 7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

- 7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, será efetuada a sua liquidação.
- 7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

o prazo de validade;

a data da emissão;

os dados do contrato e do órgão contratante;

o período respectivo de execução do contrato;

o valor a pagar; e

eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

- 7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
- 7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal.
- 7.13. A Administração deverá verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital e identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 7.14. Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação fiscal.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado, contado da finalização da liquidação da despesa, até o décimo dia do mês subsequente, desde que o documento esteja em tempo hábil na Divisão de Tesouraria do Município.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do INPC.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço/menor desconto.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será integral/parcelado/continuado.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

- 8.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 8.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 8.12. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.
- 8.13. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).
- 8.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 8.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 8.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.20. Prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

Não será exigida qualificação técnica para a presente licitação.

Qualificação Técnica

9. Não será exigida qualificação técnica para a presente licitação.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 10.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 64.568,00 sessenta e quatro mil quinhentos e sessenta oito reais.
- 10.2. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):
- 10.3. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 10.4. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

Poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Ubatã.

Órgão	Despesa	Categoria	Descrição	Fonte	Valor
0502	9470	33903299 0100	Outros Materiais para Distribuição Gratuita	0	29.978,00
0503	9474	33903299 0100	Outros Materiais para Distribuição Gratuita	0	29.978,00
0503	9476	33903299 0100	Outros Materiais para Distribuição Gratuita	0	4.612,00

- 11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- 11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Ubatã 14 de fevereiro de 2025.

ANDRESSA F. T. DE LIMA

ANEXO III
MINUTA DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE UBIRATÃ – PR

Processo Administrativo nº 6683/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 6683/2025, QUE FAZEM
ENTRE SI O MUNICÍPIO DE UBIRATÃ E
.....

O **MUNICÍPIO DE UBIRATÃ**, inscrito no CNPJ sob o nº 76.950.096/0001-10, com sede no Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt, localizado na Avenida Nilza de Oliveira Pipino, nº 1852, Centro, na cidade de Ubiratã, Estado do Paraná, CEP nº 85.440-000, neste ato representado pelo prefeito Fábio de Oliveira Dalécio, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), *inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na*, doravante designado CONTRATADO, *neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos*, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico **n.º 06/2025**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a **Aquisição de ovos de páscoa para distribuição gratuita destinados aos alunos da Rede Municipal de Educação**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

Lote	Item	Descrição	Qtd	Un	V. Unit R\$	V. Total R\$
1	1	Ovos de Páscoa, livre de gordura hidrogenada composto de chocolate ao leite, de no mínimo 250 gramas, contendo brinquedo no estilo jogo da memória em seu interior. Ingredientes: açúcar cristal, gordura vegetal, cacau em pó, soro de leite em pó, leite integral em pó, soro de leite em pó, emulsificantes: lecitina de soja, polirricinoleato de poliglicerol,	2.800	UN.	-	-

	<p>aroma idêntico ao natural. Não conter glúten. Embalado individualmente envoltórios em papel aluminizado com os dizeres nutricionais, tamanho grande, 0,007 micras, bopp, aproximadamente 700x700mm, com laço acetinado com no mínimo 30 mm de largura para amarração do ovo, e base plástica grande no fundo do ovo. A embalagem deve conter informações sobre o peso e data de validade. Validade mínima de 60 dias a partir da data da entrega, sendo as informações nutricionais e ingredientes fixados na embalagem do Ovo de Páscoa.</p>				
--	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--	--	--

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 6 meses contados do(a) assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO (art. 92, V)

- 5.1. *O valor total da contratação é de R\$...... (.....)*
- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

- 6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE (art. 92, V)

- 7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/__ (DD/MM/AAAA).
- 7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

- 8.1. São obrigações do Contratante:
- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.8. Cientificar o órgão de representação judicial do município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.10. A Administração terá o prazo de 15 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 dias.
- 8.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));
- 9.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

- 9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 9.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));
- 9.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));
- 9.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento

do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- iv. **Multa:**

1. Moratória de 2,0% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
 - i. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
 2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 20% a 30% do valor do Contrato.
 3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de 15% a 22,5% do valor do Contrato.
 4. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de 7,5% a 15% do valor do Contrato.
 5. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1, a multa será de 1% a 5% do valor do Contrato.
 6. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 11.1, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato.
- 11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))
- 11.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
 - 11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))
 - 11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
 - 11.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 11.5. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

11.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução [Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

12.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.1.1. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

12.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.3.3. Indenizações e multas.

12.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

12.5. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Órgão	Despesa	Categoria	Descrição	Fonte	Valor
0502	9470	339032990100	Outros Materiais para Distribuição Gratuita	0	29.978,00
0503	9474	339032990100	Outros Materiais para Distribuição Gratuita	0	29.978,00
0503	9476	339032990100	Outros Materiais para Distribuição Gratuita	0	4.612,00

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Ubatuba para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

[Local], [dia] de [mês] de 2025.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

Proc. Administrativo 10- 1.256/2025

De: Diego B. - SEMAD-LICIT

Para: SEMAD-LICIT - Divisão de Licitação

Data: 18/02/2025 às 08:30:46

Seguem as publicações.

—

Diego da Silva Bezerra

Divisão de Licitação

Anexos:

Editais_Correto_indd.pdf

JORNAL_6683.pdf

Portal_Nacional_de_Contratacoes_Publicas.pdf

PREFEITURA_MUNICIPAL_DE_UBIRATA_Portal_da_Transparencia.pdf

Relacaoltens98793305900062025000.pdf

SIASGnet_DC_Disponibilizar_Aviso_de_Licitacao_apenas_para_Divulgacao.pdf



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 05/2024
SEGUNDA RETIFICAÇÃO AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 05/2024

A Prefeita Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Senhora **MARTA IONE TOZETTO**, no uso das suas atribuições legais e de conformidade com o art. 37, II, da Constituição Federal, Lei Orgânica do Município, **TORNA PÚBLICO**, para o conhecimento dos interessados, a SEGUNDA RETIFICAÇÃO AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 05/2024, nos seguintes termos:

CONSIDERANDO, os *Princípios da Autotutela, da Legalidade, da Impessoalidade, da Moralidade e da Publicidade* inseridos na Constituição Federal,

CONSIDERANDO a possibilidade que a Administração Pública possui de anular ou revogar seus próprios atos com fundamento nas Súmulas 346 e 473 do STF, *in verbis* “**Súmula 346.** A Administração pode declarar a nulidade dos seus próprios atos”; e, “**Súmula 473.** A administração pode anular seus próprios atos quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los por motivos de conveniência e oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial”,

CONSIDERANDO o Decreto nº 10.297 de 05 de julho de 2024 que dispõe sobre a suspensão temporária do Processo Seletivo 05/2024;

CONSIDERANDO decisão final do processo administrativo que recomendou a anulação da primeira prova aplicada;

CONSIDERANDO o Termo de Cessão assinado com a Empresa GS ASSESSORIA E CONSULTORIA, - ME como segunda colocada, convocada a assumir o prosseguimento do Edital de Processo Seletivo 05/2024,

CONSIDERANDO que é dever fundamental do ente municipal corrigir e disponibilizar os dados completos e corretos para o bom andamento e lisura do Processo Seletivo;

1. **DETERMINA:**

1.1 – Reabrir o prazo de reinscrição dos candidatos **deferidos e homologados**, aptos para a prova objetiva e prática.

1.1.1 – O prazo iniciará no **dia 18 de fevereiro de 2025, às 8h00min e findará no dia 07 de março de 2025 às 17h00min**, no site oficial www.gsassessoriaconcursos.com.br na área do candidato.

1.1.2 – Consideram-se candidatos deferidos e homologados, aqueles que efetuaram a inscrição, pagaram o boleto e estão listados no rol de inscrições homologadas quando da realização da primeira prova.

1.1.3 – Os candidatos serão comunicados através de contato telefônico e/ou e-mail do presente edital e prazo para reinscrição.

1.1.3.1 – Considera-se cientificado o candidato a confirmação de recebimento do e-mail e no whatsapp a visualização da mensagem notificada pelo aplicativo.

1.1.4 – Os candidatos que não confirmarem o recebimento das novas datas e prazos serão comunicados através de edital em jornal de circulação regional apenas uma vez para procederem reinscrição no prazo de 48 (quarenta e oito) horas (se houver).

1.1.5 – Os candidatos que não realizarem a reinscrição no site acima informado não poderão realizar a prova na data designada, renunciarão qualquer direito sobre o certame e não poderão alegar desconhecimento.

1.2. Os candidatos deferidos e já homologados aptos para a prova objetiva e prática não necessitarão pagar a taxa de inscrição.

1.3 – Os novos prazos para execução das fases necessárias e obrigatórias do Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 05/2024 serão os seguintes, doravante:

1.3.1 – Período de reinscrição dos candidatos homologados e deferidos: **18.02.2025 a 07.03.2025;**

1.3.2 – Publicação de comunicação por edital: **10/03/2025 (se houver);**

1.3.2 – Período de prazo de reinscrição dos candidatos comunicados por edital: **11/03/2025 e 12/03/2025;**

1.3.2 – Publicação final dos reinscritos aptos para a prova objetiva e pratica: **13.03.2025;**

1.3.3 – Publicação do Ensalamento e Local da Prova Objetiva e Prática: **14.03.2025;**

1.3.4 – Aplicação da Prova Objetiva: **16.03.2024 – 09:00 horas;**

1.3.5 – Aplicação da Prova Prática: **16.03.2025 – 13:30 horas;**

1.3.6 – Divulgação do Gabarito Preliminar da prova objetiva e pratica: **17.03.2025,**

1.3.7 – Prazo de interposição de recursos ao gabarito preliminar e questões da Prova Objetiva e Prática: **19.03.2025 até às 23h;**

1.3.8 – Divulgação do Gabarito Definitivo da Prova Objetiva: **21.03.2025;**

1.3.9 – Divulgação da Ata de Classificação Preliminar: **24.3.2025;**

1.3.10 – Prazo para interposição de Recursos contra Ata de Classificação Preliminar: **25.03.2025;**

1.3.11 – Divulgação da Ata de Classificação Final: **27.03.2025.**

1.4 – Os candidatos que não comparecerem para realizar a prova integrarão a porcentagem de abstenção do certame.

1.5. – Em hipótese alguma o valor recolhido como taxa de inscrição da primeira prova será devolvido aos candidatos.

1.6 – Fica mantido na íntegra o Anexo II – Conteúdo Programático para as Provas Objetivas e o Anexo III – Prova Prática do Edital nº 05/2024 respeitada sua retificação.

1.7 - As demais cláusulas do Edital 005/2024, permanecerão inalteradas.

1.8– Esta **SEGUNDA RETIFICAÇÃO AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 05/2024** entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita, em 14 de fevereiro de 2025



MARTA IONE TOZETTO
Prefeita Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº 496/2024
IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES CONTRATANTES

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE – PR
CNPJ/MF sob nº 75.927.582/0001-55
RICARDO ANTONIO ORTINA
C.P.F. nº 213.037.039-04

CONTRATADO: 57140986 ALTENIR DOS SANTOS
CNPJ sob nº 57.140.986/0001-12
ALTENIR DOS SANTOS
CPF Nº 025.368.519-23

FUNDAMENTO - Art. 138, inciso II da Lei nº 14.133/21.
DO OBJETO DA RESCISÃO - Cláusula 1ª. A presente rescisão tem como objeto, o contrato administrativo celebrado entre as partes supra mencionadas, com o seguinte objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de mão de obra, conforme as demandas de necessidade do município de Santo Antonio do Sudoeste-PR, de acordo com o Chamamento Público Nº 007/2024, Processo inexigibilidade Nº 64/2024.

Santo Antonio do Sudoeste – PR, 17/02/2025.

RICARDO ANTONIO ORTINA - PREFEITO MUNICIPAL

MUNICIPIO DE LAJEADO GRANDE. AVISO DE LICITAÇÃO. Processo Adm. nº 026/2025. EDITAL: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 004/2025. TIPO: Menor preço por item. OBJETO: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços de hora máquina com escavadeira hidráulica e trator sobre esteiras, para atender as necessidades das Secretarias de Desenvolvimento Rural, Agricultura e Meio Ambiente e Transportes, Obras e Serviços Urbanos de Lajeado Grande. Entrega dos Envelopes: até às 07h45min do dia 06 de março de 2025. Abertura dos Envelopes: às 07h50min do dia 06 de março de 2025. O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Rua Vitória 503, centro, de segunda à sexta, das 08h às 11h e das 13h30min às 15h, pelo fone (49) 3355 0012, ou na página eletrônica do município www.lajeadogrande.sc.gov.br. Lajeado Grande (SC), 14 de fevereiro de 2025. ANDERSON ELIAS BIANCHI. Prefeito Municipal.

MUNICÍPIO DE ARABUTÃ- SC
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE
LICITAÇÃO Nº 12/2025.

O prefeito torna público que ratificou o ato que declarou inexigível a licitação, nos termos do art. 74, inc. III, da Lei nº 14.133/2021 para INSCRIÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS EM CURSO: “PREGOEIROS SUMMIT 2025” QUE OCORRERÁ ENTRE OS DIAS 19/02/2025 A 21/02/2025 EM FLORIANÓPOLIS-SC, com valor total de R\$ 12.760,00;

Arabutã SC, 14 de fevereiro de 2025.
Olguin Ricardo Metz
Prefeito

MUNICÍPIO DE UBIRATÃ-PR

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 6683/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2025

MUNICÍPIO DE UBIRATÃ: UASG 987933

OBJETO: Aquisição de ovos de páscoa para distribuição gratuita destinada aos alunos da Rede Municipal de Educação.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 64.568,00(sessenta e quatro mil e quinhentos e sessenta e oito reais).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 07/03/2025 às 08H15MIN (horário de Brasília/DF)

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço por item.

MODO DE DISPUTA: Aberto.

Preferência ME/EPP/equiparadas: LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP/EQUIPARADAS: SIM.

Obtenção de edital e seus anexos: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, <https://www.ubirata.pr.gov.br> e PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS.

ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES: duvidaslicitacao@ubirata.pr.gov.br

Ubiratã, Paraná, 17 de fevereiro de 2025.

EXTRATO ADITIVO Nº 02 DO CONTRATO
ADMINISTRATIVO Nº 57/2023
Processo inexigibilidade Nº 8/2023

OBJETO: Contratação de Profissionais Psicólogo e Fonoaudiólogo para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Secretaria de Educação, Cultura e esportes do Município, conforme quantidades, especificações, exigências e condições estabelecidas no Chamamento Público 009/2022..

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: NANDARA EMILY LIMA.

VIGÊNCIA: 07/02/2026.

VALOR RENOVADO: R\$ 44.759,04(Quarenta e Quatro Mil, Setecentos e Cinquenta e Nove Reais e Quatro Centavos).

DATA DA ASSINATURA: 07/02/2025.

PELA CONTRATANTE: RICARDO ANTONIO ORTINA - Prefeito Municipal
e pela contratada: NANDARA EMILY LIMA - Representante Legal

MUNICÍPIO DE ARABUTÃ- SC
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA
DE LICITAÇÃO Nº 009/2025.

O prefeito de Arabutã torna público que ratificou o ato que declarou Dispensável a licitação, com fundamento no art. no art. 75, inciso IV, “a”, da Lei Federal nº 14.133/2021, a contratação da empresa AUTOSHOW GM COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA, CNPJ 10.582.050/0001-88, para realização dos serviços de revisão obrigatória do veículo Chevrolet Spin, ano de fabricação 2022, ano modelo 2022, chassi 9BGJP7520NB183040, placa RXU0F62, cor branca, pertencente à Secretaria Municipal de Educação, R\$ 3.133,87 (três mil, cento e trinta e três reais e oitenta e sete centavos).

Arabutã SC, 17 de fevereiro de 2025.

Olguin Ricardo Metz
Prefeito

MUNICÍPIO DE UBIRATÃ-PR

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 5/2025

Processo administrativo: 6682/2025

Município de Ubiratã: UASG 987933

Objeto: Aquisição de recargas de gás e botijões, para atendimento das Secretarias do município de Ubiratã e da Unidade de Valorização de Recicláveis (UVR).

Valor total da contratação: R\$ 194.020,07 (cento e noventa e quatro mil e vinte reais e sete centavos).

Data da sessão pública: Dia 10/03/2025 às 08h15min (horário de Brasília/DF)

Local da sessão pública: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

Critério de julgamento: Menor preço por item

Modo de disputa: Aberto

Preferência ME/EPP/equiparadas: NÃO para o item 2 e SIM para os demais itens

Obtenção do edital e seus anexos: www.ubirata.pr.gov.br, <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, e Portal Nacional de Contratações Públicas.

Esclarecimentos e impugnações: duvidaslicitacao@ubirata.pr.gov.br
Ubiratã, Paraná, 17 de fevereiro de 2025.

EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº 399/2022
IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES CONTRATANTES

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE – PR
CNPJ/MF sob nº 75.927.582/0001-55
RICARDO ANTONIO ORTINA
C.P.F. nº 213.037.039-04

CONTRATADO: PAULO LEMES DE LIMA - RESTAURANTE
CNPJ sob nº 32.583.927/0001-98
PAULO LEMES DE LIMA
CPF Nº 038.661.859-36

FUNDAMENTO - Art. 138, inciso II da Lei nº 14.133/21.
DO OBJETO DA RESCISÃO - Cláusula 1ª. A presente rescisão tem como objeto, o contrato administrativo celebrado entre as partes supra mencionadas, com o seguinte objeto: FORNECIMENTO DE MARMITAS E REFEIÇÕES TIPO BUFFET (DESTINADAS AOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS E VISITANTES A SERVIÇO DA MUNICIPALIDADE, Conforme CHAMAMENTO 008/2022., Processo inexigibilidade Nº 48/2022.

Santo Antonio do Sudoeste – PR, 17/02/2025.

RICARDO ANTONIO ORTINA - PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO ADITIVO Nº 01 DO CONTRATO
ADMINISTRATIVO Nº 44/2024
Processo dispensa Nº 15/2024

OBJETO: contratação de empresa para prestação de serviços de transporte de passageiros visando o atendimento aos Grupos de Idosos que frequentam as atividades do município e região.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: LUIZ ALBERTO FERREIRA DOS ANJOS - ME.

VIGÊNCIA: 06/02/2026.

VALOR RENOVADO: R\$ 57.950,00(Cinquenta e Sete Mil, Novecentos e Cinquenta Reais).

DATA DA ASSINATURA: 07/02/2025.

PELA CONTRATANTE: RICARDO ANTONIO ORTINA - Prefeito Municipal
e pela contratada: LUIZ ALBERTO FERREIRA DOS ANJOS - Representante Legal



JORNAL OFICIAL ELETRÔNICO

MUNICÍPIO DE UBIRATÃ - PR

SEGUNDA-FEIRA, 17 DE FEVEREIRO DE 2025

EDIÇÃO ESPECIAL Nº 2.173- ANO: XX

Página 2 de 4

www.ubirata.pr.gov.br

Selma de Souza	1285-8	Agente da Dengue	Saúde	10	19/11/2022 a 18/11/2023	05/03/2025
Silvia de Melo Vaz	2326-4	Guardiã de bens públicos	Saúde	30	01/06/2023 a 31/05/2024	10/03/2025

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. CLAUDINEI EDSON DALLA CORTE

PORTARIA - REPUBLICAÇÃO

PORTARIA Nº 91, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2025

Designa servidores para exercer função de chefia de setor.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para exercerem a função de chefe de setor, conforme detalhado:

Nome	Matrícula	Cargo Origem	Designação	Lotação	A partir de
Bruno Eduardo de Souza	2154-7	Assistente de Administração, GEM, G – I, Ref. 8, lotado na Secretaria das Finanças e Planejamento	Chefe de Setor de Seleção e Treinamento, FG-04	Administração	10/02/2025
Camila Aparecida Carvalho da Silva	1866-0	Assistente de Administração, GEM, G – I, Ref. 8	Chefe de Setor de Compras, FG-04	Administração	03/02/2025

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO DE OLIVEIRA DALÉCIO

PROCESSOS LICITATÓRIOS

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 5/2025

Processo administrativo: 6682/2025

Município de Ubatuba: UASG 987933

Objeto: Aquisição de recargas de gás e botijões, para atendimento das Secretarias do município de Ubatuba e da Unidade de Valorização de Recicláveis (UVR).

Valor total da contratação: R\$ 194.020,07 (cento e noventa e quatro mil e vinte reais e sete centavos).

Data da sessão pública: Dia 10/03/2025 às 08h15min (horário de Brasília/DF)

Local da sessão pública: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

Critério de julgamento: Menor preço por item

Modo de disputa: Aberto

Preferência ME/EPP/equiparadas: NÃO para o item 2 e SIM para os demais itens

Obtenção do edital e seus anexos: www.ubirata.pr.gov.br, <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, e Portal Nacional de Contratações Públicas.Esclarecimentos e impugnações: duvidaslicitacao@ubirata.pr.gov.br

Ubatuba, Paraná, 17 de fevereiro de 2025.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 6683/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2025

MUNICÍPIO DE UBIRATÃ: UASG 987933

OBJETO: Aquisição de ovos de páscoa para distribuição gratuita destinada aos alunos da Rede Municipal de Educação.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 64.568,00 (sessenta e quatro mil e quinhentos e sessenta e oito reais).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 07/03/2025 às 08h15min (horário de Brasília/DF)

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço por item.

MODO DE DISPUTA: Aberto.

Preferência ME/EPP/equiparadas: LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP/EQUIPARADAS: SIM.

Obtenção de edital e seus anexos: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, <https://www.ubirata.pr.gov.br> e PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS.ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES: duvidaslicitacao@ubirata.pr.gov.br

Ubatuba, Paraná, 17 de fevereiro de 2025.

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito de Ubatuba, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e alterações posteriores, resolve ADJUDICAR E HOMOLOGAR a presente licitação nos termos abaixo, conforme comprovações constantes nos autos do processo licitatório respectivo:

1. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 6676/2025.

2. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2025.

3. OBJETO DA LICITAÇÃO: Aquisição de Mobiliário (mesas e cadeiras plásticas) visando equipar a Feira da Gente do Município de Ubatuba.

4. FORNECEDOR: RIO DAS PEDRAS COMÉRCIO DE ARTIGOS PLÁSTICOS, inscrita no CNPJ nº 43.297.596/0001-46, estabelecida à Avenida Benedito De Campos, no nº 463, Jardim do Trevo, CEP nº 13030-100, no município de Campinas, Estado de São Paulo.

VALOR: R\$ 10.478,00 (dez mil quatrocentos e setenta e oito reais).

5. DATA DA ADJUDICAÇÃO: 17/02/2025.

6. DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 17/02/2025.

Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt, 17 de fevereiro de 2025.

FÁBIO DE OLIVEIRA DALÉCIO

Prefeito de Ubatuba



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICP-Brasil e Protocolado com Carimbo de Tempo SCT de acordo com a Medida Provisória 2200-2 do Art. 10º de 24.08.01 da ICP-Brasil

Arquivo Assinado Digitalmente por Município de Ubatuba. A Prefeitura Municipal Ubatuba - PR concede garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através de www.ubirata.pr.gov.br, no link Jornal Oficial Online. Proc. Administrativo 1.256/2025 | Anexo: JORNAL_6683.pdf (1/1)

Acessar Contratação

Última atualização 18/02/2025

Local: Ubiratã/PR **Órgão:** MUNICIPIO DE UBIRATA **Unidade compradora:** 987933 - PREF.MUN.DE UBIRATA - PR

Modalidade da contratação: Pregão - Eletrônico **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 28, I **Tipo:** Edital

Modo de disputa: Aberto **Registro de preço:** Não

Data de divulgação no PNCP: 18/02/2025 **Situação:** Divulgada no PNCP

Data de início de recebimento de propostas: 18/02/2025 08:00 (horário de Brasília)

Data fim de recebimento de propostas: 07/03/2025 08:15 (horário de Brasília)

Id contratação PNCP: 76950096000110-1-000014/2025 **Fonte:** Compras.gov.br

Objeto:

Aquisição de ovos de páscoa para distribuição gratuita destinada aos alunos da Rede Municipal de Educação.

Informação complementar:

Para as respostas de esclarecimentos e impugnações deste edital acesse o link:
<https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/landing?destino=quadro-informativo&compra=98793305900062025>

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA

R\$ 64.568,00

Itens				
Arquivos				
Histórico				
Número	Descrição	Quantidade	Valor unitário estimado	Valor total estimado
1	Confeitos de pascoa	2800	R\$ 23,06	R\$ 64.568,00
Exibir: 5 1-1 de 1 itens				
			Página: 1	< >
< Voltar				



Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e correitude das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

✉ <https://portaldeservicos.gestao.gov.br>

☎ [0800 978 9001](tel:08009789001)


AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS




Texto destinado a exibição de informações relacionadas à **licença de uso**.

BUSCA AVANÇADA

Início (<https://www.ingadigital.com.br/transparencia>) / Busca Avançada

 Ícones Encontrados

 Artigos Encontrados

Processos Licitatórios (https://www.ingadigital.com.br/transparencia/index.php?id_cliente=46&sessao=b136728c6e3mb1) 1

PROCESSO LICITATÓRIO 6683/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO 06/2025

Publicação: 17/02/2025

Abertura: 07/03/2025 às 08:15

Modalidade: Pregão Eletrônico

Valor Máximo: R\$ 64.568,00(sessenta e quatro mil e quinhentos e sessenta e oito reais).

Objeto:

Aquisição de ovos de páscoa para distribuição gratuita destinada aos alunos da Rede Municipal de Educação.

Anexos

EDITAL E ANEXOS

 Fale Conosco

Av. Nilza de Oliveira Pipino, 1852 - Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt

CEP: 85440-000 - Ubirata - Paraná

(44) 3543-8000

 **ubirata@ubirata.pr.gov.br**

Voltar ao Site (<http://ubirata.pr.gov.br>)

HORÁRIO DE ATENDIMENTO

Segunda à Sexta-feira: das 8h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h30min



Última Atualização: 17/02/2025 13:58:22

1 - Itens da Licitação

Local de Entrega (Quantidade): Ubiratã/PR (2800)

Licitação

Dispensa/Inexigibilidade

Pedido de Cotação Eletrônica

Disponibilizar Aviso de Licitação apenas para Divulgação

17/02/2025 14:15:30



Este Aviso de Licitação será Divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP e no gov.br/compras (www.gov.br/compras) na data de 18/02/2025.

Resumo do Aviso de Licitação

Órgão	UASG Responsável			
97911 - PREFEITURA DE UBIRATA - PR	987933 - PREF.MUN.DE UBIRATA - PR			
Modalidade de Licitação	Nº da Licitação	Característica	Forma de Realização	Modo de Disputa
Pregão	90006/2025	Tradicional	Eletrônico	Aberto
Lei	Critério de Julgamento			
Lei nº 14.133/2021	Menor Preço/Maior Desconto			
Tipo de Objeto				
Bens Comuns				
Nº do Processo				
6683				
Quantidade de Itens				
1				
Objeto				
Aquisição de ovos de páscoa para distribuição gratuita destinada aos alunos da Rede Municipal de Educação.				
Data da Divulgação				
18/02/2025				
Data da Disponibilidade do Edital	Data/Hora da Abertura da Licitação			
A partir de 18/02/2025 às 08:00	Em 07/03/2025 às 08:15			

Disponibilizar apenas para Divulgação

Aviso de Licitação

De: Diego B. - SEMAD-LICIT

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 18/02/2025 às 08:34:10

Designação dos agentes.

—

Diego da Silva Bezerra

Divisão de Licitação

Anexos:

Portaria_249_PREGOEIROS.pdf

Portaria_Gestores_37_2025.pdf

PORTARIA Nº 249, DE 3 DE ABRIL DE 2024

Designa servidores para atuarem como Pregoeiros do Poder Executivo Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores **Renan Felipe da Silva Lima**, ocupante do cargo de Chefe de Divisão de Pregão, e **Thaila Rodrigues Oliveira**, ocupante do cargo Chefe Adjunta do Setor de Pregão, lotados na Secretaria da Administração, para atuarem como Pregoeiros nas licitações a serem promovidas pelo Poder Executivo do Município de Ubiratã, no período de 01/04/2024 a 31/03/2025.

Art. 2º Designar para integrarem equipe de apoio os servidores **Altair da Silva Pereira**, ocupante do cargo de Chefe de Divisão de Licitação, e **Thiago Dadalto Gimenez**, ocupante do cargo de Assistente de Administração, lotados na Secretaria da Administração.

Art. 3º Os trabalhos dos servidores designados serão executados conforme as disposições constantes no Decreto Municipal nº 40, de 9 de março de 2023.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/04/2024.

FÁBIO DE OLIVEIRA DALÉCIO



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: AE88-E65E-873A-6848

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



FÁBIO DE OLIVEIRA DALÉCIO (CPF 600.XXX.XXX-59) em 03/04/2024 12:11:40 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/AE88-E65E-873A-6848>

PORTARIA Nº 37, DE 28 DE JANEIRO DE 2025

Designa gestores dos contratos administrativos firmados pelo Município de Ubatuba, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 104, 117 e 140 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que impõem à administração o dever de fiscalização e recebimento formal e adequado dos objetos contratuais;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 40, de 09 de março de 2023, que dispõe sobre as regras para atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, o funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos, no âmbito do Poder Executivo do Município de Ubatuba;

CONSIDERANDO a necessidade do acompanhamento da qualidade, economia e minimização de riscos na execução contratual, além da necessidade de a administração pública adotar as cautelas necessárias para evitar o recebimento de bens, produtos e serviços que não atendam às necessidades do município ou estejam em desacordo com o licitado; e

CONSIDERANDO que o município deve acompanhar a efetivação dos serviços contratados assim como o recebimento dos bens e produtos adquiridos para garantir a adequação às exigências legais, contratuais e técnicas dentro de um determinado setor, **RESOLVE**:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados, para, no uso de suas atribuições, atuarem em seu respectivo órgão como gestores dos contratos administrativos firmados pelo Município de Ubatuba, pelo período de 13/01/2025 a 31/12/2025:

Órgão	Responsável
Gabinete do Prefeito	Geraldo José dos Santos
Secretaria da Administração	Claudinei Edson Dalla Corte
Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	Thiago Munhos D'Alécio
Secretaria da Assistência Social	Claudineia de Souza Lazaretti
Secretaria da Coordenação Geral do Governo	Maria Inês Bento
Secretaria da Educação e Cultura	Sebastião Osmar Beraldo
Secretaria da Saúde	Rozelena Fátima Vieira
Secretaria das Finanças e Planejamento	Rita Soares Neta Figueiredo
Secretaria de Desenvolvimento Econômico	Neusa Aparecida de Angeli
Secretaria de Obras	Guilherme Santa Rosa
Secretaria de Serviços Urbanos e Pavimentação	Ronaldo Felipe Maciel
Secretaria de Viação e Serviços Rurais	Luiz Antônio Marafon
Secretaria do Esporte e Lazer	Rafael de Mello Bartz

Parágrafo único. As atribuições do Gestor de Contrato são aquelas estabelecidas no art. 20 do Decreto nº 40, de 09 de março de 2023.

Art. 2º A substituição de algum membro se dará mediante desligamento do serviço público, justificativa plausível ou inexecução de suas atribuições.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO DE OLIVEIRA DALÉCIO

bela, amada e gentil



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: F284-ECB8-9DE1-5499

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



FÁBIO DE OLIVEIRA DALÉCIO (CPF 600.XXX.XXX-59) em 29/01/2025 13:19:10 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/F284-ECB8-9DE1-5499>



JORNAL OFICIAL ELETRÔNICO

MUNICÍPIO DE UBIRATÃ - PR

QUARTA-FEIRA, 29 DE JANEIRO DE 2025

EDIÇÃO ESPECIAL Nº 2.162- ANO: XX

Página 1 de 2

www.ubirata.pr.gov.br

SUMÁRIO

ATOS DO PODER EXECUTIVO.....	1
PORTARIAS.....	1
PROCESSOS LICITATÓRIOS.....	1
ATOS DO PODER LEGISLATIVO.....	2

ATOS DO PODER EXECUTIVO

PORTARIAS

PORTARIA Nº 37, DE 28 DE JANEIRO DE 2025

Designa gestores dos contratos administrativos firmados pelo Município de Ubatuba, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal, e CONSIDERANDO o disposto nos arts. 104, 117 e 140 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que impõem à administração o dever de fiscalização e recebimento formal e adequado dos objetos contratuais; CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 40, de 09 de março de 2023, que dispõe sobre as regras para atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, o funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos, no âmbito do Poder Executivo do Município de Ubatuba; CONSIDERANDO a necessidade do acompanhamento da qualidade, economia e minimização de riscos na execução contratual, além da necessidade de a administração pública adotar as cautelas necessárias para evitar o recebimento de bens, produtos e serviços que não atendam às necessidades do município ou estejam em desacordo com o licitado; e CONSIDERANDO que o município deve acompanhar a efetivação dos serviços contratados assim como o recebimento dos bens e produtos adquiridos para garantir a adequação às exigências legais, contratuais e técnicas dentro de um determinado setor, RESOLVE: Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados, para, no uso de suas atribuições, atuarem em seu respectivo órgão como gestores dos contratos administrativos firmados pelo Município de Ubatuba, pelo período de 13/01/2025 a 31/12/2025:

Órgão	Responsável
Gabinete do Prefeito	Geraldo José dos Santos
Secretaria da Administração	Claudinei Edson Dalla Corte
Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	Thiago Munhos D'Alécio
Secretaria da Assistência Social	Claudineia de Souza Lazaretti
Secretaria da Coordenação Geral do Governo	Maria Inês Bento
Secretaria da Educação e Cultura	Sebastião Osmar Beraldo
Secretaria da Saúde	Rozelena Fátima Vieira
Secretaria das Finanças e Planejamento	Rita Soares Neta Figueiredo
Secretaria de Desenvolvimento Econômico	Neusa Aparecida de Angeli
Secretaria de Obras	Guilherme Santa Rosa
Secretaria de Serviços Urbanos e Pavimentação	Ronaldo Felipe Maciel
Secretaria de Viação e Serviços Rurais	Luiz Antônio Marafon
Secretaria do Esporte e Lazer	Rafael de Mello Bartz

Parágrafo único. As atribuições do Gestor de Contrato são aquelas estabelecidas no art. 20 do Decreto nº 40, de 09 de março de 2023.

Art. 2º A substituição de algum membro se dará mediante desligamento do serviço público, justificativa plausível ou inexecução de suas atribuições.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO DE OLIVEIRA DALÉCIO

PORTARIA Nº 38, DE 29 DE JANEIRO DE 2025

Designa Comissão Permanente de Avaliação de bens patrimoniais.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para Constituir Comissão Permanente de Avaliação de bens patrimoniais, no período de 29/01/2025 a 31/12/2025:

Órgão	Servidor
Secretaria da Administração	Claudinei Edson Dalla Corte
Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	Thiago Munhos D'Alécio
Secretaria da Assistência Social	Claudineia de Souza Lazaretti
Secretaria da Educação e Cultura	Sebastião Osmar Beraldo
Secretaria da Saúde	Rozelena Fátima Vieira
Secretaria das Finanças e Planejamento	Rita Soares Neta Figueiredo
Secretaria de Desenvolvimento Econômico	Neusa Aparecida de Angeli Dalvi
Secretaria de Obras	Guilherme Santa Rosa
Secretaria de Serviços Urbanos e Pavimentação	Ronaldo Felipe Maciel
Secretaria de Viação e Serviços Rurais	Luiz Antônio Marafon
Secretaria do Esporte e Lazer	Fabrizio Greggio Fabris

Art. 2º São atribuições da Comissão Permanente de Avaliação de Bens Patrimoniais:

- Examinar e avaliar bens patrimoniais para fins de locação, alienação, transferência, permuta, e ainda recebimento ou pagamento por dação em pagamento;
- Emitir parecer sobre o aproveitamento ou reaproveitamento de bens patrimoniais;
- Emitir parecer sobre avaliação de bens patrimoniais em desuso, obsoletos, sucateados, extraviados ou roubados;
- Emitir pareceres sobre a doação de bens móveis, permitida exclusivamente para fins de interesse social, após avaliação de sua oportunidade e conveniência socioeconômica, relativamente à escolha de outra forma de alienação;
- Verificar a inservibilidade de bens do município para fins de baixa patrimonial;
- Recomendar a baixa de bens patrimoniais; e
- Auxiliar nos procedimentos de alienação bens patrimoniais.

Art. 3º As atribuições da Comissão sempre serão exercidas em conjunto por três membros ou mais, conforme o caso.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO DE OLIVEIRA DALÉCIO

PROCESSOS LICITATÓRIOS



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICP-Brasil e Protocolado com Carimbo de Tempo SCT de acordo com a Medida Provisória 2200-2 do Art. 10º de 24.08.01 da ICP-Brasil

Arquivo Assinado Digitalmente por Município de Ubatuba. A Prefeitura Municipal Ubatuba - PR concede garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através de www.ubirata.pr.gov.br, no link Jornal Oficial Online. Proc. Administrativo 11- 1.256/2025

Proc. Administrativo 11- 1.256/2025

De: Diego B. - SEMAD-LICIT

Para: SEMAD-LICIT - Divisão de Licitação

Data: 18/02/2025 às 08:36:32

Setores (CC):

SEMAD-LICIT, SEMAD-LICIT-SP

Prezados, segue para julgamento:

07/03/2025, às 08h15min.

—

Diego da Silva Bezerra

Divisão de Licitação

Proc. Administrativo 12- 1.256/2025

De: Thaila O. - SEMAD-LICIT-SP

Para: SEMEC-LICI - Divisão de Licitação - A/C Andressa L.

Data: 07/03/2025 às 13:39:38

Segue para verificação das especificações.

—

Thaila Rodrigues Oliveira

Agente de Contratação

Anexos:

CATALOGO_250_GRAMAS_BRINQUEDO.pdf

E_T_250_GRAMAS_OVOS_DE_PASCOA.pdf

PROPOSTA_AJUSTADA_1.pdf

CATÁLOGO

Reiões PÁSCOA



Ovos de Páscoa

Ovo de Páscoa - 250 gramas

OVO CHOC. REIVOS 250 G C/ BRINQUEDO



25 cm

CONTÉM JOGO DA
MEMÓRIA EM SER
INTERIOR.
CONTEÚDO: 16 PEÇAS,
INTRUÇÕES DE USO E
RECOMENDAÇÃO DE
IDADE

Caixa com
12 ovos



NCM	CLASSIF. FISCAL (CNAE)	PESO LIQ.	PESO LIQ. CX.	EAN	UN/CX	VALIDADE
18069000	1700501	250 GRAMAS	3000 GRAMAS	7898947202679	12	360 DIAS



@reivos
Avenida José Tadeu Nunes, 661
Campo Mourão - PR

Contato:

ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

OVO DE PÁSCOA – 250 GRAMAS

DESCRIÇÃO: O Ovo de Páscoa Reivo's 250 gramas é desenvolvido obedecendo aos critérios de BPF (Boas Práticas de Fabricação). É obtido a partir do derretimento do chocolate com ação do calor, ótima apresentação e aceitação. LIVRE DE GORDURA HIDROGENADA.

**CONTÉM JOGO DA MEMÓRIA EM SEU INTERIOR.
CONTÉM LAÇO ACETINADO DE 30 MM NA EMBALAGEM.**

INGREDIENTES: Açúcar, gordura vegetal fracionada, cacau em pó, soro de leite em pó, leite em pó integral, emulsificantes lecitina de soja, polirricinoleato de poliglicerol e aromatizantes. NÃO CONTÉM GLÚTEN.

ALÉRGICOS: CONTÉM DERIVADOS DE LEITE E SOJA. PODE CONTER AMÊNDOA, CASTANHA DE CAJU, AVELÃ, AVEIA, AMENDOIM, CENTEIO, CEVADA, TRIGO E LÁTEX NATURAL. CONTÉM LACTOSE.

Quantidade a cada 25 gramas de porção:

INFORMAÇÃO NUTRICIONAL			
	100 g	25 g	% VD
Valor energético (kcal)	542	133	7
Carboidratos (g)	66	16	5
Açúcares totais (g)	65	16	
Açúcares adicionados (g)	62	15	30
Proteínas (g)	1,9	1,5	1
Gorduras totais (g)	30	7,4	11
Gorduras saturadas (g)	28	7,1	36
Gorduras trans (g)	0	0	0
Fibras alimentares (g)	1,6	0,4	2
Sódio (g)	14	3,5	0

* Percentual de valores diários fornecidos pela porção.

Apresentação

Unidade de 250 gramas

Validade

360 DIAS

Registro

Produto dispensado da obrigatoriedade de registro sanitário.

RDC nº27 (06/08/2010) e RDC nº 240 (26/07/2018) - Categorias de alimentos e embalagens isento e com obrigatoriedade de registro sanitário.

Informações de Conservação

Conservar em lugar fresco e seco. Proteja este produto do calor e umidade.

Dados de Embarque

Dados de Embalagem			
	Material	EAN	DUN
Embalagem primária	Envoltório em PP laminado;	7 898947202679	-
Embalagem secundária	Caixa de papelão		

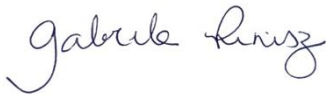
Dados do Fabricante

RAZÃO SOCIAL: Emiliana Indústria de Produtos de Chocolate LTDA

CNPJ Nº: 34.406.070/0001-66 | **IE:** 90822276-84

ENDEREÇO COMPLETO: Avenida José Tadeu Nunes, nº 661, Jd Nossa Senhora Aparecida
Campo Mourão/PR, CEP: 87.309-295.

TELEFONE: (44) 99821-1011



Gabriela Emiliana Renisz de Oliveira
Engenheira de Alimentos
Proprietária



Emiliana Indústria de Produtos de Chocolate LTDA
CNPJ: 34.406.070/0001-66

PROPOSTA AJUSTADA

EDITAL DA LICITAÇÃO Nº 06/2025

DADOS DO FORNECEDOR

Razão Social: Emiliana Industria de Produtos de Chocolate LTDA
Endereço: Avenida José Tadeu Nunes, 661, Jardim Nossa Senhora Aparecida, Campo Mourão, Paraná
CNPJ: 34.406.070/0001-66
Telefone: 44 99821 1011
email: gabrielarenisz@reivos.com.br

RESPONSÁVEL PELA PROPOSTA:

Nome: Gabriela Emiliana Renisz de Oliveira
Função: sócia proprietária
RG 10.272.999-4
CPF081.986.119-75

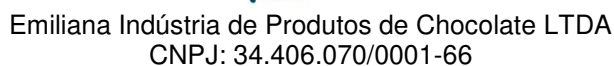
Declaramos estar enquadrados como ME - Microempresa, EPP - Empresa de Pequeno Porte, MEI-Microempreendedor Individual, em condições para usufruir do tratamento jurídico diferenciado determinado pela Lei complementar 123/2006 e suas alterações, ainda Declaramos, que no ano calendário de realização da licitação, ainda não celebramos contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento com empresa de pequeno porte.

(x) Sim
() Não

1. Apresentamos e submetemos à apreciação nossa proposta de preços, a preços fixos, relativa à execução do objeto do Pregão em epígrafe:

ITEM	QTDE	UNID	DESCRIÇÃO	VLR UNIT.	VLR TOTAL
1	2800	UND	Ovos de Páscoa, livre de gordura hidrogenada composto de chocolate ao leite, de no mínimo 250 gramas, contendo brinquedo no estilo jogo da memória em seu interior. Ingredientes: açúcar cristal, gordura vegetal, cacau em pó, soro de leite em pó, leite integral em pó, soro de leite em pó, emulsificantes: lecitina de soja, polirricinoleato de poliglicerol, aroma idêntico ao natural. Não conter glúten. Embalado individualmente envoltórios em papel aluminizado com os dizeres nutricionais, tamanho grande, 0,007 micras, bopp, aproximadamente 700x700mm, com laço acetinado com no mínimo 30 mm de largura para amarração do ovo, e base plástica grande no fundo do ovo. A embalagem deve conter informações sobre o peso e data de validade. Validade mínima de 60 dias a partir da data da entrega, sendo as informações nutricionais e ingredientes fixados na embalagem do Ovo de Páscoa. MARCA: REIVOS	R\$ 11,48	R\$ 32.144,00
Total					R\$ 32.144,00

Avenida José Tadeu Nunes, 661 – Jd Nossa Senhora Aparecida – Campo Mourão – Paraná.
Fone (44) 99821 1011 | gabrielarenisz@reivos.com.br



VALOR TOTAL: R\$ 32.144,00 (Trinta e dois mil cento e quarenta e quatro reais)

- Que não possuímos em nosso quadro societário servidores públicos do Município de Uiratã ou qualquer pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com o Prefeito, Vice-Prefeito ou com servidores públicos que desempenhem função na licitação ou atuem na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

Campo Mourão, 07 de marco de 2025.

EMILIANA INDUSTRIA
DE PRODUTOS DE
CHOCOLATE
LTDA:34406070000166

Assinado de forma digital por
EMILIANA INDUSTRIA DE
PRODUTOS DE CHOCOLATE
LTDA:34406070000166
Dados: 2025.03.07 12:15:27 -03'00'

Emiliana Indústria de Produtos de Chocolate LTDA
Sócia Administrativa
Gabriela Emiliana Renisz de Oliveira
10.272.999-4
081.986.119-75

Avenida José Tadeu Nunes, 661 – Jd Nossa Senhora Aparecida – Campo Mourão – Paraná.
Fone (44) 99821 1011 | gabrielarenisz@reivos.com.br

Proc. Administrativo 13- 1.256/2025

De: Andressa L. - SEMEC-LICI

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 07/03/2025 às 15:15:55

A proposta encontra-se em conformidade e pode ser aceita

—

Andressa Fernanda Tomaz de Lima

Proc. Administrativo 14- 1.256/2025

De: Thaila O. - SEMAD-LICIT-SP

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 07/03/2025 às 15:25:51

Proposta e documentos de habilitação.

—

Thaila Rodrigues Oliveira

Agente de Contratação

Anexos:

A_PROPOSTA.pdf

B_HABILITACAO.pdf



Emiliana Indústria de Produtos de Chocolate LTDA
CNPJ: 34.406.070/0001-66

PROPOSTA AJUSTADA

EDITAL DA LICITAÇÃO Nº 06/2025

DADOS DO FORNECEDOR

Razão Social: Emiliana Industria de Produtos de Chocolate LTDA
Endereço: Avenida José Tadeu Nunes, 661, Jardim Nossa Senhora Aparecida, Campo Mourão, Paraná
CNPJ: 34.406.070/0001-66
Telefone: 44 99821 1011
email: gabrielarenisz@reivos.com.br

RESPONSÁVEL PELA PROPOSTA:

Nome: Gabriela Emiliana Renisz de Oliveira
Função: sócia proprietária
RG 10.272.999-4
CPF081.986.119-75

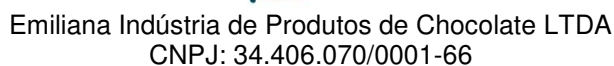
Declaramos estar enquadrados como ME - Microempresa, EPP - Empresa de Pequeno Porte, MEI-Microempreendedor Individual, em condições para usufruir do tratamento jurídico diferenciado determinado pela Lei complementar 123/2006 e suas alterações, ainda Declaramos, que no ano calendário de realização da licitação, ainda não celebramos contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento com empresa de pequeno porte.

(x) Sim
() Não

1. Apresentamos e submetemos à apreciação nossa proposta de preços, a preços fixos, relativa à execução do objeto do Pregão em epígrafe:

ITEM	QTDE	UNID	DESCRIÇÃO	VLR UNIT.	VLR TOTAL
1	2800	UND	Ovos de Páscoa, livre de gordura hidrogenada composto de chocolate ao leite, de no mínimo 250 gramas, contendo brinquedo no estilo jogo da memória em seu interior. Ingredientes: açúcar cristal, gordura vegetal, cacau em pó, soro de leite em pó, leite integral em pó, soro de leite em pó, emulsificantes: lecitina de soja, polirricinoleato de poliglicerol, aroma idêntico ao natural. Não conter glúten. Embalado individualmente envoltórios em papel aluminizado com os dizeres nutricionais, tamanho grande, 0,007 micras, bopp, aproximadamente 700x700mm, com laço acetinado com no mínimo 30 mm de largura para amarração do ovo, e base plástica grande no fundo do ovo. A embalagem deve conter informações sobre o peso e data de validade. Validade mínima de 60 dias a partir da data da entrega, sendo as informações nutricionais e ingredientes fixados na embalagem do Ovo de Páscoa. MARCA: REIVOS	R\$ 11,48	R\$ 32.144,00
Total					R\$ 32.144,00

Avenida José Tadeu Nunes, 661 – Jd Nossa Senhora Aparecida – Campo Mourão – Paraná.
Fone (44) 99821 1011 | gabrielarenisz@reivos.com.br



VALOR TOTAL: R\$ 32.144,00 (Trinta e dois mil cento e quarenta e quatro reais)

- Que não possuímos em nosso quadro societário servidores públicos do Município de Uiratã ou qualquer pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com o Prefeito, Vice-Prefeito ou com servidores públicos que desempenhem função na licitação ou atuem na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

Campo Mourão, 07 de marco de 2025.

EMILIANA INDUSTRIA
DE PRODUTOS DE
CHOCOLATE
LTDA:34406070000166

Assinado de forma digital por
EMILIANA INDUSTRIA DE
PRODUTOS DE CHOCOLATE
LTDA:34406070000166
Dados: 2025.03.07 12:15:27 -03'00'

Emiliana Indústria de Produtos de Chocolate LTDA
Sócia Administrativa
Gabriela Emiliana Renisz de Oliveira
10.272.999-4
081.986.119-75

Avenida José Tadeu Nunes, 661 – Jd Nossa Senhora Aparecida – Campo Mourão – Paraná.
Fone (44) 99821 1011 | gabrielarenisz@reivos.com.br

CATÁLOGO

Reiões PÁSCOA



Ovos de Páscoa

Ovo de Páscoa - 250 gramas

OVO CHOC. REIVOS 250 G C/ BRINQUEDO



25 cm

CONTÉM JOGO DA
MEMÓRIA EM SER
INTERIOR.
CONTEÚDO: 16 PEÇAS,
INTRUÇÕES DE USO E
RECOMENDAÇÃO DE
IDADE



NCM	CLASSIF. FISCAL (CNAE)	PESO LIQ.	PESO LIQ. CX	EAN	UN/CX	VALIDADE
18069000	1700501	250 GRAMAS	3000 GRAMAS	7898947202679	12	360 DIAS



@reivos
Avenida José Tadeu Nunes, 661
Campo Mourão - PR

Contato:



ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

OVO DE PÁSCOA – 250 GRAMAS

DESCRIÇÃO: O Ovo de Páscoa Reivo's 250 gramas é desenvolvido obedecendo aos critérios de BPF (Boas Práticas de Fabricação). É obtido a partir do derretimento do chocolate com ação do calor, ótima apresentação e aceitação. LIVRE DE GORDURA HIDROGENADA.

CONTÉM JOGO DA MEMÓRIA EM SEU INTERIOR.
CONTÉM LAÇO ACETINADO DE 30 MM NA EMBALAGEM.

INGREDIENTES: Açúcar, gordura vegetal fracionada, cacau em pó, soro de leite em pó, leite em pó integral, emulsificantes lecitina de soja, polirricinoleato de poliglicerol e aromatizantes. NÃO CONTÉM GLÚTEN.

ALÉRGICOS: CONTÉM DERIVADOS DE LEITE E SOJA. PODE CONTER AMÊNDOA, CASTANHA DE CAJU, AVELÃ, AVEIA, AMENDOIM, CENTEIO, CEVADA, TRIGO E LÁTEX NATURAL. CONTÉM LACTOSE.

Quantidade a cada 25 gramas de porção:

INFORMAÇÃO NUTRICIONAL			
	100 g	25 g	% VD
Valor energético (kcal)	542	133	7
Carboidratos (g)	66	16	5
Açúcares totais (g)	65	16	
Açúcares adicionados (g)	62	15	30
Proteínas (g)	1,9	1,5	1
Gorduras totais (g)	30	7,4	11
Gorduras saturadas (g)	28	7,1	36
Gorduras trans (g)	0	0	0
Fibras alimentares (g)	1,6	0,4	2
Sódio (g)	14	3,5	0
* Percentual de valores diários fornecidos pela porção.			

Apresentação

Unidade de 250 gramas

Validade

360 DIAS

Registro

Produto dispensado da obrigatoriedade de registro sanitário.

RDC nº27 (06/08/2010) e RDC nº 240 (26/07/2018) - Categorias de alimentos e embalagens isento e com obrigatoriedade de registro sanitário.

Informações de Conservação

Conservar em lugar fresco e seco. Proteja este produto do calor e umidade.

Dados de Embarque

Material	EAN	DUN
Embalagem primária	7 898947202679	-
Embalagem secundária		

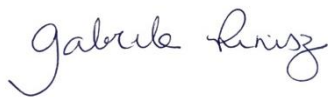
Dados do Fabricante

RAZÃO SOCIAL: Emiliana Indústria de Produtos de Chocolate LTDA

CNPJ Nº: 34.406.070/0001-66 | **IE:** 90822276-84

ENDEREÇO COMPLETO: Avenida José Tadeu Nunes, nº 661, Jd Nossa Senhora Aparecida
Campo Mourão/PR, CEP: 87.309-295.

TELEFONE: (44) 99821-1011



Gabriela Emiliana Renisz de Oliveira
Engenheira de Alimentos
Proprietária



Emiliana Indústria de Produtos de Chocolate LTDA
CNPJ: 34.406.070/0001-66

DECLARAÇÃO DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS PRODUTO ACABADO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2025

Por meio deste, a **EMILIANA INDÚSTRIA DE PRODUTOS DE CHOCOLATE LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 34.406.070/0001-66, vem demonstrar os custos para produção de ovos de Páscoa.

Nossa empresa atua como **fábrica** no setor de PRODUÇÃO DE DERIVADOS DE CACAU, sendo **responsável direta pela industrialização e comercialização dos produtos**. Dessa forma, os documentos fiscais emitidos por nossa empresa referem-se **exclusivamente a notas fiscais de saída**, evidenciando a venda direta ao consumidor final, distribuidores ou órgãos públicos, conforme previsto em nossa atividade econômica principal.

Ressaltamos que, por sermos **fabricantes**, **não realizamos a compra de produtos acabados para revenda**, razão pela qual **não possuímos notas fiscais de entrada de mercadorias similares às que fornecemos**. As aquisições realizadas pela empresa são exclusivamente de **matérias-primas e insumos para a produção**, conforme demonstrado em registros contábeis e fiscais disponíveis para conferência.

Diante do exposto, solicitamos a consideração deste esclarecimento para fins de comprovação da nossa capacidade produtiva e atendimento aos requisitos do certame. Permanecemos à disposição para eventuais esclarecimentos adicionais.

250 GRAMAS		
Produto	Unidade	Custo
Chocolate ao leite	250 gramas	R\$4,00
Embalagem	unidade	R\$0,50
Etiqueta	unidade	R\$0,05
Fitilho	unidade	R\$0,05
Base - G	unidade	R\$0,10
Caixa	unidade	R\$0,20
Brinquedo – jogo da memória	unidade	R\$0,60
Laço acetinado	unidade	R\$0,30

Avenida José Tadeu Nunes, 661 – Jd Nossa Senhora Aparecida – Campo Mourão – Paraná.
Fone (44) 99821 1011 | gabrielarenisz@reivos.com.br



Emiliana Indústria de Produtos de Chocolate LTDA
CNPJ: 34.406.070/0001-66

Total de material prima		R\$5,80
Mão de obra	Por ovo	R\$0,30
Custo administrativo	Por ovo	R\$0,07
Frete	Por ovo	R\$0,30
Impostos e encargos		R\$1,11
<hr/>		
Custo total		R\$7,58
Valor da venda		R\$11,48
LUCRO POR OVO		R\$3,90

Para reforçar a exequibilidade da nossa proposta e demonstrar a compatibilidade dos valores ofertados no certame, anexamos a este documento **notas fiscais de saída**, as quais comprovam nossa capacidade produtiva e comercial frente ao fornecimento do objeto licitado.

Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Atenciosamente,



Campo Mourão, 07 de março de 2025.

EMILIANA INDUSTRIA
DE PRODUTOS DE
CHOCOLATE
LTDA:34406070000166

Assinado de forma digital por
EMILIANA INDUSTRIA DE
PRODUTOS DE CHOCOLATE
LTDA:34406070000166
Dados: 2025.03.07 12:03:47 -03'00'

Emiliana Indústria de Produtos de Chocolate LTDA
PROPRIETÁRIA
Gabriela Emiliana Renisz de Oliveira
10.272.999-4
081.986.119-75

RECEBEMOS DE EMILIANA INDUSTRIA DE PRODUTOS DE CHOCOLATE EIRELI OS PRODUTOS/SERVIÇOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADO AO EMISSÃO: 19/03/2024 - DEST. / REM.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ASSAI - VALOR TOTAL: R\$ 17.689,00		NF-e Nº 000.000.266 SÉRIE 3
DATA DE RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR	

<div>EMILIANA INDUSTRIA DE PRODUTOS DE</div> <div><div>AVENIDA JOSE TADEU NUNES, 661 JD NOSSA SR APARECID CAMPO MOURAO - PR CEP: 87309-295</div><div>FONE: (44)9821-1001</div></div>	<div>DANFE</div> <div>Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica</div> <div>0 - ENTRADA</div> <div>1 - SAÍDA</div> <div>Nº 000.000.266</div> <div>SÉRIE 3</div> <div>FOLHA 01/01</div> <div>1</div>	<div></div> <div>CHAVE DE ACESSO</div> <div>4124 0334 4060 7000 0166 5500 3000 0002 6610 0000 2882</div> <div>Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora</div>
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

NATUREZA DA OPERAÇÃO Venda de producao do estabelecimento		PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO 141240083316118 19/03/24 20:56:30
INSCRIÇÃO ESTADUAL 9082227684	INSC. ESTADUAL DO SUBST. TRIBUTÁRIO	CNPJ 34.406.070/0001-66

DESTINATÁRIO / REMETENTE			
NOME / RAZÃO SOCIAL PREFEITURA MUNICIPAL DE ASSAI		CNPJ / CPF 76.290.709/0001-30	DATA DA EMISSÃO 19/03/2024
ENDEREÇO AVENIDA RIA DE JANEIRO, SN		BAIRRO / DISTRITO CENTRO	CEP 86220-000
MUNICÍPIO ASSAI	FONE / FAX	UF PR	INSCRIÇÃO ESTADUAL
HORA DE SAÍDA 20:56:30			

FATURA / DUPLICATAS				

CÁLCULO DO IMPOSTO					
BASE DE CÁLCULO DO ICMS 0,00	VALOR DO ICMS 0,00	BASE DE CÁLCULO DE ICMS SUBSTITUIÇÃO 0,00	VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO 0,00	VALOR APROXIMADO DOS TRIBUTOS 0,00	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS 17.689,00
VALOR DO FRETE 0,00	VALOR DO SEGURO 0,00	DESCONTO 0,00	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS 0,00	VALOR DO IPI 0,00	VALOR TOTAL DA NOTA 17.689,00



TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS					
NOME / RAZÃO SOCIAL		FRETE POR CONTA 0 - REMETENTE	CÓDIGO ANTT	PLACA DO VEÍCULO	UF
ENDEREÇO		MUNICÍPIO		UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL
QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NUMERAÇÃO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO

LOCAL DE ENTREGA			
CNPJ / CPF	ENDEREÇO	BAIRRO / DISTRITO	MUNICÍPIO

DADOS DO PRODUTO / SERVIÇOS													
CÓD. PROD.	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇOS	NCM / SH	CSOSN	CFOP	UNID.	QUANTIDADE	V. UNITÁRIO	DESCONTO	V. TOTAL	BC ICMS	V. ICMS	V. IPI	ALÍQUOTAS ICMSS IPI
00000000000963	OVO DE PASCOA 200 GRAMAS - I	18069000	0102	5102	UND	1.900	9,31	0,00	17.689,00	0,00	0,00	0,00	0,00 0,00

DADOS ADICIONAIS	
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES CONTRATO 46/2024 DADOS PARA PAGAMENTO BANCO DO BRASIL AGENCIA 04065 CONTA CORRENTE 776580 VALOR APROXIMADO DOS TRIBUTOS R\$ 3.617,40 (20,45%) Fonte: IBPT DOCUMENTO EMITIDO POR ME OU EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL NAO GERA CREDITO DO IPI	RESERVADO AO FISCO

RECEBEMOS DE EMILIANA INDUSTRIA DE PRODUTOS DE CHOCOLATE EIRELI OS PRODUTOS/SERVIÇOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADO AO EMISSÃO: 19/03/2024 - DEST. / REM.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAO DO IVAI - VALOR TOTAL: R\$ 5.145,00		NF-e Nº 000.000.261 SÉRIE 3
DATA DE RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR	

<div>EMILIANA INDUSTRIA DE PRODUTOS DE</div> <div></div> <div>AVENIDA JOSE TADEU NUNES, 661 JD NOSSA SR APARECID CAMPO MOURAO - PR CEP: 87309-295</div> <div>FONE: (44)9821-1001</div>	<div>DANFE</div> <div>Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica</div> <div>0 - ENTRADA</div> <div>1 - SAÍDA</div> <div>Nº 000.000.261</div> <div>SÉRIE 3</div> <div>FOLHA 01/01</div>		
		CHAVE DE ACESSO 4124 0334 4060 7000 0166 5500 3000 0002 6110 0000 2835	
		Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora	

NATUREZA DA OPERAÇÃO Venda de producao do estabelecimento		PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO 141240082196478 19/03/24 07:14:41
INSCRIÇÃO ESTADUAL 9082227684	INSC. ESTADUAL DO SUBST. TRIBUTÁRIO	CNPJ 34.406.070/0001-66

DESTINATÁRIO / REMETENTE				
NOME / RAZÃO SOCIAL PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAO DO IVAI		CNPJ / CPF 75.741.355/0001-30	DATA DA EMISSÃO 19/03/2024	
ENDEREÇO AVENIDA CURITIBA 563, SN		BAIRRO / DISTRITO CENTRO	CEP 86930-000	DATA DA SAÍDA / ENTRADA 19/03/2024
MUNICÍPIO SAO JOAO DO IVAI	FONE / FAX	UF PR	INSCRIÇÃO ESTADUAL	HORA DE SAÍDA 07:14:38

FATURA / DUPLICATAS				

CÁLCULO DO IMPOSTO					
BASE DE CÁLCULO DO ICMS 0,00	VALOR DO ICMS 0,00	BASE DE CÁLCULO DE ICMS SUBSTITUIÇÃO 0,00	VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO 0,00	VALOR APROXIMADO DOS TRIBUTOS 0,00	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS 5.145,00
VALOR DO FRETE 0,00	VALOR DO SEGURO 0,00	DESCONTO 0,00	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS 0,00	VALOR DO IPI 0,00	VALOR TOTAL DA NOTA 5.145,00



TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS					
NOME / RAZÃO SOCIAL		FRETE POR CONTA 0 - REMETENTE	CÓDIGO ANTT	PLACA DO VEÍCULO	UF CNPJ / CPF
ENDEREÇO		MUNICÍPIO		UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL
QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NUMERAÇÃO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO

LOCAL DE ENTREGA			
CNPJ / CPF	ENDEREÇO	BAIRRO / DISTRITO	MUNICÍPIO

DADOS DO PRODUTO / SERVIÇOS														
CÓD. PROD.	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇOS	NCM / SH	CSOSN	CFOP	UNID.	QUANTIDADE	V. UNITÁRIO	DESCONTO	V. TOTAL	BC ICMS	V. ICMS	V. IPI	ALÍQUOTAS	
													ICMSS	IPI
0000000001311	OVO DE PASCOA 300 GRAMAS COM BRINQUEDO	18069000	0102	5101	UND	350	14,70	0,00	5.145,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DADOS ADICIONAIS	
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES NOTA DE AUTORIZACAO DE DESPESA 1794/2024 BANCO DO BRASIL AGENCIA 04065 CONTA CORRENTE 77658-0 VALOR APROXIMADO DOS TRIBUTOS R\$ 1.052,15 (20,45%) Fonte: IBPT DOCUMENTO EMITIDO POR ME OU EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL NAO GERA CREDITO DO IPI	RESERVADO AO FISCO

RECEBEMOS DE EMILIANA INDUSTRIA DE PRODUTOS DE CHOCOLATE EIRELI OS PRODUTOS/SERVIÇOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADO AO EMIÇÃO: 19/03/2024 - DEST. / REM.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAO DO IVAI - VALOR TOTAL: R\$ 8.820,00		NF-e Nº 000.000.260 SÉRIE 3
DATA DE RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR	

<div>EMILIANA INDUSTRIA DE PRODUTOS DE</div> <div></div> <div>AVENIDA JOSE TADEU NUNES, 661 JD NOSSA SR APARECID CAMPO MOURAO - PR CEP: 87309-295</div> <div>FONE: (44)9821-1001</div>	<div>DANFE</div> <div>Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica</div> <div>0 - ENTRADA 1 - SAÍDA</div> <div>Nº 000.000.260</div> <div>SÉRIE 3</div> <div>FOLHA 01/01</div>	<div></div> <div>CHAVE DE ACESSO 4124 0334 4060 7000 0166 5500 3000 0002 6010 0000 2820</div> <div>Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora</div>
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

NATUREZA DA OPERAÇÃO Venda de producao do estabelecimento		PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO 141240082195765 19/03/24 07:13:20
INSCRIÇÃO ESTADUAL 9082227684	INSC. ESTADUAL DO SUBST. TRIBUTÁRIO	CNPJ 34.406.070/0001-66

DESTINATÁRIO / REMETENTE			
NOME / RAZÃO SOCIAL PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAO DO IVAI		CNPJ / CPF 75.741.355/0001-30	DATA DA EMISSÃO 19/03/2024
ENDEREÇO AVENIDA CURITIBA 563, SN		BAIRRO / DISTRITO CENTRO	CEP 86930-000
MUNICÍPIO SAO JOAO DO IVAI	FONE / FAX	UF PR	INSCRIÇÃO ESTADUAL
			HORA DE SAÍDA 07:13:18

FATURA / DUPLICATAS				

CÁLCULO DO IMPOSTO					
BASE DE CÁLCULO DO ICMS 0,00	VALOR DO ICMS 0,00	BASE DE CÁLCULO DE ICMS SUBSTITUIÇÃO 0,00	VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO 0,00	VALOR APROXIMADO DOS TRIBUTOS 0,00	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS 8.820,00
VALOR DO FRETE 0,00	VALOR DO SEGURO 0,00	DESCONTO 0,00	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS 0,00	VALOR DO IPI 0,00	VALOR TOTAL DA NOTA 8.820,00



TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS						
NOME / RAZÃO SOCIAL		FRETE POR CONTA 0 - REMETENTE	CÓDIGO ANTT	PLACA DO VEÍCULO	UF	CNPJ / CPF
ENDEREÇO		MUNICÍPIO			UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL
QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NUMERAÇÃO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO	

LOCAL DE ENTREGA			
CNPJ / CPF	ENDEREÇO	BAIRRO / DISTRITO	MUNICÍPIO

DADOS DO PRODUTO / SERVIÇOS														
CÓD. PROD.	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇOS	NCM / SH	CSOSN	CFOP	UNID.	QUANTIDADE	V. UNITÁRIO	DESCONTO	V. TOTAL	BC ICMS	V. ICMS	V. IPI	ALÍQUOTAS	
													ICMSS	IPI
0000000001311	OVO DE PASCOA 300 GRAMAS COM BRINQUEDO	18069000	0102	5101	UND	600	14,70	0,00	8.820,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DADOS ADICIONAIS	
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES NOTA DE AUTORIZACAO DE DESPESA 1798/2024 BANCO DO BRASIL AGENCIA 04065 CONTA CORRENTE 77658-0 VALOR APROXIMADO DOS TRIBUTOS R\$ 1.803,69 (20,45%) Fonte: IBPT DOCUMENTO EMITIDO POR ME OU EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL NAO GERA CREDITO DO IPI	RESERVADO AO FISCO

RECEBEMOS DE EMILIANA INDUSTRIA DE PRODUTOS DE CHOCOLATE EIRELI OS PRODUTOS/SERVIÇOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADO AO EMISSÃO: 19/03/2024 - DEST. / REM.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAO DO IVAI - VALOR TOTAL: R\$ 3.969,00		NF-e Nº 000.000.259 SÉRIE 3
DATA DE RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR	

<div>EMILIANA INDUSTRIA DE PRODUTOS DE</div> <div><div>AVENIDA JOSE TADEU NUNES, 661 JD NOSSA SR APARECID CAMPO MOURAO - PR CEP: 87309-295</div><div>FONE: (44)9821-1001</div></div>	<div>DANFE</div> <div>Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica</div> <div>0 - ENTRADA</div> <div>1 - SAÍDA</div> <div>Nº 000.000.259</div> <div>SÉRIE 3</div> <div>FOLHA 01/01</div>	<div></div> <div>CHAVE DE ACESSO</div> <div>4124 0334 4060 7000 0166 5500 3000 0002 5910 0000 2810</div> <div>Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora</div>
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

NATUREZA DA OPERAÇÃO		PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO
Venda de producao do estabelecimento		141240082194565 19/03/24 07:10:40
INSCRIÇÃO ESTADUAL	INSC. ESTADUAL DO SUBST. TRIBUTÁRIO	CNPJ
9082227684		34.406.070/0001-66

DESTINATÁRIO / REMETENTE			
NOME / RAZÃO SOCIAL		CNPJ / CPF	DATA DA EMISSÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAO DO IVAI		75.741.355/0001-30	19/03/2024
ENDEREÇO		BAIRRO / DISTRITO	DATA DA SAÍDA / ENTRADA
AVENIDA CURITIBA 563, SN		CENTRO	19/03/2024
MUNICÍPIO	FONE / FAX	UF	HORA DE SAÍDA
SAO JOAO DO IVAI		PR	07:10:37
INSCRIÇÃO ESTADUAL			

FATURA / DUPLICATAS				

CÁLCULO DO IMPOSTO					
BASE DE CÁLCULO DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO DE ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR APROXIMADO DOS TRIBUTOS	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.969,00
VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS	VALOR DO IPI	VALOR TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.969,00



TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS					
NOME / RAZÃO SOCIAL		FRETE POR CONTA	CÓDIGO ANTT	PLACA DO VEÍCULO	UF
		0 - REMETENTE			
ENDEREÇO		MUNICÍPIO		UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL
QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NUMERAÇÃO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO

LOCAL DE ENTREGA			
CNPJ / CPF	ENDEREÇO	BAIRRO / DISTRITO	MUNICÍPIO

DADOS DO PRODUTO / SERVIÇOS														
CÓD. PROD.	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇOS	NCM / SH	CSOSN	CFOP	UNID.	QUANTIDADE	V. UNITÁRIO	DESCONTO	V. TOTAL	BC ICMS	V. ICMS	V. IPI	ALÍQUOTAS	
													ICMSS	IPI
0000000001311	OVO DE PASCOA 300 GRAMAS COM BRINQUEDO	18069000	0102	5101	UND	270	14,70	0,00	3.969,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DADOS ADICIONAIS	
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	RESERVADO AO FISCO
NOTA DE AUTORIZACAO DE DESPESA 1796/2024 BANCO DO BRASIL AGENCIA 04065 CONTA CORRENTE 77658-0 VALOR APROXIMADO DOS TRIBUTOS R\$ 811,66 (20,45%) Fonte: IBPT DOCUMENTO EMITIDO POR ME OU EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL NAO GERA CREDITO DO IPI	

RECEBEMOS DE EMILIANA INDUSTRIA DE PRODUTOS DE CHOCOLATE EIRELI OS PRODUTOS/SERVIÇOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADO AO EMISSÃO: 22/03/2024 - DEST. / REM.: MUNICIPIO DE UBI RATA - VALOR TOTAL: R\$ 3.386,60		NF-e Nº 000.000.270 SÉRIE 3
DATA DE RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR	

<div>EMILIANA INDUSTRIA DE PRODUTOS DE</div> <div></div> <div>AVENIDA JOSE TADEU NUNES, 661 JD NOSSA SR APARECID CAMPO MOURAO - PR CEP: 87309-295</div> <div>FONE: (44)9821-1001</div>	<div>DANFE</div> <div>Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica</div> <div>0 - ENTRADA</div> <div>1 - SAÍDA</div> <div>Nº 000.000.270</div> <div>SÉRIE 3</div> <div>FOLHA 01/01</div>	<div></div> <div>CHAVE DE ACESSO</div> <div>4124 0334 4060 7000 0166 5500 3000 0002 7010 0000 2958</div> <div>Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora</div>
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

NATUREZA DA OPERAÇÃO Venda de producao do estabelecimento		PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO 141240086747776 22/03/24 14:03:54
INSCRIÇÃO ESTADUAL 9082227684	INSC. ESTADUAL DO SUBST. TRIBUTÁRIO	CNPJ 34.406.070/0001-66

DESTINATÁRIO / REMETENTE			
NOME / RAZÃO SOCIAL MUNICIPIO DE UBI RATA		CNPJ / CPF 76.950.096/0001-10	DATA DA EMISSÃO 22/03/2024
ENDEREÇO Avenida Nilza de Oliveira Pipino, 18		BAIRRO / DISTRITO CENTRO	CEP 85440-000
MUNICÍPIO UBIRATA	FONE / FAX	UF PR	INSCRIÇÃO ESTADUAL
HORA DE SAÍDA 14:03:43			

FATURA / DUPLICATAS				

BASE DE CÁLCULO DO ICMS 0,00	VALOR DO ICMS 0,00	BASE DE CÁLCULO DE ICMS SUBSTITUIÇÃO 0,00	VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO 0,00	VALOR APROXIMADO DOS TRIBUTOS 0,00	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS 3.386,60
VALOR DO FRETE 0,00	VALOR DO SEGURO 0,00	DESCONTO 0,00	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS 0,00	VALOR DO IPI 0,00	VALOR TOTAL DA NOTA 3.386,60



TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS					
NOME / RAZÃO SOCIAL		FRETE POR CONTA 0 - REMETENTE	CÓDIGO ANTT	PLACA DO VEÍCULO	UF
ENDEREÇO		MUNICÍPIO		UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL
QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NUMERAÇÃO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO

LOCAL DE ENTREGA			
CNPJ / CPF	ENDEREÇO	BAIRRO / DISTRITO	MUNICÍPIO

DADOS DO PRODUTO / SERVIÇOS													
CÓD. PROD.	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇOS	NCM / SH	CSOSN	CFOP	UNID.	QUANTIDADE	V. UNITÁRIO	DESCONTO	V. TOTAL	BC ICMS	V. ICMS	V. IPI	ALÍQUOTAS
0000000001656	OVO DE PASCOA 240 GRAMAS - I	18069000	0102	5101	UND	287	11,80	0,00	3.386,60	0,00	0,00	0,00	ICMSS IPI
													0,00 0,00

DADOS ADICIONAIS	
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES SOLICITACAO DE COMPRA 2902977/2024 DADOS PARA PAGAMENTO BANCO DO BRASIL AGENCIA 0406-5 CONTA CORRENTE 77658-0 VALOR APROXIMADO DOS TRIBUTOS R\$ 692,56 (20,45%) Fonte: IBPT DOCUMENTO EMITIDO POR ME OU EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL NAO GERA CREDITO DO IPI	RESERVADO AO FISCO

RECEBEMOS DE EMILIANA INDUSTRIA DE PRODUTOS DE CHOCOLATE EIRELI OS PRODUTOS/SERVIÇOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADO AO EMIÇÃO: 22/03/2024 - DEST. / REM.: MUNICIPIO DE UIRATA - VALOR TOTAL: R\$ 17.688,20		NF-e Nº 000.000.271 SÉRIE 3
DATA DE RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR	

<div>EMILIANA INDUSTRIA DE PRODUTOS DE</div> <div></div> <div>AVENIDA JOSE TADEU NUNES, 661 JD NOSSA SR APARECID CAMPO MOURAO - PR CEP: 87309-295</div> <div>FONE: (44)9821-1001</div>	<div>DANFE</div> <div>Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica</div> <div>0 - ENTRADA 1 - SAÍDA</div> <div>Nº 000.000.271</div> <div>SÉRIE 3</div> <div>FOLHA 01/01</div>		
		CHAVE DE ACESSO 4124 0334 4060 7000 0166 5500 3000 0002 7110 0000 2963	
		Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora	

NATUREZA DA OPERAÇÃO Venda de producao do estabelecimento		PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO 141240086755654 22/03/24 14:08:19
INSCRIÇÃO ESTADUAL 9082227684	INSC. ESTADUAL DO SUBST. TRIBUTÁRIO	CNPJ 34.406.070/0001-66

DESTINATÁRIO / REMETENTE			
NOME / RAZÃO SOCIAL MUNICIPIO DE UIRATA		CNPJ / CPF 76.950.096/0001-10	DATA DA EMISSÃO 22/03/2024
ENDEREÇO Avenida Nilza de Oliveira Pipino, 18		BAIRRO / DISTRITO CENTRO	CEP 85440-000
MUNICÍPIO UIRATA	FONE / FAX	UF PR	INSCRIÇÃO ESTADUAL
			HORA DE SAÍDA 14:08:18

FATURA / DUPLICATAS				

CÁLCULO DO IMPOSTO					
BASE DE CÁLCULO DO ICMS 0,00	VALOR DO ICMS 0,00	BASE DE CÁLCULO DE ICMS SUBSTITUIÇÃO 0,00	VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO 0,00	VALOR APROXIMADO DOS TRIBUTOS 0,00	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS 17.688,20
VALOR DO FRETE 0,00	VALOR DO SEGURO 0,00	DESCONTO 0,00	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS 0,00	VALOR DO IPI 0,00	VALOR TOTAL DA NOTA 17.688,20



TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS					
NOME / RAZÃO SOCIAL		FRETE POR CONTA 0 - REMETENTE	CÓDIGO ANTT	PLACA DO VEÍCULO	UF
ENDEREÇO		MUNICÍPIO		UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL
QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NUMERAÇÃO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO

LOCAL DE ENTREGA			
CNPJ / CPF	ENDEREÇO	BAIRRO / DISTRITO	MUNICÍPIO

DADOS DO PRODUTO / SERVIÇOS														
CÓD. PROD.	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇOS	NCM / SH	CSOSN	CFOP	UNID.	QUANTIDADE	V. UNITÁRIO	DESCONTO	V. TOTAL	BC ICMS	V. ICMS	V. IPI	ALÍQUOTAS	
													ICMSS	IPI
0000000001656	OVO DE PASCOA 240 GRAMAS - I	18069000	0102	5101	UND	1.499	11,80	0,00	17.688,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DADOS ADICIONAIS	
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES SOLICITACAO DE COMPRA 2902974/2024 DADOS PARA PAGAMENTO BANCO DO BRASIL 04065 CONTA CORRENTE 77658-0 VALOR APROXIMADO DOS TRIBUTOS R\$ 3.617,24 (20,45%) Fonte: IBPT DOCUMENTO EMITIDO POR ME OU EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL NAO GERA CREDITO DO IPI	RESERVADO AO FISCO

RECEBEMOS DE EMILIANA INDUSTRIA DE PRODUTOS DE CHOCOLATE EIRELI OS PRODUTOS/SERVIÇOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADO AO EMISSION: 22/03/2024 - DEST. / REM.: MUNICIPIO DE UIRATA - VALOR TOTAL: R\$ 10.785,20		NF-e Nº 000.000.272 SÉRIE 3
DATA DE RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR	

<div>EMILIANA INDUSTRIA DE PRODUTOS DE</div> <div></div> <div>AVENIDA JOSE TADEU NUNES, 661 JD NOSSA SR APARECID CAMPO MOURAO - PR CEP: 87309-295</div> <div>FONE: (44)9821-1001</div>	<div>DANFE</div> <div>Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica</div> <div>0 - ENTRADA</div> <div>1 - SAÍDA</div> <div>Nº 000.000.272</div> <div>SÉRIE 3</div> <div>FOLHA 01/01</div>		
		CHAVE DE ACESSO 4124 0334 4060 7000 0166 5500 3000 0002 7210 0000 2979	
		Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora	

NATUREZA DA OPERAÇÃO Venda de producao do estabelecimento		PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO 141240086758202 22/03/24 14:09:49
INSCRIÇÃO ESTADUAL 9082227684	INSC. ESTADUAL DO SUBST. TRIBUTÁRIO	CNPJ 34.406.070/0001-66

DESTINATÁRIO / REMETENTE			
NOME / RAZÃO SOCIAL MUNICIPIO DE UIRATA		CNPJ / CPF 76.950.096/0001-10	DATA DA EMISSÃO 22/03/2024
ENDEREÇO Avenida Nilza de Oliveira Pipino, 18		BAIRRO / DISTRITO CENTRO	CEP 85440-000
MUNICÍPIO UBIRATA	FONE / FAX	UF PR	INSCRIÇÃO ESTADUAL
			HORA DE SAÍDA 14:09:48

FATURA / DUPLICATAS				

CÁLCULO DO IMPOSTO					
BASE DE CÁLCULO DO ICMS 0,00	VALOR DO ICMS 0,00	BASE DE CÁLCULO DE ICMS SUBSTITUIÇÃO 0,00	VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO 0,00	VALOR APROXIMADO DOS TRIBUTOS 0,00	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS 10.785,20
VALOR DO FRETE 0,00	VALOR DO SEGURO 0,00	DESCONTO 0,00	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS 0,00	VALOR DO IPI 0,00	VALOR TOTAL DA NOTA 10.785,20

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS						
NOME / RAZÃO SOCIAL		FRETE POR CONTA 0 - REMETENTE	CÓDIGO ANTT	PLACA DO VEÍCULO	UF	CNPJ / CPF
ENDEREÇO		MUNICÍPIO			UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL
QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NUMERAÇÃO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO	

LOCAL DE ENTREGA			
CNPJ / CPF	ENDEREÇO	BAIRRO / DISTRITO	MUNICÍPIO

DADOS DO PRODUTO / SERVIÇOS														
CÓD. PROD.	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇOS	NCM / SH	CSOSN	CFOP	UNID.	QUANTIDADE	V. UNITÁRIO	DESCONTO	V. TOTAL	BC ICMS	V. ICMS	V. IPI	ALÍQUOTAS	
													ICMSS	IPI
0000000001656	OVO DE PASCOA 240 GRAMAS - I	18069000	0102	5101	UND	914	11,80	0,00	10.785,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DADOS ADICIONAIS	
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES SOLICITACAO DE COMPRA 2902975/2024 DADOS PARA PAGAMENTO BANCO DO BRASIL 0406-5 CONTA CORRENTE 77658-0 VALOR APROXIMADO DOS TRIBUTOS R\$ 2.205,57 (20,45%) Fonte: IBPT DOCUMENTO EMITIDO POR ME OU EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL NAO GERA CREDITO DO IPI	RESERVADO AO FISCO



Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: 34.406.070/0001-66 DUNS®: 893254882
Razão Social: EMILIANA INDUSTRIA DE PRODUTOS DE CHOCOLATE LTDA
Nome Fantasia: REIVOS
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 26/02/2026
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
MEI: Não
Porte da Empresa: Micro Empresa

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Nada Consta
Impedimento de Licitar: Nada Consta
Ocorrências Impeditivas indiretas: Nada Consta
Vínculo com "Serviço Público": Nada Consta

Níveis cadastrados:

Documento(s) assinalado(s) com "*" está(ão) com prazo(s) vencido(s).

Fornecedor possui alguma pendência no Nível de Cadastramento indicado. Verifique mais informações sobre pendências nas funcionalidades de consulta.

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica (Possui Pendência)

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	28/07/2025	Automática
FGTS	Validade:	17/03/2025	Automática
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	30/08/2025	Automática

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal (Possui Pendência)

Receita Estadual/Distrital	Validade:	23/06/2021 (*)
Receita Municipal	Validade:	29/03/2021 (*)



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 07/03/2025 14:24:08

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **EMILIANA INDUSTRIA DE PRODUTOS DE CHOCOLATE LTDA**
CNPJ: **34.406.070/0001-66**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.



Consulta de Impedidos de Licitar

CNPJ: 34406070000166

NENHUM ITEM ENCONTRADO!



Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Credenciamento

Dados do Fornecedor

CNPJ: 34.406.070/0001-66 DUNS®: 893254882
Razão Social: EMILIANA INDUSTRIA DE PRODUTOS DE CHOCOLATE LTDA
Nome Fantasia: REIVOS
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 26/02/2026

Dados do Nível

Situação do Nível: Cadastrado

Dados do Fornecedor

Porte da Empresa: Micro Empresa
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA MEI: Não
Capital Social: R\$ 99.800,00 Data de Abertura da Empresa: 02/08/2019
CNAE Primário: 1093-7/01 - FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DERIVADOS DO CACAU E DE CHOCOLATES

CNAE Secundário 1: 4635-4/03 - COMÉRCIO ATACADISTA DE BEBIDAS COM ATIVIDADE DE
CNAE Secundário 2: 4639-7/01 - COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EM
CNAE Secundário 3: 4642-7/01 - COMÉRCIO ATACADISTA DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO E
CNAE Secundário 4: 4646-0/01 - COMÉRCIO ATACADISTA DE COSMÉTICOS E PRODUTOS DE
CNAE Secundário 5: 4646-0/02 - COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE
CNAE Secundário 6: 4647-8/01 - COMÉRCIO ATACADISTA DE ARTIGOS DE ESCRITÓRIO E
CNAE Secundário 7: 4649-4/02 - COMÉRCIO ATACADISTA DE APARELHOS ELETRÔNICOS DE
CNAE Secundário 8: 4649-4/99 - COMÉRCIO ATACADISTA DE OUTROS EQUIPAMENTOS E
CNAE Secundário 9: 4686-9/02 - COMÉRCIO ATACADISTA DE EMBALAGENS
CNAE Secundário 10: 4712-1/00 - COMÉRCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, COM
CNAE Secundário 11: 4721-1/04 - COMÉRCIO VAREJISTA DE DOCES, BALAS, BOMBONS E
CNAE Secundário 12: 4761-0/03 - COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE PAPELARIA
CNAE Secundário 13: 4789-0/99 - COMÉRCIO VAREJISTA DE OUTROS PRODUTOS NÃO
CNAE Secundário 14: 4930-2/01 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA, EXCETO PRODUTOS
CNAE Secundário 15: 4930-2/02 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA, EXCETO PRODUTOS

Dados para Contato

CEP: 87.309-295
Endereço: AVENIDA JOSE TADEU NUNES, 661 - JARDIM NOSSA SENHORA
Município / UF: Campo Mourão / Paraná
Telefone: (44) 98211011
E-mail: ORCONPAR@HOTMAIL.COM

Relatório de Credenciamento

Dados do Responsável Legal

CPF: 081.986.119-75
Nome: GABRIELA EMILIANA RENISZ DE OLIVEIRA

Dados do Responsável pelo Cadastro

CPF: 081.986.119-75
Nome: GABRIELA EMILIANA RENISZ DE OLIVEIRA
E-mail: gabrielarenisz@reivos.com.br

Sócios / Administradores

Dados do Sócio/Administrador 1

CPF: 081.986.119-75 Participação Societária: 50,00%
Nome: GABRIELA EMILIANA RENISZ DE OLIVEIRA
Número do Documento: 102729994 Órgão Expedidor: SSPPR
Data de Expedição: 09/02/2011 Data de Nascimento: 20/12/1993
Filiação Materna: MARCIA CRISTINA SANT ANA SAMPAIO RENISZ
Estado Civil: Solteiro(a)
CEP: 87.309-102
Endereço: RUA JOAO GOULART, 554 - JARDIM FRANCISCO FE
Município / UF: Campo Mourão / Paraná
Telefone:
E-mail: GABRIELARENISZ@REIVOS.COM.BR

Dados do Sócio/Administrador 2

CPF: 131.304.349-41 Participação Societária: 50,00%
Nome: MARIANA HELENA RENISZ
Número do Documento: Órgão Expedidor:
Data de Expedição: Data de Nascimento: 16/01/2004
Filiação Materna: MARCIA CRISTINA SANT ANA SAMPAIO RENISZ
Estado Civil:
CEP: 87.300-005
Endereço: OUTROS ARMELINDO TROMBINI, 3486 - B
Município / UF: Campo Mourão / Paraná
Telefone:
E-mail:

Linhas Fornecimento

Materiais

8955 - CAFÉ, CHÁ E CHOCOLATE

Relatório de Credenciamento



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 34.406.070/0001-66 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 02/08/2019
------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------	---------------------------------------

NOME EMPRESARIAL EMILIANA INDUSTRIA DE PRODUTOS DE CHOCOLATE LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) REIVOS	PORTE ME
---------------------------------------------------------------	--------------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 10.93-7-01 - Fabricação de produtos derivados do cacau e de chocolates

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 46.35-4-03 - Comércio atacadista de bebidas com atividade de fracionamento e acondicionamento associada 46.39-7-01 - Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral 46.42-7-01 - Comércio atacadista de artigos do vestuário e acessórios, exceto profissionais e de segurança 46.46-0-01 - Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria 46.46-0-02 - Comércio atacadista de produtos de higiene pessoal 46.47-8-01 - Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria 46.49-4-02 - Comércio atacadista de aparelhos eletrônicos de uso pessoal e doméstico 46.49-4-99 - Comércio atacadista de outros equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente 46.86-9-02 - Comércio atacadista de embalagens 47.12-1-00 - Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns 47.21-1-04 - Comércio varejista de doces, balas, bombons e semelhantes 47.61-0-03 - Comércio varejista de artigos de papelaria 47.89-0-99 - Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente 49.30-2-01 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal. 49.30-2-02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO AV JOSE TADEU NUNES	NÚMERO 661	COMPLEMENTO *****
------------------------------------------	----------------------	-----------------------------

CEP 87.309-295	BAIRRO/DISTRITO JARDIM NOSSA SENHORA APARECIDA	MUNICÍPIO CAMPO MOURAO	UF PR
--------------------------	----------------------------------------------------------	----------------------------------	-----------------

ENDEREÇO ELETRÔNICO GABRIELARENISZ@REIVOS.COM.BR	TELEFONE (44) 9821-1011
------------------------------------------------------------	-----------------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 02/08/2019
------------------------------------	-------------------------------------------------

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
-----------------------------------	-------------------------------------------


Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **27/02/2025** às **09:24:45** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Contribuinte,

Confira dos dados de Identificação do Cadastro Municipal de Contribuintes e, se houver qualquer divergência, providencie junto ao setor de fiscalização da Prefeitura Municipal de Campo Mourão a sua atualização cadastral.








				PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO			
				SECRETARIA DE CONTROLE, FISCALIZAÇÃO E OUVIDORIA			
				CADASTRO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES			
INSCRIÇÃO MUNICIPAL 22113		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO MUNICIPAL			DATA DE ABERTURA 02/08/2019		
NOME / RAZÃO SOCIAL EMILIANA INDUSTRIA DE PRODUTOS DE CHOCOLATE LTDA							
NOME FANTASIA / SOBRENOME EMILIANA INDUSTRIA DE PRODUTOS DE CHOCOLATE LTDA							
LOGRADOURO AVENIDA JOSE TADEU NUNES			NÚMERO 661		COMPLEMENTO		
CEP 87.309-295	BAIRRO CENTRO		MUNICÍPIO Campo Mourão		ESTADO PR		
ATIVIDADE PRINCIPAL Comércio atacadista de bebidas com atividade de fracionamento e acondicionamento associada							
CPF / CNPJ 34.406.070/0001-66			RG / INSCRIÇÃO ESTADUAL				
CONTADOR / CONTABILIDADE RESPONSÁVEL SIMPLES SOLUCOES CONTABEIS E FISCAIS LTDA							

Emitido em: 04/12/2024 08:36:59








Validade de 12 meses

 <div>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO</div>					
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN					
2ª 1ª NOME E SOBRENOME GABRIELA EMILIANA RENIZ		1ª HABILITAÇÃO 19/10/2012			
					
3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO 20/12/1993, CURITIBA, PR					
4a DATA EMISSÃO 21/04/2023	4b VALIDADE 21/04/2030	ACC 	D		
2c DOC IDENTIDADE / ÓRG EMISSOR / UF 102729994 SESP PR					
4d CPE 081.986.119-75	5 Nº REGISTRO 05621842592	3 CAT HAB AB			
NACIONALIDADE BRASILEIRO					
FILIAÇÃO IVO RENIZ					
MARCIA CRISTINA SANTANA SAMPAIO RENIZ					
7 ASSINATURA DO PORTADOR 					

9
10
11
12

ACC 			
A 		21/04/2030	
A1 			
B 		21/04/2030	
B1 			
C 			
C1 			

9
10
11
12

D 			
D1 			
BE 			
CE 			
C1E 			
DE 			
D1E 			

12 OBSERVAÇÕES

A

ASSINADO DIGITALMENTE

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

85684248565

PR922302365

PARANÁ

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:
<https://www.serpro.gov.br/assinador-digital>.








SERPRO / SENATRAM

2. 2. 1. Nome e Sobrenome / Name / Surname / Nome e Apellidos - Primeira Habilitação / First Driver License / Primera Licencia de Conducir - 3. Data de Nascimento / Date and Place of Birth DD/MM/YYYY / Fecha y Lugar de Nacimiento - 4a. Data de Emissão / Issuing Date DD/MM/YYYY / Fecha de Emisión - 4b. Data de Validade / Expiration Date DD/MM/YYYY / Valido Hasta - ACC - 4c. Documento Identidade - Órgão emissor / Identity Document - Issuing Authority / Documento de Identificación - Autoridad Expedidora - 4d. CPF - 5. Número de registro da CNH / Driver License Number / Número de Permiso de Conducir - 9. Categoria de Veículos da Carteira de Habilitação / Driver license Class / Categoría de Permisos de Conducir - Nacionalidade / Nationality / Nacionalidad - Filiação / Filiação - 12. Observações / Observations / Observaciones - Local / Place / Lugar








I<BRA056218425<924<<<<<<<<<<
9312203F3004216BRA<<<<<<<<<O
GABRIELA<<EMILIANA<RENISZ<<<<<

 	REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO		
	CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN		
 	2 e 1º NOME E SOBRENOME MARIANA HELENA RENIZ		1ª HABILITAÇÃO 04/06/2024
	3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO 16/01/2004, CURITIBA, PR		
	4a DATA EMISSÃO 04/06/2024	4b VALIDADE 04/06/2025	ACC  P
	4c DOC IDENTIDADE / ÓRG EMISSOR / UF 101352382 SESP PR		
	4d CPF 131.304.349-41	5 Nº REGISTRO 08656197798	3 CAT HAB B
NACIONALIDADE BRASILEIRO			
FILIAÇÃO IVO RENIZ			
MARCIA CRISTINA SANTANA SAMPAIO RENIZ			
7 ASSINATURA DO PORTADOR			

9
10
11
12

ACC 			
A 			
A1 			
B 		04/06/2025	
B1 			
C 			
C1 			

9
10
11
12

D 			
D1 			
BE 			
CE 			
C1E 			
DE 			
D1E 			

12 OBSERVAÇÕES

A

LOCAL

CURITIBA, PR

ASSINADO DIGITALMENTE

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

63702990594

PR924954465

PARANÁ

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:
<https://www.serpro.gov.br/assinador-digital>.

SERPRO / SENATRAN

2. 2. 1. Nome e Sobrenome / Name / Surname / Nome e Apellidos - Primeira Habilitação / First Driver License / Primera Licencia de Conducir - 3. Data de Nascimento / Date and Place of Birth DD/MM/YYYY / Fecha y Lugar de Nacimiento - 4a. Data de Emissão / Issuing Date DD/MM/YYYY / Fecha de Emisión - 4b. Data de Validade / Expiration Date DD/MM/YYYY / Valido Hasta - ACC - 4c. Documento Identidade - Órgão emissor / Identity Document - Issuing Authority / Documento de Identificación - Autoridad Expedidora - 4d. CPF - 5. Número de registro da CNH / Driver License Number / Número de Permiso de Conducir - 9. Categoria de Veículos da Carteira de Habilitação / Driver license Class / Categoría de Permisos de Conducir - Nacionalidade / Nationality / Nacionalidad - 11. Filiação / Filiação - 12. Observações / Observations / Observaciones - Local / Place / Lugar


I<BRA086561977<982<<<<<<<<<<
O401168F2506045BRA<<<<<<<<<<O
MARIANA<<HELENA<RENISZ<<<<<<<

ATO CONSTITUTIVO

EMILIANA INDUSTRIA DE PRODUTOS DE CHOCOLATE - EIRELI.

GABRIELA EMILIANA RENISZ, brasileira, nascida em Curitiba /PR, solteira, maior, nascida aos 20/12/1993, empresária, portadora do CPF nº. 081.986.119-75 e RG nº. 10.272.999-4 SESP/PR, residente e domiciliada à Av. Armelindo Trombini, nº. 3486, Jardim Villaggio Trombini, Campo Mourão/PR, Cep: 87308-859, constitui uma EIRELI (Empresa Individual de Responsabilidade Limitada), mediante as seguintes cláusulas:

Cláusula 1ª: A empresa girará sob o nome empresarial de: **EMILIANA INDUSTRIA DE PRODUTOS DE CHOCOLATE - EIRELI**. E terá sede e domicílio à Av. Irmãos Pereira, nº. 1515, Centro, Campo Mourão/PR, Cep: 85.300-010.

Cláusula 2ª : O capital social será de R\$:99.800,00 (Noventa e nove mil e oitocentos Reais), divididos em 99.800 (Noventa e nove mil e oitocentas) quotas, de valor nominal R\$ 1,00 (Um real), integralizadas, neste ato em moeda corrente do País, pelo empresário: 
Divisão e distribuição aos sócios:

SÓCIOS:	PERCENTUAL:	QUOTAS:	CAPITAL - R\$:
GABRIELA EMILIANA RENISZ	100,00%	99.800	99.800,00
TOTAL =	100,00%	99.800	99.800,00

Cláusula 3ª : O objeto social da EIRELI será Fabricação de produtos derivados de cacau e chocolate, Fabricação de sorvetes e outros gelados comestíveis; Comercio varejista de artigos de festa e Comercio varejista de artigos de embalagens.

cláusula 4ª : A Eireli iniciará suas atividades em 23 de Julho de 2019 e seu prazo de duração é indeterminado.

Cláusula 5ª : A responsabilidade do titular é restrita ao valor de suas quotas, respondendo ainda pela integralização do capital social.

Cláusula 6ª: A administração da Eireli caberá ao Titular **GABRIELA EMILIANA RENISZ**, com os poderes e atribuições de Administrador, autorizado o uso do nome empresarial

Uso exclusivo da Junta Comercial do Paraná (Frente e verso inferior)



CERTIFICO O REGISTRO EM 02/08/2019 10:38 SOB Nº 41600914660.
PROTOCOLO: 194506851 DE 31/07/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11903520714. NIRE: 41600914660.
EMILIANA INDUSTRIA DE PRODUTOS DE CHOCOLATE EIRELI

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 02/08/2019
www.empresafacil.pr.gov.br

Proc. Administrativo 1.256/2025 | Anexo: B_HABILITACAO.pdf (11/36) 197/262

ATO CONSTITUTIVO
EMILIANA INDUSTRIA DE PRODUTOS DE
CHOCOLATE - EIRELI.

individualmente, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor próprio ou de terceiros bem como onerar ou alienar bens imóveis da Eireli. § 1º - Faculta-se ao administrador, nos limites de seus poderes, constituir procuradores em nome da Eireli, devendo ser especificado no instrumento de mandato, os atos e operações que poderão praticar e a duração do mandato, que no caso de mandato judicial, poderá ser por prazo indeterminado.

§ 2º - Poderão ser designados administradores não titular, na forma prevista no art.º 1.061 da lei 10.406/2002.

Cláusula 7ª: DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA - Declaramos sob as penas da Lei, que se enquadra na condição de MICROEMPRESA, nos termos da Lei Complementara nº. 12, de 014/12/2006.

Cláusula 8ª: O titular da Eireli declara, sob as penas da lei, que não participa de nenhuma outra empresa dessa modalidade.

Cláusula 9ª : Ao término da cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo a empresário, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados

Cláusula 10ª : A Eireli poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante deliberação assinada pelo titular.

Cláusula 11ª : O empresário poderá fixar uma retirada mensal, a título de "pro labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

Cláusula 12ª : Falecendo ou interditado o titular da Eireli, a empresa continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação



Uso exclusivo da Junta Comercial do Paraná (Frente e verso inferior)



CERTIFICO O REGISTRO EM 02/08/2019 10:38 SOB Nº 41600914660.
PROTOCOLO: 194506851 DE 31/07/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11903520714. NIRE: 41600914660.
EMILIANA INDUSTRIA DE PRODUTOS DE CHOCOLATE EIRELI

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 02/08/2019
www.empresafacil.pr.gov.br

Proc. Administrativo 1.256/2025 | Anexo: B_HABILITACAO.pdf (12/36) 198/262

ATO CONSTITUTIVO

EMILIANA INDUSTRIA DE PRODUTOS DE

CHOCOLATE - EIRELI.


patrimonial da empresa, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado. Parágrafo único - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a Eireli se resolva em relação a seu titular.

Cláusula 13ª : O Administrador declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da empresa, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Cláusula 14ª : Fica eleito o foro de Campo Mourão /PR, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

O presente instrumento particular de constituição de Empresa Individual de Responsabilidade Limitada, EIRELI, em 01 (uma) via de igual teor e forma, obrigando-se fielmente por si e seus herdeiros a cumpri-lo em todos os seus termos.

Campo Mourão/Pr, 23 de Julho de 2019.


GABRIELA EMILIANA RENISZ
Titular

Uso exclusivo da Junta Comercial do Paraná (Frente e verso inferior)



CERTIFICO O REGISTRO EM 02/08/2019 10:38 SOB Nº 41600914660.
PROTOCOLO: 194506851 DE 31/07/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11903520714. NIRE: 41600914660.
EMILIANA INDUSTRIA DE PRODUTOS DE CHOCOLATE EIRELI

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 02/08/2019
www.empresafacil.pr.gov.br

Proc. Administrativo 1.256/2025 | Anexo: B_HABILITACAO.pdf (13/36) 199/262



1º REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
5º TABELIONATO DE NOTAS
MARINGÁ/PR
Agente Delegado Designado: Eurícles José Figueira

Rua Padre Germano José Mayer, 565
Zona 02 - CEP: 87.010-280 - Maringá/PR
(44) 3394.7066 - www.cartoriomaringa.com

Selo Digital Nº DUoYM.jhfAQ.Qws2a-KPytE.xdQYE. Consulte o selo em
<http://funarpen.com.br>. Reconheço por **AUTENTICIDADE** a assinatura
de **GABRIELA EMILIANA REMISZ (82180)**. *CP57* 663049*.
Dout. Maringá, 26 de julho de 2019 - 09:20:50h. Emolumentos: R\$8,41 (VRC 43,60),
Selo Funarpen: R\$0,80, Funreju: R\$210,15, R\$0,17, FADEP: R\$0,42.

Em Teste da verdade
MALON DE SÁ MORAIS - Escrivente



CERTIFICO O REGISTRO EM 02/08/2019 10:38 SOB Nº 41600914660.
PROTOCOLO: 194506851 DE 31/07/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11903520714. NIRE: 41600914660.
EMILIANA INDUSTRIA DE PRODUTOS DE CHOCOLATE EIRELI

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 02/08/2019
www.empresafacil.pr.gov.br

EMILIANA INDUSTRIA DE PRODUTOS DE CHOCOLATE EIRELI
PRIMEIRA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL
CNPJ:34.406.070/0001-66
NIRE:41600914660

GABRIELA EMILIANA RENISZ, brasileira, solteira, maior, nascida em Curitiba/PR, aos 20/12/1993, empresária, portadora do CPF/nº. 081.986.119-75 e RG/nº. 10.272.999-4SESP/PR, residente e domiciliada á Av. Armelindo Trombini, nº. 33486, jardim Villaggio Trombini, Campo Mourão/PR, CEP/ 87.308-859, titular da EIRELI sob o nome empresarial de **EMILIANA INDUSTRIA DE PRODUTOS DE CHOCOLATE EIRELI**, inscrita no CNPJ/Nº.34.406.070/0001-66, sediada à Av. Irmãos Pereira, nº 1515, Centro, Campo Mourão/PR, CEP:85.300-010. Com contrato social arquivado na Junta Comercial do Paraná sob o nº.41600914660 em 02/08/2019, resolvem assim modificar o contrato com as cláusulas a seguir.

1º A qualificação da sócia **GABRIELA EMILIANA RENISZ**, passa a ser **GABRIELA EMILIANA RENISZ**, brasileira, solteira, maior, nascida em Curitiba/PR, aos 20/12/1993, empresária, portadora do CPF/nº. 081.986.119-75 e RG/nº. 10.272.999-4SESP/PR, residente e domiciliada á Rua Pitanga, 268, apartamento 207, Centro, Campo Mourão/PR, CEP/ 87.301-060.

2º. O endereço empresarial passa a ser Rua João Goulart, nº 426, Bairro Jardim Francisco Ferreira Albuquerque, Campo Mourão/PR, CEP nº. 87.309-102.

3º. Fica eleito o foro de Campo Mourão/PR, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

4º. Permanecem inalteradas as demais cláusulas vigentes que não colidem as disposições do presente instrumento.

E por estarem assim justos e contratados assinam o presente instrumento em 01 vias (uma) via.

Campo Mourão/PR, 13 de Maio de 2020.

GABRIELA EMILIANA RENISZ
Titular

| USO EXCLUSIVO DA JUCEPAR – FRENTE E VERSO



ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa EMILIANA INDUSTRIA DE PRODUTOS DE CHOCOLATE EIRELI consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF	Nome
08198611975	GABRIELA EMILIANA RENISZ



CERTIFICO O REGISTRO EM 31/05/2020 13:49 SOB Nº 20202378233.
PROTOCOLO: 202378233 DE 28/05/2020. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
12002196476. NIRE: 41600914660.

EMILIANA INDUSTRIA DE PRODUTOS DE CHOCOLATE EIRELI

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 31/05/2020
www.empresafacil.pr.gov.br

EMILIANA INDÚSTRIA DE PRODUTOS DE CHOCOLATE EIRELI
SEGUNDA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL
CNPJ: 34.406.070/0001-66
NIRE: 41600914660

GABRIELA EMILIANA RENISZ, brasileira, portadora do CPF/nº. 081.986.119-75 e RG/nº. 10.272.999-4 SESP/PR, empresária, solteira, maior, nascida em Curitiba/PR, aos 20/12/1993, residente e domiciliada à Rua Pitanga, nº. 268, Apt. 207, Centro, Campo Mourão/PR, Cep 87301-060; única sócia da empresa Individual de Sociedade Limitada denominada EMILIANA INDÚSTRIA DE CHOCOLATE EIRELI, Inscrita no CNPJ/Nº.34.406.070/0001-66, sediada à Rua João Goulart, nº. 426, Jardim Francisco Ferreira Albuquerque, Campo Mourão/PR, Cep 87.309-102. Com contrato social arquivado na Junta Comercial do Paraná sob o nº.41600914660 em 02/08/2019, e última alteração de contrato social sob nº. 20202378233 em 31/05/2020, resolve assim, alterar o contrato social:

1º Fica alterada essa empresa Individual de responsabilidade Limitada, em Sociedade Unipessoal, Sob a denominação de EMILIANA INDÚSTRIA DE PRODUTOS DE CHOCOLATE LTDA.

2º De acordo com a disposição constante do parágrafo único do artigo 1052 do código Civil em obediência ao contido na Instrução Normativa DREI nº 63, de 11/06/2019, a sociedade passará a ser uma SOCIEDADE LIMITADA UNIPESSOAL.

3º A redação da sócia **GABRIELA EMILIANA RENISZ**, já qualificada anteriormente passa a ser **GABRIELA EMILIANA RENISZ**, brasileira, portadora do CPF/nº. 081.986.119-75 e RG/nº. 10.272.999-4 SESP/PR, empresária, solteira, maior, nascida em Curitiba/PR, aos 20/12/1993, residente e domiciliada à Rua Didimo Maillard, nº. 610, Cidade Alta II, Campo Mourão/PR, Cep 87307-804.

4º A sede da empresa passa a ser Avenida José Tadeu Nunes, nº. 661, Jardim Nossa Senhora Aparecida, Campo Mourão/PR, CEP 87309-295.

5º O Objeto social passa a ser: Fabricação de produtos derivados de cacau e chocolate; Fabricação de sorvetes e outros gelados comestíveis; Comércio varejista de artigos de festa; Comércio varejista de doces, balas, bombons e semelhantes; Comércio varejista de artigos de embalagens; Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância

EMILIANA INDÚSTRIA DE PRODUTOS DE CHOCOLATE EIRELI
SEGUNDA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL
CNPJ: 34.406.070/0001-66
NIRE: 41600914660

de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns; Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral; Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria; Comércio atacadista de artigos do vestuário e acessórios, exceto profissionais e de segurança; Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças municipal intermunicipal, interestadual e internacional.

6º. A administração da sociedade caberá a sócia GABRIELA EMILIANA RENISZ, já qualificada anteriormente, com poderes e atribuições de Administrador, autorizados ao uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens móveis da sociedade, sem autorização dos outros sócios.

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL
EMILIANA INDÚSTRIA DE PRODUTO DE CHOCOLATE LTDA
CNPJ: 34.406.070/0001-66
NIRE: 41600914660

DA CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO CONFORME DETERMINA O ART.2.031 DA LEI 10.406/2002. A sócia resolve por esse instrumento, atualizar e consolidar o contrato social, tornando assim sem efeito, a partir desta data, as cláusulas e condições contidas no contrato primitivo que, adequando as disposições da referida LEI nº. 10.406/2002 aplicável a este tipo societário. Passa a ter a seguinte redação.

GABRIELA EMILIANA RENISZ, brasileira, portadora do CPF/nº. 081.986.119-75 e RG/nº. 10.272.999-4 SESP/PR, empresária, solteira, maior, nascida em Curitiba/PR, aos 20/12/1993, residente e domiciliada à Rua Didimo Maillard, nº. 610, Cidade Alta II, Campo Mourão/PR, Cep 87307-804. Única sócia da sociedade empresarial Limitada Unipessoal Unipessoal EMILIANA INDÚSTRIA DE CHOCOLATE EIRELI, Inscrita no CNPJ/Nº.34.406.070/0001-66, sediada à Avenida Jose Tadeu Nunes, nº. 661, Jardim Nossa Senhora Aparecida, Campo Mourão/PR, CEP 87309-295.

EMILIANA INDÚSTRIA DE PRODUTOS DE CHOCOLATE EIRELI
SEGUNDA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL
CNPJ: 34.406.070/0001-66
NIRE: 41600914660

Com contrato social arquivado na Junta Comercial do Paraná sob o nº.41600914660 em 02/08/2019, e última alteração de contrato social sob nº. 20202378233 em 31/05/2020, resolve assim, consolidar o contrato social que passa a reger-se pelo que está contida nas cláusulas seguintes:

1º A sociedade empresária limitada unipessoal girará sob o nome empresarial EMILIANA INDÚSTRIA DE CHOCOLATE LTDA, será regida por este contrato social, pelo Código Civil de 2002, Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002.

2º A sociedade terá sua sede à Avenida Jose Tadeu Nunes, nº. 661, Jardim Nossa Senhora Aparecida, Campo Mourão/PR, CEP 87309-295.

3º O Objeto social passa a ser: Fabricação de produtos derivados de cacau e chocolate; Fabricação de sorvetes e outros gelados comestíveis; Comércio varejista de artigos de festa; Comércio varejista de doces, balas, bombons e semelhantes; Comércio varejista de artigos de embalagens; Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns; Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral; Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria; Comércio atacadista de artigos do vestuário e acessórios, exceto profissionais e de segurança; Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças municipal intermunicipal, interestadual e internacional.

4º. O prazo de duração da sociedade é de tempo indeterminado e o início das operações sociais, para todos os efeitos, é a data do registro do instrumento constitutivo em 02/08/2019. É garantida a continuidade da pessoa jurídica diante do impedimento por força maior ou impedimento temporário ou permanente do titular, podendo a empresa ser alterada para atender uma nova situação.

5º. O empresário declara que a atividade se enquadra em Microempresa – ME, nos termos da Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, e que não se enquadra em qualquer da hipótese de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei. (Art. 3º, I, LCP 123/2006).

EMILIANA INDÚSTRIA DE PRODUTOS DE CHOCOLATE EIRELI
SEGUNDA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL
CNPJ: 34.406.070/0001-66
NIRE: 41600914660

6º O Capital Social da sociedade é inteiramente subscrito na forma prevista neste ato na importância de R\$: 99.800,00 (Noventa e nove mil e oitocentos Reais), divididos em 99.800 (Noventa e nove mil e oitocentos) quotas no valor de R\$: 1,00 (Um Real) cada uma, devidamente integralizados, em moeda corrente nacional e distribuídos entre os sócios quotistas da seguinte forma:

Sócio	Quotas	%	Capital
GABRIELA EMILIANA RENISZ	99.800	100,00%	R\$: 99.800,00
TOTAL	99.800	100,00%	R\$: 99.800,00

7º. As quotas sociais são indivisíveis em relação à sociedade, e não poderão ser cedidas ou transferidas sem o consentimento dos demais sócios, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente, de acordo como que estipulam os Artigos 1056 e 1057 de 10/10/2002 – Código Civil.

8º. A administração da sociedade caberá a sócia **GABRIELA EMILIANA RENISZ** já qualificada anteriormente, com poderes e atribuições de Administrador, autorizados ao uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens móveis da sociedade, sem autorização dos outros sócios.

9º. Na eventual necessidade de qualquer categoria de sócios precisarem retirar-se da sociedade, por motivo de falecimento, falência, impedimento ou de livre e espontânea vontade, a sociedade não acarretará a dissolução, a qual continuará sua atividade normal com o sócio remanescente e sucessor, mediante alteração do contrato social, indicando o evento e registrado na Junta Comercial, em 30 (trinta) dias da data da alteração. APLICANDO-SE AS EXIGÊNCIAS CABIVEIS EM CADA CASO. Parágrafo Primeiro - Em caso de falecimento de um dos sócios, aos herdeiros fica assegurado o direito de substituí-lo se assim o desejarem, e poderão ser incluídos na sociedade. Parágrafo Segundo - Para qualquer motivo que seja para a saída de sócio da sociedade, seja ele

EMILIANA INDÚSTRIA DE PRODUTOS DE CHOCOLATE EIRELI
SEGUNDA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL
CNPJ: 34.406.070/0001-66
NIRE: 41600914660

fundador, sucessor e/ou herdeiro, seus haveres sociais serão apurados em balanço geral especial com demonstração de resultado, a ser levantado em 30 (trinta) dias da data da comunicação, e se for do interesse da sociedade ou dos sócios remanescentes. Parágrafo Terceiro: A retirada, exclusão ou morte do sócio não o exime, ou a seus herdeiros, da responsabilidade pelas obrigações sociais anteriores, até dois anos após averbada a resolução da sociedade; nem nos dois primeiros casos, pelas posteriores e em igual prazo, enquanto não se requerer a averbação.

10º. O sócio declara, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

11º. Fica eleito o foro de Campo Mourão/PR, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

12º. Permanecem inalteradas as demais cláusulas vigentes que não colidem com as disposições do presente instrumento.

E por estarem assim justos e contratados assinam o presente instrumento em 01 via.

Campo Mourão/PR, 13 de Setembro de 2022.

Gabriela Emiliana Renisz
Sócia Administradora



ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa EMILIANA INDUSTRIA DE PRODUTOS DE CHOCOLATE LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
08198611975	GABRIELA EMILIANA RENISZ



CERTIFICO O REGISTRO EM 28/10/2022 14:36 SOB N° 41211111736.
PROTOCOLO: 226411486 DE 04/10/2022.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12214138263. CNPJ DA SEDE: 34406070000166.
NIRE: 41211111736. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 27/10/2022.
EMILIANA INDUSTRIA DE PRODUTOS DE CHOCOLATE LTDA

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.pr.gov.br

EMILIANA INDUSTRIA DE PRODUTOS DE CHOCOLATE LTDA

CNPJ: 34.406.070/0001-66

NIRE: 41211111736

3. ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

- **GABRIELA EMILIANA RENISZ DE OLIVEIRA**, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, empresária, nascida em 20/12/1993, na cidade de Curitiba, Paraná, portadora do RG nº 10.272.999-4/SESP-PR e inscrita no CPF nº 081.986.119-75, residente e domiciliada na Rua Didimo Maillard, 610, Jardim Cidade Alta II, em Campo Mourão, Paraná, CEP: 87.307-804; única sócia da sociedade limitada unipessoal **EMILIANA INDUSTRIA DE PRODUTOS DE CHOCOLATE LTDA**, com sede na Avenida Jose Tadeu Nunes, 661, Jardim Nossa Senhora Aparecida, em Campo Mourão, Paraná, CEP: 87.309-295, registrada na Junta Comercial do Estado do Paraná sob NIRE 41211111736 de 28/10/2022, inscrita no CNPJ sob nº 34.406.070/0001-66, resolvem, assim, alterar o contrato social:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O objeto social da sociedade passa a ser a **fabricação de produtos derivados do cacau e de chocolates, comércio atacadista de produtos alimentícios, comércio atacadista de artigos do vestuário e acessórios, exceto profissionais e de segurança, comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria, comércio atacadista de bebidas com atividade de fracionamento e acondicionamento associada, comércio atacadista de produtos de higiene pessoal, comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria, comércio atacadista de embalagens, comércio atacadista de aparelhos eletrônicos de uso pessoal e doméstico, comércio varejista de mercadorias com predominância de produtos alimentícios – minimercados, mercearias e armazéns, comércio varejista de doces, balas, bombons, comércio varejista de artigos de papelaria e transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal, intermunicipal, interestadual e internacional.**

CLÁUSULA SEGUNDA: A Sociedade Limita Unipessoal passa a ser uma SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA, após admitir na sociedade **MARIANA HELENA RENISZ**, brasileira, solteira, empresária, nascida em 16/01/2004 em Curitiba, Paraná, portadora do RG nº 10.135.238-2/SESP-PR e inscrita no CPF nº 131.304.349-41, residente e domiciliada à Rua Didimo Maillard, 610, Jardim Cidade Alta II, em Campo Mourão, Paraná, CEP: 87.307-804.

EMILIANA INDUSTRIA DE PRODUTOS DE CHOCOLATE LTDA

CNPJ: 34.406.070/0001-66

NIRE: 41211111736

3. ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

CLÁUSULA TERCEIRA: A sócia **GABRIELA EMILIANA RENISZ DE OLIVEIRA**, cede e transfere, a título oneroso, à sócia ingressante **MARIANA HELENA RENISZ**, 49.900 (quarenta e nove mil e novecentas) quotas, no valor de R\$ 49.900,00 (quarenta e nove mil e novecentos reais), pelo valor nominal à vista, em moeda corrente do país, dando plena e rasa quitação das quotas ora transferidas.

CLÁUSULA QUARTA: O capital social no valor de R\$ 99.800,00 (noventa e nove mil e oitocentos reais) dividido em 99.800 (noventa e nove mil e oitocentas) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do país, fica assim distribuído:

SÓCIAS	QUOTAS	%	VALOR
GABRIELA EMILIANA RENISZ DE OLIVEIRA	49.900	50%	R\$ 49.900,00
MARIANA HELENA RENISZ	49.900	50%	R\$ 49.900,00
TOTAL	99.800	100%	R\$ 99.800,00

CLÁUSULA QUINTA: As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, o direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a sessão delas, a alteração contratual pertinente.

CLÁUSULA SEXTA: A responsabilidade dos sócios é limitada ao valor de suas quotas, mas todos responderão solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA SÉTIMA: À vista da modificação ora ajustada e em consonância com o que determina o art. 2.031 da Lei nº 10.406/2002, os sócios resolvem, por este instrumento, atualizar e consolidar o contrato social, tornando assim sem efeito, a partir desta data, as cláusulas e condições contidas no contrato primitivo que, adequado às disposições da referida Lei nº 10.406/2002 aplicáveis a este tipo societário, passa a ter a seguinte redação:

EMILIANA INDUSTRIA DE PRODUTOS DE CHOCOLATE LTDA

CNPJ: 34.406.070/0001-66

NIRE: 41211111736

3. ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO

EMILIANA INDUSTRIA DE PRODUTOS DE CHOCOLATE LTDA

CNPJ: 34.406.070/0001-66

NIRE: 41211111736

- **GABRIELA EMILIANA RENISZ DE OLIVEIRA**, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, empresária, nascida em 20/12/1993, na cidade de Curitiba, Paraná, portadora do RG nº 10.272.999-4/SESP-PR e inscrita no CPF nº 081.986.119-75, residente e domiciliada na Rua Didimo Maillard, 610, Jardim Cidade Alta II, em Campo Mourão, Paraná, CEP: 87.307-804;
- **MARIANA HELENA RENISZ**, brasileira, solteira, empresária, nascida em 16/01/2004 em Curitiba, Paraná, portadora do RG nº 10.135.238-2/SESP-PR e inscrita no CPF nº 131.304.349-41, residente e domiciliada à Rua Didimo Maillard, 610, Jardim Cidade Alta II, em Campo Mourão, Paraná, CEP: 87.307-804; únicas sócias da sociedade empresária limitada **EMILIANA INDUSTRIA DE PRODUTOS DE CHOCOLATE LTDA**, com sede na Avenida Jose Tadeu Nunes, 661, Jardim Nossa Senhora Aparecida, em Campo Mourão, Paraná, CEP: 87.309-295, registrada na Junta Comercial do Estado do Paraná sob NIRE 41211111736 de 28/10/2022, inscrita no CNPJ sob nº 34.406.070/0001-66, resolvem, assim, consolidar o contrato social:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A sociedade empresaria limitada gira sob o nome empresarial **EMILIANA INDUSTRIA DE PRODUTOS DE CHOCOLATE LTDA**, e tem sua sede e domicilio na Avenida Jose Tadeu Nunes, 661, Jardim Nossa Senhora Aparecida, em Campo Mourão, Paraná, CEP: 87.309-295.

CLÁUSULA SEGUNDA: O objeto social da sociedade é o de fabricação de produtos derivados do cacau e de chocolates, comércio atacadista de produtos alimentícios, comércio atacadista de artigos do vestuário e acessórios, exceto profissionais e de segurança, comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria, comércio atacadista de bebidas com atividade de fracionamento e acondicionamento associada, comércio atacadista de produtos de higiene pessoal, comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria, comércio

EMILIANA INDUSTRIA DE PRODUTOS DE CHOCOLATE LTDA**CNPJ: 34.406.070/0001-66****NIRE: 41211111736****3. ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**

atacadista de embalagens, comércio atacadista de aparelhos eletrônicos de uso pessoal e doméstico, comércio varejista de mercadorias com predominância de produtos alimentícios – minimercados, mercearias e armazéns, comércio varejista de doces, balas, bombons, comércio varejista de artigos de papelaria e transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal, intermunicipal, interestadual e internacional.

CLÁUSULA TERCEIRA: A sociedade iniciou suas atividades em 23/07/2019 sendo prazo de duração indeterminado.

CLÁUSULA QUARTA: A sociedade pode, a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, no país ou no exterior, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

CLÁUSULA QUINTA: O capital social no valor de R\$ 99.800,00 (noventa e nove mil e oitocentos reais) dividido em 99.800 (noventa e nove mil e oitocentas) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do país, fica assim distribuído:

SÓCIAS	QUOTAS	%	VALOR
GABRIELA EMILIANA RENISZ DE OLIVEIRA	49.900	50%	R\$ 49.900,00
MARIANA HELENA RENISZ	49.900	50%	R\$ 49.900,00
TOTAL	99.800	100%	R\$ 99.800,00

CLÁUSULA SEXTA: As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, o direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a sessão delas, a alteração contratual pertinente.

CLÁUSULA SÉTIMA: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todas respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA OITAVA: A administração da sociedade cabe a sócia **GABRIELA EMILIANA RENISZ DE OLIVEIRA**, individualmente, com poderes e atribuições de Administradora, autorizada o

EMILIANA INDUSTRIA DE PRODUTOS DE CHOCOLATE LTDA

CNPJ: 34.406.070/0001-66

NIRE: 41211111736

3. ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização de outros sócios.

CLÁUSULA NONA: Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de “pró-labore”, observadas as disposições regulamentadas pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA: O exercício social será encerrado no dia 31 de dezembro de cada ano, quando serão levantados o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício e demais demonstrações e relatórios exigidos pelas normas contábeis e pela legislação, cabendo as sócias, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, as sócias deliberarão sobre as contas e designarão a administradora quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: A sociedade não se dissolverá pelo falecimento ou interdição de uma das sócias, mas continuará com os sócios remanescentes, sendo que o meeiro e os herdeiros do sócio falecido, ou representante da sócia que for declarado interditado somente poderão ingressar na sociedade observando-se o que dispõe o presente contrato sobre a substituição e admissão de novos sócios.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: A Administradora declara, sob as penas da lei, de que não está impedida de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: A empresa declara que se enquadra na condição de MICROEMPRESA nos termos da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006.

EMILIANA INDUSTRIA DE PRODUTOS DE CHOCOLATE LTDA

CNPJ: 34.406.070/0001-66

NIRE: 41211111736

3. ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: Fica eleito o foro da Comarca de Campo Mourão, Estado do Paraná, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E, por estarem justos e contratados, datam, lavram e assinam o presente instrumento em via única, obrigando-se por si e seus herdeiros a cumpri-lo em todos os seus termos.

Campo Mourão-PR, 30 de janeiro de 2024.

GABRIELA EMILIANA RENISZ DE OLIVEIRA

MARIANA HELENA RENISZ



ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa EMILIANA INDUSTRIA DE PRODUTOS DE CHOCOLATE LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
08198611975	GABRIELA EMILIANA RENISZ DE OLIVEIRA
13130434941	MARIANA HELENA RENISZ



CERTIFICO O REGISTRO EM 06/02/2024 14:03 SOB N° 20240546415.
PROTOCOLO: 240546415 DE 01/02/2024.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12401726196. CNPJ DA SEDE: 34406070000166.
NIRE: 41211111736. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 30/01/2024.
EMILIANA INDUSTRIA DE PRODUTOS DE CHOCOLATE LTDA

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.pr.gov.br



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: EMILIANA INDUSTRIA DE PRODUTOS DE CHOCOLATE LTDA
CNPJ: 34.406.070/0001-66

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 09:30:30 do dia 02/12/2024 <hora e data de Brasília>.
Válida até 31/05/2025.

Código de controle da certidão: **A58F.457D.1365.8A1D**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

Certidão Negativa
de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 036163288-79

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **34.406.070/0001-66**

Nome: **EMILIANA INDUSTRIA DE PRODUTOS DE CHOCOLATE LTDA**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 27/06/2025 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br



ESTADO DE PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO
SECRETARIA DE FINANÇAS E ORÇAMENTO
GERÊNCIA DE VALORES IMOBILIÁRIOS

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

Protocolo:	N. Certidão: 10340/2025
Contribuinte: EMILIANA INDUSTRIA DE PRODUTOS DE CHOCOLATE LTDA	
CPF: 34.406.070/0001-66	RG:
Endereço: AVENIDA JOSE TADEU NUNES, nº 661	
Bairro: CENTRO	
Complemento:	Ponto de Referência:
Requerente:	
Cód. Contrib.: 61078760	Validade: 07/04/2025

[FINALIDADE]

PARA FINS DIVERSOS

[OBSERVAÇÕES]

Declaramos que para a finalidade desta Certidão, **não consta débitos vencidos** no Cadastro deste Município.

CAMPO MOURÃO/PR, 6 de março de 2025.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via internet
<https://campomourao.atende.net>



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: EMILIANA INDUSTRIA DE PRODUTOS DE CHOCOLATE LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 34.406.070/0001-66

Certidão nº: 73887073/2024

Expedição: 24/10/2024, às 08:34:27

Validade: 22/04/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **EMILIANA INDUSTRIA DE PRODUTOS DE CHOCOLATE LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **34.406.070/0001-66**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 34.406.070/0001-66
Razão Social: EMILIANA INDUSTRIA DE PRODUTOS DE CHOCOL
Endereço: AVE IRMAOS PEREIRA 1515 / CENTRO / / / 87300-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 16/02/2025 a 17/03/2025

Certificação Número: 2025021603195395370316

Informação obtida em 27/02/2025 09:08:42

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

CARTÓRIO DISTRIBUIDOR PÚBLICO E ANEXOS,

Contador, Partidor, Depositário e Avaliador Judicial

Gerson Guimarães do Vale

Titular

CERTIDÃO



0000168003

CERTIFICO que, a pedido verbal de parte interessada, que revendo em cartório a meu cargo, os livros de registro e distribuição de feitos, deles constatei **NÃO** haver sido distribuído a qualquer cartório CÍVEL desta Comarca, ação alguma de:

FALÊNCIA, CONCORDATA ou RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO
JUDICIAL ou EXTRAJUDICIAL contra:

EMILIANA INDUSTRIA DE PRODUTOS DE CHOCOLATE LTDA, portador do CNPJ/CPF Nº 34.406.070/0001-66, INS. EST. Nº N/C, com sede na cidade de CAMPO MOURAO-PR.

O referido é verdade e dou fé.

Campo Mourão - Pr, segunda-feira, 13 de janeiro de 2025; 14:48:11

LEANDRO
GUIMARAES COSTA DO
VALE:01563451964
Dados: 2025.01.13
14:48:53 -03'00'

Assinado de forma digital
por LEANDRO
GUIMARAES COSTA DO
VALE:01563451964
Dados: 2025.01.13
14:48:53 -03'00'

Cartório Distribuidor Público e anexos

Gerson Guimarães do Vale - Titular
Leandro Guimarães C.do Vale - Funcionário Juramentado
(Assinatura Digital)

LICENÇA SANITÁRIA Nº 1005 / 2024

RAZÃO SOCIAL: EMILIANA INDUSTRIA DE PRODUTOS DE CHOCOLATE LTDA
NOME FANTASIA: REIVOS
CPF/CNPJ: 34.406.070/0001-66
ENDEREÇO: JOSÉ TADEU NUNES

BAIRRO: JARDIM NOSSA SENHORA APARECIDA **NUMERO:** 661
DATA DE EMISSÃO: 27/11/2024 **DATA DE VALIDADE:** 27/11/2025

Atividades Licenciadas:

1093701 - Fabricação de produtos derivados do cacau e de chocolates

- 4635403 - Comércio atacadista de bebidas com atividade de fracionamento e acondicionamento associada
- 4639701 - Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral
- 4642701 - Comércio atacadista de artigos do vestuário e acessórios, exceto profissionais e de segurança
- 4647801 - Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria
- 4649402 - Comércio atacadista de aparelhos eletrônicos de uso pessoal e doméstico
- 4649499 - Comércio atacadista de outros equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente
- 4686902 - Comércio atacadista de embalagens
- 4712100 - Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns
- 4721104 - Comércio varejista de doces, balas, bombons e semelhantes

Observações:



SABRINA SILVA DE
CAMPOS:09035804
970

Assinado de forma digital por
SABRINA SILVA DE
CAMPOS:09035804970
Dados: 2024.11.27 09:53:13
-03'00'

Autoridade Sanitária

Este documento deve ser afixado em local visível ao público no estabelecimento.

Proc. Administrativo 15- 1.256/2025

De: Thaila O. - SEMAD-LICIT-SP

Para: SEMAD-LICIT - Divisão de Licitação

Data: 07/03/2025 às 15:26:49

Na condição de Agente de Contratação do Município de Ubiratã, encaminho o presente processo propondo sua adjudicação e homologação.

—

Thaila Rodrigues Oliveira

Agente de Contratação

Anexos:

relatorio_julg_hab_98793305900062025_s1_item_1.pdf



TERMO DE JULGAMENTO
UASG 987933 - PREF.MUN.DE UBIRATA - PR
PREGÃO 90006/2025

Fundamentação legal:	Lei 14.133/2021	Característica:	SISPP - Tradicional
Critério de julgamento:	Menor Preço / Maior Desconto	Modo de disputa:	Aberto
Compra emergencial:	Não	UF da UASG:	PR
Objeto da compra:	Aquisição de ovos de páscoa para distribuição gratuita destinada aos alunos da Rede Municipal de Educação.		
Entrega de propostas:	De 18/02/2025 às 08:00 até 07/03/2025 às 08:15		
Abertura da sessão pública:	Dia 07/03/2025 às 08:15 (horário de Brasília)		

Mensagens do chat da compra

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	07/03/2025 às 08:15:00	A sessão pública está aberta. Até 20 itens poderão estar em disputa simultaneamente e o período de abertura para disputa será entre 08:00 e 18:00. Mantenham-se conectados.
Sistema	07/03/2025 às 10:46:56	A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Para acompanhá-la acesse a opção "Seleção de fornecedores" na linha do tempo.
Sistema	07/03/2025 às 10:47:35	Bom dia senhores licitantes, iniciarei as negociações e convocação de propostas.

Eventos da compra

Data/Hora	Descrição
07/03/2025 às 08:15:00	Abertura da sessão pública
07/03/2025 às 10:46:55	Início da etapa de julgamento de propostas

Item 1 - Confeitos de pascoa

Confeitos De Pascoa Formato: Ovo, Tipo: Tradicional, Tipo De Casca: Crocante, Sabor: Ao Leite, Ingrediente Básico: Cacau; Manteiga De Cacau, Gordura Vegetal, Apresentação: Embalado Com Papel Alumínio E Plástico, Características Adicionais: Sem Lactose

Quantidade:	2800	Valor estimado:	R\$ 23,0600 (unitário)
Unidade de fornecimento:	Embalagem 250,00 G		R\$ 64.568,0000 (total)
Intervalo mínimo entre lances:	R\$ 0,0100	Situação:	Aguardando adjudicação
Critério de julgamento:	Menor Preço		
Tratamento Diferenciado ME/EPP:	Exclusividade ME/EPP (inciso I, art. 48, LC 123/2006)		

Aceito e Habilitado por CPF ***.544.***-8 - THAILA RODRIGUES OLIVEIRA para EMILIANA INDUSTRIA DE PRODUTOS DE CHOCOLATE LTDA, CNPJ 34.406.070/0001-66, melhor lance: R\$ 11,4800 (unitário) / R\$ 32.144,0000 (total)

Propostas do Item 1

Benefício Me/Epp: Conforme Art. 3ª da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006
Programa de integridade: Conforme termos previstos na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 12.304/2024

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
59.452.167/0001-36 - 2VW COMERCIO, FORMACAO E DESENVOLVIMENTO LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: PR	R\$ 23,0600 (unitário) R\$ 64.568,0000 (total)	-
Marca/Fabricante: PROPRIA Modelo/versão: PROPRIA Valor proposta: R\$ 23,0600 (unitário) R\$ 64.568,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 2800
54.151.413/0001-04 - A C O INVICTA - COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: PR	R\$ 15,3600 (unitário) R\$ 43.008,0000 (total)	-
Marca/Fabricante: du kakau/du kakau Modelo/versão: du kakau/du kakau Valor proposta: R\$ 23,0600 (unitário) R\$ 64.568,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 2800
03.562.593/0001-78 - CHOCONTELLI-INDUSTRIA E COMERCIO DE DOCES LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: PR	R\$ 11,4900 (unitário) R\$ 32.172,0000 (total)	-
Marca/Fabricante: Própria Modelo/versão: 250g Valor proposta: R\$ 23,0000 (unitário) R\$ 64.400,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 2800

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
50.626.937/0001-45 - COMERCIAL SOLUTION LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: PR	R\$ 23,0000 (unitário) R\$ 64.400,0000 (total)	-
Marca/Fabricante: ARTS COM CHOCOLATE Modelo/versão: CONF. EDITAL Valor proposta: R\$ 23,0000 (unitário) R\$ 64.400,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 2800
53.814.361/0001-38 - CONTI COMERCIO DE PRODUTOS E CIA LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: PR	R\$ 17,0000 (unitário) R\$ 47.600,0000 (total)	-
Marca/Fabricante: DUKACAU Modelo/versão: DUKACAU Valor proposta: R\$ 23,0600 (unitário) R\$ 64.568,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 2800
34.406.070/0001-66 - EMILIANA INDUSTRIA DE PRODUTOS DE CHOCOLATE LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: PR	R\$ 11,4800 (unitário) R\$ 32.144,0000 (total)	Fornecedor habilitado
Marca/Fabricante: MARCA PROPRIA Modelo/versão: OVO DE PASCOA Valor proposta: R\$ 23,0600 (unitário) R\$ 64.568,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 2800
10.907.486/0001-08 - FACIL TEND TUDO COMERCIO E LOCACAO DE VEICULOS LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: MS	R\$ 18,0000 (unitário) R\$ 50.400,0000 (total)	-
Marca/Fabricante: tonny Modelo/versão: tonny Valor proposta: R\$ 22,0000 (unitário) R\$ 61.600,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 2800
41.181.841/0001-20 - FERNANDES & VIEIRA COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: PR	R\$ 22,9700 (unitário) R\$ 64.316,0000 (total)	-
Marca/Fabricante: Siareg Modelo/versão: Ovo de Páscoa Chocolate ao Leite Valor proposta: R\$ 22,9700 (unitário) R\$ 64.316,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 2800

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
40.981.450/0001-27 - JOSE LUIZ P DA SILVA LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Não UF endereço: PR	R\$ 14,9000 (unitário) R\$ 41.720,0000 (total)	-
Marca/Fabricante: DOCE MORDIDA Modelo/versão: DOCE MORDIDA Valor proposta: R\$ 23,0000 (unitário) R\$ 64.400,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 2800
15.655.026/0001-45 - RNL TRADE AND FACILITIES LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: DF	R\$ 23,4243 (unitário) R\$ 65.588,0400 (total)	-
Marca/Fabricante: Confeitos De Pascoa Formato: Ovo, Tipo: Tradiciona Modelo/versão: Confeitos De Pascoa Formato: Ovo, Tipo: Tradiciona Valor proposta: R\$ 23,4243 (unitário) R\$ 65.588,0400 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 2800
05.304.697/0001-08 - TANGO LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: PR	R\$ 12,9800 (unitário) R\$ 36.344,0000 (total)	-
Marca/Fabricante: Reivos Modelo/versão: Ovo de Pascoa Valor proposta: R\$ 23,0600 (unitário) R\$ 64.568,0000 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 2800

Lances do Item 1

Data/hora	Participante	Lance
07/03/2025 às 08:15:45	34.406.070/0001-66	R\$ 22,9900
07/03/2025 às 08:15:49	34.406.070/0001-66	R\$ 21,9900
07/03/2025 às 08:16:18	53.814.361/0001-38	R\$ 21,9000
07/03/2025 às 08:19:02	34.406.070/0001-66	R\$ 21,8900
07/03/2025 às 08:19:05	53.814.361/0001-38	R\$ 21,8000
07/03/2025 às 08:19:21	05.304.697/0001-08	R\$ 21,8900
07/03/2025 às 08:19:23	34.406.070/0001-66	R\$ 21,7900
07/03/2025 às 08:19:28	53.814.361/0001-38	R\$ 21,5000
07/03/2025 às 08:19:35	54.151.413/0001-04	R\$ 21,4900
07/03/2025 às 08:19:37	53.814.361/0001-38	R\$ 21,0000
07/03/2025 às 08:19:49	34.406.070/0001-66	R\$ 20,9900
07/03/2025 às 08:19:53	53.814.361/0001-38	R\$ 20,5000
07/03/2025 às 08:20:25	34.406.070/0001-66	R\$ 20,4900
07/03/2025 às 08:20:30	40.981.450/0001-27	R\$ 20,4500

Data/hora	Participante	Lance
07/03/2025 às 08:20:37	54.151.413/0001-04	R\$ 20,4400
07/03/2025 às 08:20:45	34.406.070/0001-66	R\$ 20,4300
07/03/2025 às 08:20:49	53.814.361/0001-38	R\$ 20,2000
07/03/2025 às 08:21:04	54.151.413/0001-04	R\$ 20,1900
07/03/2025 às 08:21:12	53.814.361/0001-38	R\$ 19,9000
07/03/2025 às 08:21:26	03.562.593/0001-78	R\$ 19,5000
07/03/2025 às 08:21:30	53.814.361/0001-38	R\$ 19,0000
07/03/2025 às 08:21:48	34.406.070/0001-66	R\$ 18,9900
07/03/2025 às 08:21:59	53.814.361/0001-38	R\$ 18,9000
07/03/2025 às 08:22:20	54.151.413/0001-04	R\$ 18,8900
07/03/2025 às 08:22:24	53.814.361/0001-38	R\$ 18,5000
07/03/2025 às 08:22:28	05.304.697/0001-08	R\$ 21,7900
07/03/2025 às 08:23:08	34.406.070/0001-66	R\$ 18,4900
07/03/2025 às 08:23:14	53.814.361/0001-38	R\$ 18,4000
07/03/2025 às 08:23:32	54.151.413/0001-04	R\$ 18,3900
07/03/2025 às 08:23:39	03.562.593/0001-78	R\$ 18,0000
07/03/2025 às 08:23:43	53.814.361/0001-38	R\$ 17,9900
07/03/2025 às 08:23:51	54.151.413/0001-04	R\$ 17,8900
07/03/2025 às 08:23:57	53.814.361/0001-38	R\$ 17,5000
07/03/2025 às 08:24:30	54.151.413/0001-04	R\$ 17,4900
07/03/2025 às 08:24:35	53.814.361/0001-38	R\$ 17,4000
07/03/2025 às 08:24:41	54.151.413/0001-04	R\$ 17,3900
07/03/2025 às 08:24:44	53.814.361/0001-38	R\$ 17,3000
07/03/2025 às 08:24:45	05.304.697/0001-08	R\$ 18,4900
07/03/2025 às 08:24:50	54.151.413/0001-04	R\$ 17,2900
07/03/2025 às 08:24:54	53.814.361/0001-38	R\$ 17,2000
07/03/2025 às 08:25:01	54.151.413/0001-04	R\$ 17,1900
07/03/2025 às 08:25:08	53.814.361/0001-38	R\$ 17,0000
07/03/2025 às 08:25:19	03.562.593/0001-78	R\$ 16,5000
07/03/2025 às 08:25:30	54.151.413/0001-04	R\$ 16,4900
07/03/2025 às 08:26:27	40.981.450/0001-27	R\$ 16,9900
07/03/2025 às 08:26:38	10.907.486/0001-08	R\$ 18,0000
07/03/2025 às 08:26:45	34.406.070/0001-66	R\$ 16,4800

Data/hora	Participante	Lance
07/03/2025 às 08:26:59	54.151.413/0001-04	R\$ 16,4700
07/03/2025 às 08:28:11	34.406.070/0001-66	R\$ 16,4600
07/03/2025 às 08:28:34	54.151.413/0001-04	R\$ 16,4500
07/03/2025 às 08:29:23	40.981.450/0001-27	R\$ 16,4700
07/03/2025 às 08:29:42	34.406.070/0001-66	R\$ 16,4400
07/03/2025 às 08:30:01	54.151.413/0001-04	R\$ 16,3000
07/03/2025 às 08:30:08	40.981.450/0001-27	R\$ 16,2900
07/03/2025 às 08:30:19	54.151.413/0001-04	R\$ 16,2000
07/03/2025 às 08:31:30	34.406.070/0001-66	R\$ 16,1900
07/03/2025 às 08:31:40	54.151.413/0001-04	R\$ 16,1000
07/03/2025 às 08:31:53	05.304.697/0001-08	R\$ 16,0900
07/03/2025 às 08:32:12	03.562.593/0001-78	R\$ 16,0000
07/03/2025 às 08:32:15	54.151.413/0001-04	R\$ 16,0800
07/03/2025 às 08:32:21	54.151.413/0001-04	R\$ 15,9900
07/03/2025 às 08:33:32	34.406.070/0001-66	R\$ 15,9800
07/03/2025 às 08:33:39	54.151.413/0001-04	R\$ 15,9500
07/03/2025 às 08:34:51	34.406.070/0001-66	R\$ 15,9400
07/03/2025 às 08:34:58	54.151.413/0001-04	R\$ 15,9000
07/03/2025 às 08:36:09	34.406.070/0001-66	R\$ 15,8900
07/03/2025 às 08:36:23	54.151.413/0001-04	R\$ 15,8000
07/03/2025 às 08:36:28	05.304.697/0001-08	R\$ 15,8900
07/03/2025 às 08:37:49	34.406.070/0001-66	R\$ 15,7900
07/03/2025 às 08:38:00	03.562.593/0001-78	R\$ 15,5000
07/03/2025 às 08:38:09	54.151.413/0001-04	R\$ 15,4900
07/03/2025 às 08:39:34	03.562.593/0001-78	R\$ 15,0000
07/03/2025 às 08:39:59	54.151.413/0001-04	R\$ 15,3600
07/03/2025 às 08:40:39	34.406.070/0001-66	R\$ 14,9900
07/03/2025 às 08:41:03	03.562.593/0001-78	R\$ 14,9500
07/03/2025 às 08:42:35	34.406.070/0001-66	R\$ 14,9400
07/03/2025 às 08:42:42	05.304.697/0001-08	R\$ 14,9300
07/03/2025 às 08:43:12	40.981.450/0001-27	R\$ 15,0000
07/03/2025 às 08:43:58	03.562.593/0001-78	R\$ 14,5000
07/03/2025 às 08:45:29	34.406.070/0001-66	R\$ 14,4900

Data/hora	Participante	Lance
07/03/2025 às 08:46:45	03.562.593/0001-78	R\$ 14,4800
07/03/2025 às 08:48:26	34.406.070/0001-66	R\$ 14,4700
07/03/2025 às 08:48:39	40.981.450/0001-27	R\$ 14,9000
07/03/2025 às 08:49:26	03.562.593/0001-78	R\$ 14,4500
07/03/2025 às 08:50:58	34.406.070/0001-66	R\$ 14,4400
07/03/2025 às 08:51:54	03.562.593/0001-78	R\$ 14,4300
07/03/2025 às 08:51:58	05.304.697/0001-08	R\$ 14,4200
07/03/2025 às 08:52:13	34.406.070/0001-66	R\$ 14,4100
07/03/2025 às 08:52:41	03.562.593/0001-78	R\$ 14,4000
07/03/2025 às 08:54:07	34.406.070/0001-66	R\$ 14,3900
07/03/2025 às 08:55:18	03.562.593/0001-78	R\$ 14,3500
07/03/2025 às 08:56:22	34.406.070/0001-66	R\$ 14,3400
07/03/2025 às 08:56:34	03.562.593/0001-78	R\$ 14,3300
07/03/2025 às 08:57:46	34.406.070/0001-66	R\$ 14,3200
07/03/2025 às 08:57:50	05.304.697/0001-08	R\$ 14,3100
07/03/2025 às 08:58:18	34.406.070/0001-66	R\$ 14,3000
07/03/2025 às 08:59:00	03.562.593/0001-78	R\$ 14,0000
07/03/2025 às 09:00:12	34.406.070/0001-66	R\$ 13,9900
07/03/2025 às 09:01:22	03.562.593/0001-78	R\$ 13,9500
07/03/2025 às 09:02:44	34.406.070/0001-66	R\$ 13,9400
07/03/2025 às 09:03:58	03.562.593/0001-78	R\$ 13,9000
07/03/2025 às 09:05:10	34.406.070/0001-66	R\$ 13,8900
07/03/2025 às 09:05:13	05.304.697/0001-08	R\$ 13,8700
07/03/2025 às 09:05:42	34.406.070/0001-66	R\$ 13,8600
07/03/2025 às 09:06:25	03.562.593/0001-78	R\$ 13,8500
07/03/2025 às 09:07:27	34.406.070/0001-66	R\$ 13,8400
07/03/2025 às 09:07:44	03.562.593/0001-78	R\$ 13,8300
07/03/2025 às 09:08:56	34.406.070/0001-66	R\$ 13,8200
07/03/2025 às 09:09:04	03.562.593/0001-78	R\$ 13,8100
07/03/2025 às 09:10:06	34.406.070/0001-66	R\$ 13,8000
07/03/2025 às 09:10:29	03.562.593/0001-78	R\$ 13,7900
07/03/2025 às 09:11:31	34.406.070/0001-66	R\$ 13,7800
07/03/2025 às 09:11:53	03.562.593/0001-78	R\$ 13,7700

Data/hora	Participante	Lance
07/03/2025 às 09:13:13	34.406.070/0001-66	R\$ 13,7600
07/03/2025 às 09:14:17	03.562.593/0001-78	R\$ 13,7500
07/03/2025 às 09:15:18	34.406.070/0001-66	R\$ 13,7400
07/03/2025 às 09:15:22	05.304.697/0001-08	R\$ 13,7300
07/03/2025 às 09:15:40	34.406.070/0001-66	R\$ 13,7200
07/03/2025 às 09:16:21	03.562.593/0001-78	R\$ 13,7100
07/03/2025 às 09:17:22	34.406.070/0001-66	R\$ 13,7000
07/03/2025 às 09:17:41	03.562.593/0001-78	R\$ 13,6900
07/03/2025 às 09:18:42	34.406.070/0001-66	R\$ 13,6800
07/03/2025 às 09:19:11	03.562.593/0001-78	R\$ 13,6700
07/03/2025 às 09:19:30	34.406.070/0001-66	R\$ 13,6600
07/03/2025 às 09:20:07	03.562.593/0001-78	R\$ 13,6500
07/03/2025 às 09:21:09	34.406.070/0001-66	R\$ 13,6400
07/03/2025 às 09:21:30	03.562.593/0001-78	R\$ 13,6300
07/03/2025 às 09:22:26	03.562.593/0001-78	R\$ 13,6200
07/03/2025 às 09:22:38	34.406.070/0001-66	R\$ 13,6100
07/03/2025 às 09:23:10	03.562.593/0001-78	R\$ 13,6000
07/03/2025 às 09:24:21	34.406.070/0001-66	R\$ 13,5900
07/03/2025 às 09:24:42	03.562.593/0001-78	R\$ 13,5800
07/03/2025 às 09:25:54	34.406.070/0001-66	R\$ 13,5700
07/03/2025 às 09:26:06	03.562.593/0001-78	R\$ 13,5600
07/03/2025 às 09:27:19	34.406.070/0001-66	R\$ 13,5500
07/03/2025 às 09:28:14	03.562.593/0001-78	R\$ 13,5400
07/03/2025 às 09:29:16	34.406.070/0001-66	R\$ 13,5300
07/03/2025 às 09:30:36	03.562.593/0001-78	R\$ 13,5200
07/03/2025 às 09:31:25	05.304.697/0001-08	R\$ 13,5100
07/03/2025 às 09:31:43	03.562.593/0001-78	R\$ 13,5000
07/03/2025 às 09:32:56	34.406.070/0001-66	R\$ 13,4900
07/03/2025 às 09:34:26	03.562.593/0001-78	R\$ 13,4800
07/03/2025 às 09:35:31	34.406.070/0001-66	R\$ 13,4700
07/03/2025 às 09:36:25	03.562.593/0001-78	R\$ 13,4600
07/03/2025 às 09:37:47	34.406.070/0001-66	R\$ 13,4500
07/03/2025 às 09:38:48	03.562.593/0001-78	R\$ 13,4400

Data/hora	Participante	Lance
07/03/2025 às 09:39:53	03.562.593/0001-78	R\$ 13,4300
07/03/2025 às 09:39:56	34.406.070/0001-66	R\$ 13,4200
07/03/2025 às 09:40:04	03.562.593/0001-78	R\$ 13,4100
07/03/2025 às 09:40:43	05.304.697/0001-08	R\$ 13,4000
07/03/2025 às 09:41:05	03.562.593/0001-78	R\$ 13,3900
07/03/2025 às 09:41:08	34.406.070/0001-66	R\$ 13,3800
07/03/2025 às 09:42:07	03.562.593/0001-78	R\$ 13,3700
07/03/2025 às 09:43:19	34.406.070/0001-66	R\$ 13,3600
07/03/2025 às 09:44:25	03.562.593/0001-78	R\$ 13,3500
07/03/2025 às 09:44:50	05.304.697/0001-08	R\$ 13,3400
07/03/2025 às 09:45:51	34.406.070/0001-66	R\$ 13,3300
07/03/2025 às 09:46:47	03.562.593/0001-78	R\$ 13,2200
07/03/2025 às 09:47:48	34.406.070/0001-66	R\$ 13,2100
07/03/2025 às 09:48:33	03.562.593/0001-78	R\$ 13,2000
07/03/2025 às 09:50:15	34.406.070/0001-66	R\$ 13,1900
07/03/2025 às 09:51:23	03.562.593/0001-78	R\$ 13,1800
07/03/2025 às 09:52:55	34.406.070/0001-66	R\$ 13,1700
07/03/2025 às 09:53:01	03.562.593/0001-78	R\$ 13,0000
07/03/2025 às 09:54:33	34.406.070/0001-66	R\$ 12,9900
07/03/2025 às 09:54:37	05.304.697/0001-08	R\$ 12,9800
07/03/2025 às 09:56:09	34.406.070/0001-66	R\$ 12,9700
07/03/2025 às 09:57:45	03.562.593/0001-78	R\$ 12,9600
07/03/2025 às 09:58:47	34.406.070/0001-66	R\$ 12,9500
07/03/2025 às 10:00:34	03.562.593/0001-78	R\$ 12,0000
07/03/2025 às 10:01:55	34.406.070/0001-66	R\$ 11,9900
07/03/2025 às 10:03:25	03.562.593/0001-78	R\$ 11,9800
07/03/2025 às 10:04:27	34.406.070/0001-66	R\$ 11,9700
07/03/2025 às 10:04:37	03.562.593/0001-78	R\$ 11,9500
07/03/2025 às 10:05:59	34.406.070/0001-66	R\$ 11,9400
07/03/2025 às 10:06:16	03.562.593/0001-78	R\$ 11,9300
07/03/2025 às 10:07:47	34.406.070/0001-66	R\$ 11,9200
07/03/2025 às 10:07:55	03.562.593/0001-78	R\$ 11,9100
07/03/2025 às 10:09:26	34.406.070/0001-66	R\$ 11,9000

Data/hora	Participante	Lance
07/03/2025 às 10:09:50	03.562.593/0001-78	R\$ 11,8900
07/03/2025 às 10:11:21	34.406.070/0001-66	R\$ 11,8800
07/03/2025 às 10:11:27	03.562.593/0001-78	R\$ 11,8700
07/03/2025 às 10:12:39	34.406.070/0001-66	R\$ 11,8600
07/03/2025 às 10:12:49	03.562.593/0001-78	R\$ 11,8500
07/03/2025 às 10:14:21	34.406.070/0001-66	R\$ 11,8400
07/03/2025 às 10:14:31	03.562.593/0001-78	R\$ 11,8300
07/03/2025 às 10:16:02	34.406.070/0001-66	R\$ 11,8200
07/03/2025 às 10:16:12	03.562.593/0001-78	R\$ 11,8100
07/03/2025 às 10:17:40	34.406.070/0001-66	R\$ 11,8000
07/03/2025 às 10:17:52	03.562.593/0001-78	R\$ 11,7900
07/03/2025 às 10:19:14	34.406.070/0001-66	R\$ 11,7800
07/03/2025 às 10:19:37	03.562.593/0001-78	R\$ 11,7700
07/03/2025 às 10:20:31	03.562.593/0001-78	R\$ 11,7500
07/03/2025 às 10:20:39	34.406.070/0001-66	R\$ 11,7400
07/03/2025 às 10:20:48	03.562.593/0001-78	R\$ 11,7300
07/03/2025 às 10:22:10	34.406.070/0001-66	R\$ 11,7200
07/03/2025 às 10:22:32	03.562.593/0001-78	R\$ 11,7100
07/03/2025 às 10:23:34	34.406.070/0001-66	R\$ 11,7000
07/03/2025 às 10:24:01	03.562.593/0001-78	R\$ 11,6900
07/03/2025 às 10:25:02	34.406.070/0001-66	R\$ 11,6800
07/03/2025 às 10:25:18	03.562.593/0001-78	R\$ 11,6700
07/03/2025 às 10:26:57	34.406.070/0001-66	R\$ 11,6500
07/03/2025 às 10:27:44	03.562.593/0001-78	R\$ 11,6400
07/03/2025 às 10:28:46	34.406.070/0001-66	R\$ 11,6300
07/03/2025 às 10:29:33	03.562.593/0001-78	R\$ 11,6200
07/03/2025 às 10:29:53	34.406.070/0001-66	R\$ 11,6100
07/03/2025 às 10:30:03	03.562.593/0001-78	R\$ 11,6000
07/03/2025 às 10:31:25	34.406.070/0001-66	R\$ 11,5900
07/03/2025 às 10:31:41	03.562.593/0001-78	R\$ 11,5800
07/03/2025 às 10:32:43	34.406.070/0001-66	R\$ 11,5700
07/03/2025 às 10:33:55	03.562.593/0001-78	R\$ 11,5600
07/03/2025 às 10:34:57	34.406.070/0001-66	R\$ 11,5500

Data/hora	Participante	Lance
07/03/2025 às 10:36:33	03.562.593/0001-78	R\$ 11,5400
07/03/2025 às 10:37:29	03.562.593/0001-78	R\$ 11,5300
07/03/2025 às 10:38:35	34.406.070/0001-66	R\$ 11,5200
07/03/2025 às 10:40:26	03.562.593/0001-78	R\$ 11,5100
07/03/2025 às 10:41:46	34.406.070/0001-66	R\$ 11,5000
07/03/2025 às 10:43:27	03.562.593/0001-78	R\$ 11,4900
07/03/2025 às 10:44:50	34.406.070/0001-66	R\$ 11,4800

Mensagens do chat do Item 1

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	07/03/2025 às 08:15:00	O item 1 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	07/03/2025 às 10:46:51	O item 1 está encerrado.
Sistema para o participante 34.406.070/0001-66	07/03/2025 às 10:49:53	Bom dia senhor (a) licitante, seria possível ofertar mais um desconto ao item ganho?
Pelo participante 34.406.070/0001-66	07/03/2025 às 10:54:40	Ótimo dia, não conseguimos baixar mais da proposta
Sistema para o participante 34.406.070/0001-66	07/03/2025 às 10:56:59	Senhor (a) licitante, conforme estabelece o edital "6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração," portanto, solicito que encaminhe juntamente com sua proposta de preços reajustada ao último lance, documentos de comprovem a exequibilidade do valor ofertado, preferencialmente notas fiscais.
Sistema para o participante 34.406.070/0001-66	07/03/2025 às 10:59:23	Por gentileza encaminhe também junto a proposta, catálogo, foto ou site do produto para que seja possível verificar as informações do mesmo, lembrando que o termo de referência solicita que o produto contenha brinquedo no estilo jogo da memória em seu interior.
Pelo participante 34.406.070/0001-66	07/03/2025 às 10:59:38	Claro. Qual o prazo para mandar a proposta e a planilha com as notas fiscais comprovando a exequibilidade?
Sistema para o participante 34.406.070/0001-66	07/03/2025 às 10:59:58	Sr. Fornecedor EMILIANA INDUSTRIA DE PRODUTOS DE CHOCOLATE LTDA, CNPJ 34.406.070/0001-66, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 13:00:00 do dia 07/03/2025. Justificativa: Proposta, catálogo, e comprovações de exequibilidade do preço..
Sistema para o participante 34.406.070/0001-66	07/03/2025 às 11:00:53	Prazo de duas horas.
Pelo participante 34.406.070/0001-66	07/03/2025 às 12:21:24	O item 1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 12:21:24 de 07/03/2025. 4 anexos foram enviados pelo fornecedor EMILIANA INDUSTRIA DE PRODUTOS DE CHOCOLATE LTDA, CNPJ 34.406.070/0001-66.
Pelo participante 34.406.070/0001-66	07/03/2025 às 12:39:14	Senhor pregoeiro, pode habilitar novamente os anexos para mandar os documentos faltantes?
Sistema para o participante 34.406.070/0001-66	07/03/2025 às 13:29:41	Sim senhor (a) licitante.
Sistema para o participante 34.406.070/0001-66	07/03/2025 às 13:30:16	Sr. Fornecedor EMILIANA INDUSTRIA DE PRODUTOS DE CHOCOLATE LTDA, CNPJ 34.406.070/0001-66, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 15:31:00 do dia 07/03/2025. Justificativa: Conforme chat.

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Pelo participante 34.406.070/0001-66	07/03/2025 às 14:03:30	O item 1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 14:03:30 de 07/03/2025. 1 anexo foi enviado pelo fornecedor EMILIANA INDUSTRIA DE PRODUTOS DE CHOCOLATE LTDA, CNPJ 34.406.070/0001-66.
Sistema para o participante 34.406.070/0001-66	07/03/2025 às 14:28:01	Informo que a proposta e os demais documentos estão sendo verificados.
Sistema para o participante 34.406.070/0001-66	07/03/2025 às 15:00:49	Senhor (a) licitante, informo que a proposta foi aprovada.
Sistema	07/03/2025 às 15:01:04	O item 1 está na etapa de julgamento de proposta no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 07/03/2025 15:11:04.
Sistema	07/03/2025 às 15:14:11	O item 1 está na etapa de habilitação de fornecedores no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 07/03/2025 15:24:11.

Eventos do Item 1

Data/Hora	Descrição
07/03/2025 às 08:15:00	Item aberto para lances.
07/03/2025 às 10:46:51	Item com etapa aberta encerrada.
07/03/2025 às 10:46:51	Item encerrado para lances.
07/03/2025 às 10:59:58	Fornecedor EMILIANA INDUSTRIA DE PRODUTOS DE CHOCOLATE LTDA, CNPJ 34.406.070/0001-66 convocado para o envio de anexo. Prazo de encerramento: 07/03/2025 13:00:00. Motivo: Proposta, catálogo, e comprovações de exequibilidade do preço..
07/03/2025 às 12:21:24	Fornecedor EMILIANA INDUSTRIA DE PRODUTOS DE CHOCOLATE LTDA, CNPJ 34.406.070/0001-66 finalizou o envio de anexo.
07/03/2025 às 13:30:16	Fornecedor EMILIANA INDUSTRIA DE PRODUTOS DE CHOCOLATE LTDA, CNPJ 34.406.070/0001-66 convocado para o envio de anexo. Prazo de encerramento: 07/03/2025 15:31:00. Motivo: Conforme chat.
07/03/2025 às 14:03:30	Fornecedor EMILIANA INDUSTRIA DE PRODUTOS DE CHOCOLATE LTDA, CNPJ 34.406.070/0001-66 finalizou o envio de anexo.
07/03/2025 às 15:01:04	Fornecedor EMILIANA INDUSTRIA DE PRODUTOS DE CHOCOLATE LTDA, CNPJ 34.406.070/0001-66 teve a proposta aceita, melhor lance: R\$ 11,4800. Motivo: Proposta aceita.
07/03/2025 às 15:14:11	Fornecedor EMILIANA INDUSTRIA DE PRODUTOS DE CHOCOLATE LTDA, CNPJ 34.406.070/0001-66 foi habilitado.
07/03/2025 às 15:24:32	Encerramento da sessão 1 de julgamento / habilitação.

Proc. Administrativo 16- 1.256/2025

De: Diego B. - SEMAD-LICIT

Para: PGM-ASSEJUR - Assessoria Jurídica

Data: 07/03/2025 às 16:22:35

Prezada, solicito emissão de parecer jurídico conclusivo referente ao presente processo.

—

Diego da Silva Bezerra

Divisão de Licitação

Proc. Administrativo 17- 1.256/2025

De: Kamila R. - PGM-ASSEJUR

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 11/03/2025 às 10:20:24

Segue PJC

—
Kamila Jordana de Souza Rodrigues

Procuradora-Geral OAB/PR 99.140

Anexos:

Parecer_conclusivo_pregao_eletronico_14_2025.pdf

Assinado digitalmente (anexos) por:

Assinante	Data	Assinatura	
Kamila Jordana Rodrigues	11/03/2025 10:20:36	1Doc	KAMILA JORDANA RODRIGUES CPF 081.XXX.XXX-00

Para verificar as assinaturas, acesse <https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código: **0C71-265E-8D42-A5B1**

PARECER JURÍDICO CONCLUSIVO

Submete-se à análise, o processo licitatório na modalidade Concorrência Pública, cujo objeto é a aquisição de ovos de páscoa para distribuição gratuita destinada aos alunos da Rede Municipal de Educação.

Concluída a Sessão do Pregão Eletrônico, o procedimento licitatório foi encaminhado à procuradoria para emissão de parecer jurídico conclusivo.

Antes, porém, é necessário frisar que, em momento anterior, a Procuradoria, em atendimento ao Artigo 53 da Lei nº 14.133/21, examinou e aprovou a minuta de Edital e Contrato, bem como considerou regular o procedimento administrativo até aquela ocasião, nos exatos termos do parecer prévio transcrito anteriormente.

Após a manifestação supratranscrita, deu-se início à fase externa do certame e providenciou a publicação do Edital, convocando os interessados a apresentarem suas propostas. Saliente-se que entre a publicação e a abertura das propostas fora observado o prazo mínimo.

O Edital do Pregão Eletrônico vem detalhando o objeto, o prazo de entrega, a fase de proposta, habilitação, julgamento e análise dos documentos, julgamento do recurso, documento aplicável, obrigações da contratada, e disposições gerais, bem como, amparada pela Lei 14.133/21.

No dia e horas designados para a seleção de proposta mais vantajosa as empresas encaminharam exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

Cumprindo todos os atos legais neste momento a Procuradora-Geral emite o seu parecer favorável em todo o processo de licitação em que os procedimentos de regularidade e a legalidade foram cumpridos, deva se dar prosseguimento homologando-o e efetivando a contratação do licitante vencedor.

Esse é o parecer.

Ubiratã, 11 de março de 2025.

(assinado digitalmente)

Kamila Jordana de Souza Rodrigues
Procuradora-Geral
OAB/PR 99.140



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 0C71-265E-8D42-A5B1

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



KAMILA JORDANA RODRIGUES (CPF 081.XXX.XXX-00) em 11/03/2025 10:20:35 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/0C71-265E-8D42-A5B1>

Proc. Administrativo 18- 1.256/2025

De: Kamila R. - PGM-ASSEJUR

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 13/03/2025 às 11:00:47

Segue PJC retificado

—
Kamila Jordana de Souza Rodrigues

Procuradora-Geral OAB/PR 99.140

Anexos:

Parecer_conclusivo_pregao_eletronico_14_2025_RETIFICADO.pdf

Assinado digitalmente (anexos) por:

Assinante	Data	Assinatura	
Kamila Jordana Rodrigues	13/03/2025 11:01:05	1Doc	KAMILA JORDANA RODRIGUES CPF 081.XXX.XXX-00

Para verificar as assinaturas, acesse <https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código: **5C96-1A6F-9E56-372B**

PARECER JURÍDICO CONCLUSIVO

Submete-se à análise, o processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, cujo objeto é a aquisição de ovos de páscoa para distribuição gratuita destinada aos alunos da Rede Municipal de Educação.

Concluída a Sessão do Pregão Eletrônico, o procedimento licitatório foi encaminhado à procuradoria para emissão de parecer jurídico conclusivo.

Antes, porém, é necessário frisar que, em momento anterior, a Procuradoria, em atendimento ao Artigo 53 da Lei nº 14.133/21, examinou e aprovou a minuta de Edital e Contrato, bem como considerou regular o procedimento administrativo até aquela ocasião, nos exatos termos do parecer prévio transcrito anteriormente.

Após a manifestação supratranscrita, deu-se início à fase externa do certame e providenciou a publicação do Edital, convocando os interessados a apresentarem suas propostas. Saliente-se que entre a publicação e a abertura das propostas fora observado o prazo mínimo.

O Edital do Pregão Eletrônico vem detalhando o objeto, o prazo de entrega, a fase de proposta, habilitação, julgamento e análise dos documentos, julgamento do recurso, documento aplicável, obrigações da contratada, e disposições gerais, bem como, amparada pela Lei 14.133/21.

No dia e horas designados para a seleção de proposta mais vantajosa as empresas encaminharam exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

Cumprindo todos os atos legais neste momento a Procuradora-Geral emite o seu parecer favorável em todo o processo de licitação em que os procedimentos de regularidade e a legalidade foram cumpridos, deva se dar prosseguimento homologando-o e efetivando a contratação do licitante vencedor.

Esse é o parecer.

Ubiratã, 13 de março de 2025.

(assinado digitalmente)

Kamila Jordana de Souza Rodrigues
Procuradora-Geral
OAB/PR 99.140



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 5C96-1A6F-9E56-372B

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



KAMILA JORDANA RODRIGUES (CPF 081.XXX.XXX-00) em 13/03/2025 11:01:04 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/5C96-1A6F-9E56-372B>

Proc. Administrativo 19- 1.256/2025

De: Diego B. - SEMAD-LICIT

Para: SEMAD-LICIT - Divisão de Licitação

Data: 13/03/2025 às 11:53:02

Segue o termo de adjudicação e homologação assinado pela autoridade superior.

—

Diego da Silva Bezerra

Divisão de Licitação

Anexos:

TERMO_6683_2025assinado.pdf

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito de Ubatuba, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e alterações posteriores, resolve **ADJUDICAR E HOMOLOGAR** a presente licitação nos termos abaixo, conforme comprovações constantes nos autos do processo licitatório respectivo:

1. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 6683/2025.
2. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2025.
3. OBJETO DA LICITAÇÃO: **Aquisição de ovos de páscoa para distribuição gratuita destinados aos alunos da Rede Municipal de Educação.**
4. FORNECEDOR: **EMILIANA INDUSTRIA DE PRODUTOS DE CHOCOLATE LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 34.406.070/0001-66, situada na Avenida José Tadeu Nunes, nº 661, no município de Campo Mourão, Estado Paraná, CEP nº 87309-295.
VALOR: *R\$-32.144,00(trinta e dois mil cento e quarenta e quatro reais).*
5. DATA DA ADJUDICAÇÃO: 13/03/2025.
6. DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 13/03/2025.

Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt, Ubatuba, PR, 13 de março de 2025.

FABIO DE
OLIVEIRA
DALECIO:6007602
0959

Assinado de forma digital
por FABIO DE OLIVEIRA
DALECIO:60076020959
Dados: 2025.03.13
11:50:20 -03'00'

FÁBIO DE OLIVEIRA DALÉCIO
Prefeito de Ubatuba

Proc. Administrativo (Nota interna 13/03/2025 11:54) 1.256/2025

De: Diego B. - SEMAD-LICIT

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 13/03/2025 às 11:54:27

Setores envolvidos:

GP, PGM-ASSEJUR, SEMAD-LICIT, SEMFIP, SEMEC, SEMEC-EF, SEMEC-DIEI, SEMAD-LICIT-SP, SEMAD-SP, SEMFIP-CONT, SEMEC-LICI, EM-JB, CGM-AL

REQUISIÇÃO 14/2025 Aquisição de ovos de páscoa para distribuição gratuita destinados aos alunos da Rede Municipal de Educação

Prezados, segue o contrato para assinatura, à disposição.

(licitacao@ubirata.pr.gov.br)

—

Diego da Silva Bezerra

Divisão de Licitação

Anexos:

CONTRATO_N_09_2025_assinado.pdf

TERMO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE UBIRATÃ – PR

Processo Administrativo nº 6683/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 09/2025, QUE FAZEM
ENTRE SI O **MUNICÍPIO DE UBIRATÃ E EMILIANA INDUSTRIA
DE PRODUTOS DE CHOCOLATE LTDA.**

O **MUNICÍPIO DE UBIRATÃ**, inscrito no CNPJ sob o nº 76.950.096/0001-10, com sede no Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt, localizado na Avenida Nilza de Oliveira Pipino, nº 1852, Centro, na cidade de Ubatuba, Estado do Paraná, CEP nº 85.440-000, neste ato representado pelo prefeito Fábio de Oliveira Dalécio, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa **EMILIANA INDUSTRIA DE PRODUTOS DE CHOCOLATE LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 34.406.070/0001-66, situada na Avenida José Tadeu Nunes, nº 661, no município de Campo Mourão, Estado Paraná, CEP nº 87309-295, Telefone nº (44) 99821-1011, e-mail: gabrielarenisz@reivos.com.br, doravante designado CONTRATADO, *neste ato representado(a) por Gabriela Emiliana Renisz de Oliveira, conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos*, tendo em vista o que consta no Processo nº 6683/2025 e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 06/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO ([art. 92, I e II](#))

1.1. O objeto do presente instrumento é a **Aquisição de ovos de páscoa para distribuição gratuita destinados aos alunos da Rede Municipal de Educação**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

Lote	Item	Descrição	Qtd	Un	V. Unit R\$	V. Total R\$
1	1	Ovos de Páscoa, livre de gordura hidrogenada composto de chocolate ao leite, de no mínimo 250 gramas, contendo brinquedo no estilo jogo da memória em seu interior. Ingredientes: açúcar cristal, gordura vegetal, cacau em pó, soro de leite em pó, leite integral em pó, soro de leite em pó, emulsificantes: lecitina de soja, polirricinoleato de poliglicerol, aroma idêntico ao natural. Não conter glúten. Embalado individualmente envoltórios em papel aluminizado com os dizeres nutricionais, tamanho grande, 0,007 micras,	2.800	UN.	11,48	32.144,00

bela, amada e gentil

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852
CEP 85.440-000 | Fone (44) 3543-8000
www.ubirata.pr.gov.br

	bopp, aproximadamente 700x700mm, com laço acetinado com no mínimo 30 mm de largura para amarração do ovo, e base plástica grande no fundo do ovo. A embalagem deve conter informações sobre o peso e data de validade. Validade mínima de 60 dias a partir da data da entrega, sendo as informações nutricionais e ingredientes fixados na embalagem do Ovo de Páscoa. MARCA: REIVOS			
--	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--	--

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 6 meses contados do(a) assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO ([art. 92, V](#))

5.1. *O valor total da contratação é de R\$-32.144,00(trinta e dois mil cento e quarenta e quatro reais).*

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO ([art. 92, V e VI](#))

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE ([art. 92, V](#))

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 10/02/2025.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE ([art. 92, X, XI e XIV](#))

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

- 8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.8. Cientificar o órgão de representação judicial do município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.10. A Administração terá o prazo de 15 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 dias.
- 8.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));
- 9.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

9.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

9.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

iv. Multa:

1. Moratória de 2,0% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

i. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 20% a 30% do valor do Contrato.

3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de 15% a 22,5% do valor do Contrato.

4. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de 7,5% a 15% do valor do Contrato.

5. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1, a multa será de 1% a 5% do valor do Contrato.

6. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 11.1, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.5. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

11.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

12.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.1.1. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

12.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.3.3. Indenizações e multas.

12.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

12.5. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Órgão	Despesa	Categoria	Descrição	Fonte	Valor
0502	9470	339032990100	Outros Materiais para Distribuição Gratuita	0	29.978,00
0503	9474	339032990100	Outros Materiais para Distribuição Gratuita	0	29.978,00
0503	9476	339032990100	Outros Materiais para Distribuição Gratuita	0	4.612,00

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES

- 15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

- 16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO ([art. 92, §1º](#))

- 17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Ubatuba para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Ubatuba, Paraná, 13 de março de 2025.

FABIO DE
OLIVEIRA
DALECIO:60076
020959

Assinado de forma
digital por FABIO DE
OLIVEIRA
DALECIO:60076020959
Dados: 2025.03.13
11:50:52 -03'00'

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 8A74-A0EA-DB17-7D27

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



EMILIANA INDUSTRIA DE PRODUTOS DE CHOCOLATE LTDA (CNPJ 34.406.070/0001-66) VIA
PORTADOR GABRIELA EMILIANA RENISZ DE OLIVEIRA (CPF 081.XXX.XXX-75) em 13/03/2025
13:21:40 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: AC SAFEWEB RFB v5 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5
(Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/8A74-A0EA-DB17-7D27>

De: Diego B. - SEMAD-LICIT

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 14/03/2025 às 08:21:35

Seguem as publicações referentes ao termo e ao contrato.

—

Diego da Silva Bezerra

Divisão de Licitação

Anexos:

JORNAL_6683.pdf

PNCP_CONTRATO_N_09.pdf



JORNAL OFICIAL ELETRÔNICO

MUNICÍPIO DE UBIRATÃ - PR

QUINTA-FEIRA, 13 DE MARÇO DE 2025

EDIÇÃO ESPECIAL Nº 2.188- ANO: XX

Página 4 de 8

www.ubirata.pr.gov.br

Art. 1º Conceder licença para tratar de interesses particulares de 2 (dois) anos, sem remuneração, ao servidor Rodrigo da Silva Lima, matrícula nº 3149-6, ocupante do cargo efetivo de Motorista, GOO, T-I, Ref. 5, lotado na Secretaria de Serviços Urbanos, com efeitos retroativos a 12/03/2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLAUDINEI EDSON DALLA CORTE

PORTARIA Nº 157, DE 13 DE MARÇO DE 2025

Nomeia servidora para cargo em comissão.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

Art. 1º Nomear Samanta Tainara Hellstrom para o cargo em comissão de Assessora III, lotada na Secretaria da Saúde, com efeitos retroativos a 5 de março de 2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO DE OLIVEIRA DALÉCIO

PORTARIA Nº 158, DE 13 DE MARÇO DE 2025

Concede férias.

O SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme Portaria de Delegação nº 7, de 8 de janeiro de 2025, RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias aos servidores abaixo relacionados, conforme segue:

Nome	Matrícula	Cargo	Lotação	Dias de férias	Período Aquisitivo	Data de Início
Adriana Mayumi Nakahata Figueiredo	2930-0	Chefe de Setor de Escrituração Contábil	Finanças e Planejamento	10	14/05/2023 a 13/05/2024	13/03/2025
Leidiane Zoccante da Silva Zen	3146-1	Motorista de Veículos Leves	Saúde	20	20/05/2023 a 19/05/2024	24/04/2025
Miguel Martins Junior	270-4	Mecânico em Geral	Viação e Serviços Rurais	30	01/03/2024 a 28/02/2025	01/04/2025
Solemária de Oliveira Fontin	1745-0	Chefe de Divisão de Corregedoria e Ouvidoria	Controladoria-Geral do Município	10	01/03/2022 a 28/02/2023	08/04/2025

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLAUDINEI EDSON DALLA CORTE

PROCESSOS LICITATÓRIOS

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 6695/2025

MUNICÍPIO DE UBIRATÃ

UASG 987933

OBJETO: REGISTROS DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PINTURA E AFINS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DE PRÉDIOS, BENS E ESPAÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: DIA 27/03/2025 ÀS 08H15MIN (HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF)

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Maior desconto por item

MODO DE DISPUTA: ABERTO

PREFERÊNCIA ME/EPP: AMPLA CONCORRÊNCIA

Obtenção do edital e seus anexos: www.ubirata.pr.gov.br, <https://www.gov.br/compras/pt-br/> e Portal Nacional de Contratações Públicas.

Esclarecimentos e impugnações: duvidaslicitacao@ubirata.pr.gov.br

Ubiratã, Paraná, 13 de março de 2025.

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito de Ubiratã, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e alterações posteriores, resolve ADJUDICAR E HOMOLOGAR a presente licitação nos termos abaixo, conforme comprovações constantes nos autos do processo licitatório respectivo:

1. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 6683/2025.

2. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2025.

3. OBJETO DA LICITAÇÃO: Aquisição de ovos de páscoa para distribuição gratuita destinados aos alunos da Rede Municipal de Educação.

4. FORNECEDOR: EMILIANA INDUSTRIA DE PRODUTOS DE CHOCOLATE LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 34.406.070/0001-66, situada na Avenida José Tadeu Nunes, nº 661, no município de Campo Mourão, Estado Paraná, CEP nº 87309-295.

VALOR: R\$-32.144,00(trinta e dois mil cento e quarenta e quatro reais).

5. DATA DA ADJUDICAÇÃO: 13/03/2025.

6. DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 13/03/2025.

Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt, Ubiratã, PR, 13 de março de 2025.

FÁBIO DE OLIVEIRA DALÉCIO

Prefeito de Ubiratã



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICP-Brasil e Protocolado com Carimbo de Tempo SCT de acordo com a Medida Provisória 2200-2 do Art. 10º de 24.08.01 da ICP-Brasil

Arquivo Assinado Digitalmente por Município de Ubiratã. A Prefeitura Municipal Ubiratã - PR concede garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através de www.ubirata.pr.gov.br, no link Jornal Oficial Online: Proc. Administrativo 1.256/2025 | Anexo: JORNAL_6683.pdf (1/2)



JORNAL OFICIAL ELETRÔNICO

MUNICÍPIO DE UBIRATÃ - PR

QUINTA-FEIRA, 13 DE MARÇO DE 2025

EDIÇÃO ESPECIAL Nº 2.188- ANO: XX

Página 5 de 8

www.ubirata.pr.gov.br**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 26/2025**

CONTRATANTE: Município de Ubatuba, CNPJ nº 76.950.096/0001-10.

CONTRATADO (A): GHOLDMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES, inscrita no CNPJ nº 34.620.735/0001-30.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 6675/2025.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS.

VALOR: R\$ 41.200,00(quarenta e um mil e duzentos reais).

DATA DA ASSINATURA: 07/03/2025.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 28/2025

CONTRATANTE: Município de Ubatuba, CNPJ nº 76.950.096/0001-10.

CONTRATADO (A): LIDER DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ nº 38.170.314/0001-05.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 6675/2025.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS.

VALOR: R\$ 33.750,00(trinta e três mil setecentos e cinquenta reais).

DATA DA ASSINATURA: 07/03/2025.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 32/2025

CONTRATANTE: Município de Ubatuba, CNPJ nº 76.950.096/0001-10.

CONTRATADO (A): RCC - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, CORRELATOS E PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ nº 00.358.519/0001-46.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 6675/2025.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS.

VALOR: R\$ 28.110,00(vinte e oito mil cento e dez reais).

DATA DA ASSINATURA: 07/03/2025.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 9/2025

CONTRATANTE: Município de Ubatuba, CNPJ nº 76.950.096/0001-10.

CONTRATADO (A): EMILIANA INDUSTRIA DE PRODUTOS DE CHOCOLATE LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 34.406.070/0001-66.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 6683/2025.

OBJETO: Aquisição de ovos de páscoa para distribuição gratuita destinados aos alunos da Rede Municipal de Educação.

VALOR: R\$-32.144,00(trinta e dois mil cento e quarenta e quatro reais).

DATA DA ASSINATURA: 13/03/2025.

APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 118/2024

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 6548/2024

CONCORRÊNCIA Nº 23/2024

1º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 118/2024 PARA INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

1. OBJETO DO CONTRATO

REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA DO DISTRITO DE YOLANDA.

2. CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ 76.950.096/0001-10, com sede administrativa na Avenida Nilza de Oliveira Pipino, 1852, na cidade de Ubatuba, estado do Paraná, representado pelo Prefeito Fábio de Oliveira Dalécio.

3. CONTRATADA

MONDEO CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 19.127.048/0001-93, situada na Rua Santos Dumont, nº 3472, Sala 502, na cidade de Maringá, estado do Paraná.

4. FINALIDADE

Incluir dotação orçamentária. Inicialmente, no termo de referência, foram apontadas as despesas 14984 e 14996 do órgão 1001. Porém, por solicitação da secretaria, passarão a ser incluídas as despesas 15717 e 15718 do órgão 1001.

5. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Art. 136, inciso IV da Lei nº 14.133/21.

6. DISPOSIÇÕES GERAIS

Permanecem inalteradas e em pleno vigor, todas as cláusulas e condições a ata de registro de preços não modificadas pelo presente Termo e que com este não conflitem, as quais são ratificadas neste ato.

Ubatuba, 13 de março de 2025.

MUNICÍPIO DE UBIRATÃ

Prefeito

2º TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 234/2024

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 6498/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 48/2024

SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 234/2024 PARA INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

1. OBJETO DO CONTRATO

Aquisição de uniformes, Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), materiais diversos e equipamentos para garantir a segurança, identificação e funcionalidade dos agentes de saúde e vigilância sanitária e epidemiológica, além de uniformes para motoristas da Secretaria de Saúde e camisetas para pacientes doadores de sangue.

2. CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ 76.950.096/0001-10, com sede administrativa na Avenida Nilza de Oliveira Pipino, 1852, na cidade de Ubatuba, estado do Paraná, representado pelo Prefeito Fábio de Oliveira Dalécio.

3. CONTRATADA



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICP-Brasil e Protocolado com Carimbo de Tempo SCT de acordo com a Medida Provisória 2200-2 do Art. 10º de 24.08.01 da ICP-Brasil

Arquivo Assinado Digitalmente por Município de Ubatuba. A Prefeitura Municipal Ubatuba - PR concede garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através de www.ubirata.pr.gov.br, no link Jornal Oficial Online: Proc. Administrativo 1.256/2025 | Anexo: JORNAL_6683.pdf (2/2)

[Home](#) > [Contratos](#)

Contrato nº 9/2025

Última atualização 13/03/2025

Local: Ubiratã/PR **Órgão:** MUNICIPIO DE UBIRATA **Unidade executora:** 987933 - PREF.MUN.DE UBIRATA - PR

Tipo: Contrato (termo inicial) **Receita ou Despesa:** Despesa **Processo:** 90006 **Categoria do processo:** Compras

Data de divulgação no PNCP: 13/03/2025 **Data de assinatura:** 13/03/2025 **Vigência:** de 13/03/2025 a 13/09/2025

Id contrato PNCP: 76950096000110-2-000008/2025 **Fonte:** Governançabrasil Tecnologia e Gestão em Serviços

Id contratação PNCP: [76950096000110-1-000014/2025](#)

Objeto:

Aquisicao de ovos de pascoa para distribuicao gratuita destinados aos alunos da Rede Municipal de Educacao

VALOR CONTRATADO

R\$ 32.144,00

FORNECEDOR:

Tipo: Pessoa jurídica **CNPJ/CPF:** 34.406.070/0001-66 [Consultar sanções e penalidades do fornecedor](#)

Nome/Razão social: EMILIANA INDUSTRIA DE PRODUTOS DE CHOCOLATE EIRELI

Arquivos

Histórico

Nome ↕	Data ↕	Tipo ↕
CONTRATO No 09	13/03/2025	Contrato


Exibir: 5

1-1 de 1 itens

Página: 1

< >

< Voltar



Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e correitude das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

✉ <https://portaldeservicos.gestao.gov.br>

☎ [0800 978 9001](tel:08009789001)

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS



Texto destinado a exibição de informações relacionadas à **licença de uso**.

Proc. Administrativo 20- 1.256/2025

De: Diego B. - SEMAD-LICIT

Para: SEMAD-LICIT - Divisão de Licitação

Data: 14/03/2025 às 08:22:23

Setores (CC):

SEMAD-LICIT, SEMAD-SP

Encaminhado para o encerramento do processo.

—

Diego da Silva Bezerra

Divisão de Licitação